



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Audiência Pública e Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0587/15	DATA: 14/05/2015	
LOCAL: Plenário 8 das Comissões	INÍCIO: 10h12min	TÉRMINO: 14h37min	PÁGINAS: 104

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

HÉDER MARTINS DE OLIVEIRA - 1º Vice-Presidente da Associação Nacional de Entidades Representativas de Praças Policiais e Bombeiros Militares Estaduais — ANASPRA.
TATIANE DA COSTA ALMEIDA - Representante da Associação dos Delegados de Polícia Federal — ADPF.
JOÃO MACIEL CLARO - Associação dos Delegados de Polícia — ADEPOL.
BRUNO TELLES - Presidente da Associação Brasileira de Criminalística.
PAULO AYRAN DA SILVA BEZERRA - Representante da Federação dos Profissionais em Papioscopia e Identificação — FENAPPI.

SUMÁRIO

Debate sobre causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.
Apreciação de requerimentos constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível.
Há orador não identificado em breve intervenção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito Violência contra Jovens Negros e Pobres.

Vamos passar para a nossa audiência e, depois, nós retomaremos aqui a votação, a apreciação e a deliberação de requerimentos.

Então, passo para a audiência pública. Esta audiência pública está sendo transmitida pelo portal e-Democracia. Nesse portal, os internautas poderão interagir durante o evento e participar de fóruns e discussões sobre o tema da CPI.

Iniciamos a audiência pública desta Comissão Parlamentar de Inquérito, resultado da aprovação do Requerimento nº 45, de 2015, de minha autoria.

Informo que, durante a fala do convidado, não haverá apartes.

Convido para sentar-se à mesa a Sra. Tatiane Almeida, da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal — ADPF. *(Palmas.)*

Convido também o Sr. João Maciel Claro, da Associação dos Delegados de Polícia — ADEPOL. *(Palmas.)*

Convido também o Sr. Ayran da Silva Bezerra, da Federação Nacional dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação — FENAPPI. *(Palmas.)*

Convido também o Sr. Bruno Telles, da Associação Brasileira de Criminalística — ABC. *(Palmas.)*

Convido, também, o sargento Héder Martins de Oliveira, da Associação Nacional das Entidades de Praças — ANASPRA, meu conterrâneo de Campo Belo *(Palmas.)*

Então, concedo a palavra ao sargento Héder Martins de Oliveira, da Associação Nacional das Entidades de Praças — ANASPRA. S.Sa. dispõe de 15 minutos.

O SR. HÉDER MARTINS DE OLIVEIRA - Bom dia a todas e a todos. Inicialmente, a Associação Nacional das Entidades de Praças Militares Estaduais agradece ao Exmo. Sr. Deputado Reginaldo Lopes, nosso conterrâneo mineiro, pertencente à região metropolitana de Campo Belo — é um prazer. Cumprimento todos os integrantes da Mesa, as Sras. e os Srs. Deputados e principalmente a juventude brasileira.



Acho que, inicialmente, o Estado brasileiro deve desculpas: o Estado brasileiro deve pedir perdão pela quantidade de homicídios, de jovens brasileiros mortos. É um absurdo! Sou profissional da segurança pública há 30 anos, e é inadmissível continuarmos convivendo com o alto índice de homicídios que são acometidos contra os nossos jovens. E, infelizmente, ele tem cor, ele tem condição social: são os jovens negros da periferia. Estudos, inclusive pelo *Mapa da Violência* do Brasil, já demonstram que os números são assustadores, são alarmantes. Uma vida, em qualquer cenário, em qualquer condição, sempre será uma vida.

Nós, enquanto profissionais de segurança pública, também inclusive pelo próprio *Mapa da Violência* do Brasil, sabemos do percentual, do índice de profissionais mortos, que é da ordem de 78 para cada grupo de 100 mil habitantes. Em país nenhum do mundo, em lugar nenhum do mundo existem esses índices. Na América do Sul, o Chile, por exemplo, tem uma taxa de homicídios de 8 por grupo de 100 mil habitantes; o Brasil, na faixa de 26,8 por grupo de 100 mil habitantes.

Essa última versão que o Prof. Jacobo nos trouxe do *Mapa da Violência* começa complicando ainda mais o cenário, porque nós tínhamos uma faixa etária de mortalidade de jovens no Brasil e, agora, aumentou a idade. O que iria antes até os 24 anos hoje vai de 25 anos a 29 anos, e os números são absurdos.

E para a gente discutir um pouco sobre o índice de homicídios no Brasil, e o caso específico desta CPI, eu acho que a gente não pode passar distante daquilo que deveria nos prover a segurança pública, que é o sistema, essa arquitetura institucional da segurança pública, que demonstra estar falida.

O Estado brasileiro investe muito em segurança pública, e isso não dá resultados satisfatórios. Conviver num país democrático... Democracia tem custo, e ela não custa barato. Democracia implica gastos, implica investimentos. Dos pilares basilares da nossa Constituição — saúde, educação e segurança —, a saúde e a educação, por mais que sejam objetos e foco do Estado brasileiro, elas ainda assim admitem a participação da iniciativa privada. Na saúde nós temos os planos de saúde, que concorrem com o Poder Público; na educação ocorre a mesma coisa. Na segurança, isso não pode ser terceirizado e não deve ser terceirizado.

Mas o Estado, que tem a tutela e o monopólio da segurança, não está conseguindo mais prestar a devida segurança. Haver 56.637 mortos, registrados,



porque o Brasil não possui sequer um dado confiável que não seja o do DATASUS, é inaceitável. É inaceitável!

Então, quando a gente vem para um debate como este, para discutir a mortalidade juvenil, eu acho que devemos também ter a coragem de assumir a nossa incompetência na prestação de serviço de proteção à sociedade. O que temos visto e presenciado são discursos pela manutenção do poder na briga entre as instituições. Basta considerarmos que, no mundo — vamos nos ater à América Latina e, se quisermos, podemos trabalhar com a América do Sul —, o Brasil é o único que não adota o chamado modelo de polícia de ciclo completo. Isso faz toda a diferença na ponta.

A sociedade não se engajou nesse debate. A sociedade debate muito a questão da saúde, da educação. Basta considerarmos que, na área da saúde, nós já tivemos mais de 50 conferências e, na área da segurança pública, nós tivemos uma única conferência de que a sociedade participou, mas ela, de uma sorte ou de outra, foi utilizada naquele processo por grupos cujos interesses era a manutenção de seus poderes.

E a sociedade fica relegada a segundo plano, e o que temos hoje é o resultado estrondoso, absurdo do número de mortos neste País. Até quando? Até quando vamos conviver com esses índices, que permanecem inertes, quando, na verdade, deveríamos estar propositivos para uma melhor prestação de serviço à sociedade?

Como dito, e todos sabemos, os Estados investem, gastam enormes e volumosos valores sem resultados objetivos. Nos últimos anos, ao que temos assistido é ao crescente e vertiginoso aumento dos homicídios, os chamados crimes violentos de letalidade intencional. Esta Casa, principalmente nesta 55ª Legislatura, está se debruçando sobre temas densos que, sabemos, não são convergentes. Se fossem, eles já teriam sido solucionados. Nós estamos às voltas com a discussão da redução da maioria penal, da revogação do Estatuto do Desarmamento, mas o nosso modelo, essa arquitetura institucional da segurança pública, permanece inerte.



A Assembleia Nacional Constituinte, de 1987, não se debruçou sobre essa questão da arquitetura institucional. O modelo que temos de segurança pública hoje data de 1709 — 1709!

Nós temos duas polícias, uma trabalha para a outra polícia, e a sociedade é vítima todos os dias e em todos os momentos. Não podemos nos furtar a admitir a nossa incompetência. Quem está pagando o preço? A sociedade. Quem está pagando o preço em específico? A juventude negra, pobre, residente nas periferias.

Então, quando a gente vem para essa discussão, eu ousar dizer— e agradeço esta oportunidade — que, infelizmente, acredito que nenhuma política pública voltada para a redução da criminalidade e dos homicídios será exitosa se não tivermos coragem de enfrentar esse modelo dicotômico, bipartido, que existe na segurança pública deste Brasil e que, infelizmente, somente o Brasil possui na América Latina, principalmente, na América do Sul, Chile, Colômbia. Na Colômbia, nós possuímos o narcotráfico, as FARC, e ela está resolvendo o problema da sua segurança pública com a polícia de ciclo completo.

Hoje, infelizmente, se eu tivesse que fazer 1 minuto de silêncio na minha vida, eu faria em homenagem à população juvenil brasileira. E, com tristeza e com dor, eu digo que, se continuar esse modelo, os números só tendem a crescer.

Não posso deixar também de fazer aqui, já que assumi a mea-culpa, uma defesa da categoria a qual eu pertencço, que é a Polícia Militar. Infelizmente, quando nós vamos para o debate sobre homicídios, uma das forças que são mais atacadas, até pela própria evidência, são as Polícias Militares. E não desconhecemos, Sr. Presidente, que há em nosso meio, sim, pessoas que não são dignas de vestir a farda, de receber os salários e defender a sociedade. Isso é inegável. Isso nós não desconsideramos, isso nós não ignoramos. Mas deixo claro também que não existe, na doutrina da formação dos nossos cursos, nenhuma vocação, nenhuma indução para que sejam cometidos esses atos de barbárie. Isso pode ocorrer, eu acredito que ocorra e sabemos que ocorre, mas eles não passam por uma doutrina, não passam por uma formação institucional que pregue isso.

Então, o que há, de fato, são os números, e os números demonstram que os índices de homicídios de jovens que são cometidos, os percentuais, não têm uma relação. Aí, se tiver, preciso até tomar conhecimento. Eu acho que esse estudo



precisa aprofundar, e, se tiver, eu pretendo tomar conhecimento de quantos desses percentuais de jovens são praticados efetivamente pelas forças policiais, quanto pertence à Polícia Civil; quanto pertence à Polícia Militar, enfim, porque os números são assustadores. Mas, por se tornar uma parte visível do Estado, que, da segurança pública, são as Polícias Militares e, agora, as guardas, porque utilizam seus uniformes e estão cotidianamente nas ruas, é aquela parte que a gente percebe do Estado e que é fácil a sua identificação.

Mas, enfim, não há como não reconhecer a nossa incapacidade. E, aí, eu não posso falar em nome dos demais órgãos de segurança pública, porque eu não tenho essa legitimidade, mas assumo a nossa incapacidade na prevenção, e assumo, com ponto focal, esse modelo. Os senhores podem trabalhar um policial para cada esquina que não vai reduzir homicídios. É um modelo caro, dispendioso, ineficaz, absurdamente ineficaz, oneroso aos cofres. E vou citar aqui, se o Deputado me permite, o fato que ocorre em Minas Gerais.

Em Minas Gerais nós temos 853 Municípios. Desses, aproximadamente 300 Municípios possuem — e está aqui o Dr. Edson, que é nosso Delegado em Minas Gerais e agora Deputado — Polícias Cíveis. Nos finais de semana e durante a semana, nos horários compreendidos entre 18 horas e 8 horas da manhã, resumem-se a 64 pontos de recebimentos de ocorrência. É o chamado plantão regionalizado. Isso é culpa da Polícia Civil? Não, em absoluto! Não tem efetivo pra isso, não tem gente disponível pra isso. Mas isso onera o Estado.

A Polícia Militar, no ano de 2014, percorreu 185.967 quilômetros pra entregar ocorrências em razão do plantão regionalizado, e 80% dos 2 milhões e 12 mil ocorrências que foram registradas em Minas Gerais eram de menor potencial ofensivo, na Lei nº 9.099. Olhem o gasto! Se nós temos os índices que são assustadores, com policiais dentro das suas localidades, imaginem quando a gente sai pra fazer a entrega de uma ocorrência?

A gente costuma dizer — e defendo isso — que o problema da segurança pública no Brasil passa simplesmente por gestão. Quando a gente defende a polícia de ciclo completo, e eu não defendo interferência em nenhuma das instituições, elas devem manter a sua estrutura. Nós estamos falando de modelo. Nós estamos falando de modelo!



A Polícia Civil possui excelência em sua investigação, mas fica a cargo, na grande maioria dos seus atos cotidianos, de crimes de menor potencial ofensivo, quando a gente prescinde de investigação desses índices alarmantes de homicídios de jovens negros, pra não dizer de todos nós, porque nós estamos inseridos nessa sociedade e o risco é mesmo.

Pra concluir, primeiro, nós nos solidarizamos, e assumo aqui a responsabilidade, enquanto entidade de praças, pela ineficácia do sistema de segurança pública. E digo também: essa ineficácia não se dá por falta de vontade; ela se dá em razão do modelo que temos neste País, que é bipartido, que esta Casa ainda não enfrentou, e precisa enfrentar, caso contrário, nós não vamos conseguir reduzir esses números de homicídios. Basta os senhores e senhoras fazerem uma análise dos últimos anos. É crescente, é crescente: cada ano que passa nós aumentamos em 6%, 7%, 8% o número de homicídios praticados. O último mapa nos trouxe 56.637, e eu não tenho dúvidas — e não tenho dúvidas — de que o próximo ultrapassará a casa dos 60 mil.

Então, se ficarmos discutindo as mortes pura e simplesmente e não discutirmos o sistema que deve permear toda a segurança pública, isso não vai resolver. Eu não me iludo, não vai resolver. Solidarizo-me com as famílias das vítimas e me solidarizo com as famílias de todos, e principalmente... Isso é dado, isso é estatístico, não há como contestar: jovens negros, pobres, da periferia estão tendo suas vidas ceifadas. E aí a culpa é, sem dúvida, do sistema de segurança pública.

Então, Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade e pedir desculpas a todos e todas, porque eu tenho um voo marcado agora para meio-dia. Eu não gosto de fugir do debate, mas eu imagino que, se eu ficar aqui até 11 horas ou 11h30min, eu consigo sair, se for para algum esclarecimento. Eu não me furto ao debate. No campo das ideias, no campo do debate, eu acho que nós temos que estar abertos em todos os momentos.

Muito obrigado a esta Comissão, a todos os senhores e senhoras.

Muito obrigado, Deputado. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Sargento Héder pela participação. Nós vamos ouvir os demais convidados. O senhor justificou, mas vai ficar mais um pouco conosco. Não é isso? Vamos tentar.

Nós vamos passar a palavra — e nós não combinamos aqui — para a Sra. Tatiane Almeida, por 15 minutos.

A SRA. TATIANE DA COSTA ALMEIDA - Bom dia! Primeiro, eu queria agradecer ao Deputado Reginaldo Lopes e dizer que eu tenho absoluta confiança de que os trabalhos aqui serão exitosos, porque ele fez uma coisa muito especial, que é chamar os atores desse processo de violência, de criminalidade, para estarem aqui debatendo. Os policiais são muito importantes nesse processo todo, e é muito importante quando a gente vem aqui pra também poder dar a nossa opinião, a nossa contribuição acerca do problema e apontar soluções.

Eu peço desculpa aos senhores pra fazer uma pequena contextualização histórica, em que pese isso, às vezes, ser chato, do próprio surgimento da polícia, pra que a gente possa entender algumas noções até equivocadas que nós costumamos ter sobre essa instituição.

Essa polícia que a gente conhece hoje, uma polícia que tem homens remunerados pelo Estado, uma polícia profissional, uma polícia em que seus membros são recrutados e passam por um treinamento, é uma polícia muito moderna, não é uma coisa antiga. A partir do momento em que a sociedade passou por transformações, como a revolução industrial, como o processo de urbanização, como o processo de êxodo rural, maior densidade das cidades, isso no século XVIII, é que surge a necessidade de uma força que possa controlar alguns motins e rebeliões que eram reflexos dessas transformações sociais.

Então, num primeiro momento, era o próprio Exército que lidava com essa questão de manutenção da ordem, mas, como o Exército não é preparado pra lidar com os cidadãos, mas preparado pra lidar com o inimigo externo, foi preciso o surgimento de uma polícia profissional pra manutenção da ordem.

Lembrando que, então, a polícia foi criada pra tratar de um problema prático da vida cotidiana. Então, olhe só, nós não podemos ser a solução de um problema que não fomos nós que criamos, não é? O problema é anterior. Eu tinha um professor que sempre dizia que o problema não é política de segurança pública, mas



são políticas públicas de segurança. Nós só somos um pequeno ponto nesse problema todo, importante também, mas o problema é mais profundo que isso.

E eu gosto de destacar que o papel da polícia não é e nunca foi o de violadora de direitos humanos, tanto que a primeira vez que o homem declarou num documento os direitos, o direito à vida, o direito à propriedade, foi na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789. E os franceses já tinham falado, no art. 12, que a garantia dos direitos do homem e do cidadão necessitava de uma força pública que os garantisse. Ou seja, não adianta só falar que tem direito, mas é preciso que haja uma instituição que proporcione o gozo desses direitos, porque, no caos, sem ordem social, no caos, não há respeito à vida, não há respeito à propriedade.

Então, só reforçando uma coisa que o colega Héder acabou de falar, eu queria dizer que não existe hoje no Brasil a violência policial como algo institucional. Existem casos de violência. Isso só pra dizer que as instituições policiais nem incentivam, não concordam com a violência, reprimem e, efetivamente, investigam os casos de violência que acontecem nos seus quadros.

Mas por que sempre quando se fala em violência, fala-se também em polícia? Quando se fala de criminalidade, fala-se também de polícia? Porque é com isso que nós trabalhamos. Então, quando acontece um caso de violência ou de criminalidade, a face do Estado que chega primeiro — e às vezes é a única que chega — é a própria polícia. Então, nós atuamos depois que o problema já está posto.

Até gosto de trazer uma perspectiva criminológica que fala da Teoria das Tarefas Restantes. Quando os demais atores nas redes sociais falham, o outro controle social, a polícia tem muito serviço, porque qualquer outro tipo de problema, que, a princípio, não seria nosso, acaba sendo tratado pela polícia.

Então, é só pra destacar que nós não somos antagonistas na proteção dos direitos e que o policial tem de ser visto como um vetor sempre dessa construção de cidadania, porque o policial que entende esse papel vai ficar orgulhoso e motivado de exercer a sua profissão.

Eu queria também destacar um pouco o papel da polícia na atuação dos crimes violadores de direitos humanos, que, com efeito, a polícia, por exemplo, investiga os crimes de pornografia infanto-juvenil, o próprio racismo e a



discriminação, o tráfico de pessoas, a condição análoga a de escravo. E o art. 109 da Constituição, no § 5º, traz essa possibilidade da federalização dos crimes, quando eles violam gravemente os direitos humanos.

Então, é nesse contexto, por exemplo, que a Polícia Federal faz várias operações, investigações relacionadas aos crimes de extermínio, crimes esses que vitimam especialmente jovens e negros pobres no Brasil. Esse é um fenômeno social de violência extrema exercida por grupos armados, que têm como regra a prática habitual de homicídios como atividade-fim da organização criminosa, e o direito à vida, com certeza, representa o sentido maior do sistema estatal de proteção aos direitos humanos, e aí se inserem as atribuições da Polícia Federal.

Eu queria também destacar a relação entre o Índice de Desenvolvimento Humano, as desigualdades sociais e a violência e dizer também que a violência não pode ser entendida só sob o ponto de vista de agressão física real, mas como são graves o medo e a sensação de insegurança que, por exemplo, se refletem hoje na tendência que as pessoas têm de evitar frequentar determinados locais, evitar de sair de casa à noite, mas pra dizer que os problemas de violência vão muito mais além do que o problema específico da polícia.

Então, existe uma relação entre desenvolvimento humano, uma relação entre desigualdade social e a ocorrência de homicídios, a ocorrência e violência. Os homicídios, a violência armada, ocorrem com mais frequências em áreas humanas caracterizados pela falta de emprego, baixos padrões de moradia, alta densidade populacional e baixos padrões de educação e serviços sociais. Mas não é só isso, existem outros fatores que vão influenciar a violência.

E, falando especificamente do Brasil, desde 2003 que a nossa taxa de desigualdade, medida pelo Coeficiente de Gini, vem diminuindo. Infelizmente, essa mesma diminuição da desigualdade não tem se refletido, na mesma proporção, na diminuição dos índices de violência, isso porque existem outros fatores que vão influenciar especialmente aqui na América do Sul, como a presença de armas e drogas.

Então, a questão das armas nos locais errados, ou seja, arma na mão das pessoas erradas, dos criminosos, é algo primordial, um problema primordial para se pensar no combate à violência. E a questão do tráfico de drogas também.



Então, como eu tinha dito anteriormente, o nosso índice de desigualdade tem diminuído muito. Desde 2003, a gente tem um dos menores índices. No entanto, o Brasil é um dos países menos seguros do mundo, e aí tem um índice de progresso social que trouxe, no ano passado, o Brasil como 11º país mais violento do mundo.

Então, o problema todo, assim, é muito mais grave. Não é só eventualmente, é também uma polícia, eventualmente, com esses casos de violência, mas especialmente uma sociedade que parece que ainda não sabe gerir os seus conflitos de uma forma mais pacífica. A gente mora num país em que uma briga de trânsito pode resultar num homicídio, uma briga entre marido e mulher, sem esquecer como as mulheres também são vítimas da violência, e essas coisas todas.

Mas parece que a sensação de exclusão e o sentimento de que a renda dos mais ricos é muito maior e que a riqueza é muito concentrada causam ressentimentos e discórdias entre as pessoas, o que impede a harmonia e a coesão social. Uma sociedade coesa é aquela em que todos lutam pelo bem-estar de todos, contra a exclusão, a marginalização, e que criam um sentimento de pertence entre as pessoas. A falta desses atributos é muitas vezes relacionada a conflito e violência, não só aqui no Brasil, e a gente tem visto vários problemas de violência entre polícia e grupos sociais nos Estados Unidos recentemente. Um tempo atrás, desde 2002, também vários conflitos, várias pequenas rebeliões na França, onde se opunham, de um lado, a polícia, e, de outro lado, grupos sociais.

Por fim, eu queria só falar rapidamente — e eu acho que já está terminando, não é, Deputado? — sobre a questão do racismo no Brasil e dizer que eu fico muito feliz de o tema poder ser discutido aqui, porque o racismo ainda é um tema muito tabu. Nós vivemos nesse mito da democracia racial, mas que não é bem verdade. Eu acho que consigo bem ver isso, porque, como negra, eu já passei por situações e consigo ver que no Brasil essa questão é só um mito, não é?

E eu comecei falando da questão da desigualdade social e da pobreza, nesse sentido, serem causa também de violência pra chegar, agora, ao ponto de dizer que, no Brasil, apesar de a gente ter melhorado a questão da desigualdade social, os negros ainda são mais desiguais que os brancos. Essa é uma das razões pelas quais os jovens negros ainda são os mais vitimados mesmo por essa violência.



Os negros ainda recebem uma renda menor no Brasil, os negros ainda são mais vitimados pelo desemprego, e o desemprego é um obstáculo para a formação de famílias estáveis e para a mobilidade social das novas gerações. O negro passa por aquilo que o Prof. Hélio Santos fala que é um ciclo vicioso. Ele não consegue se qualificar melhor pra conseguir bons empregos e, quando ele não consegue bons empregos, ele acaba não conseguindo ter renda pra se qualificar. Então, é difícil sair desse ciclo sempre de exclusão, e isso remonta a um passado de escravidão negra, a um fim de escravidão que não foi acompanhado de políticas de inclusão social, de forma que hoje um negro ainda tem subempregos e salários aviltantes.

E eu queria dizer que nós, como policiais, estamos preocupados mesmo com essa violência urbana e essa violência que vitima mais o negro, e, principalmente, porque nas Polícias Militares, por exemplo, entre os praças, 60% são negros, e a gente não pode esquecer também que a violência urbana vitima o policial militar.

Enfim, era esse o meu recado, agradecendo mais uma vez a oportunidade de também aqui, em nome da Associação dos Delegados de Polícia Federal, poder dizer o que nós achamos desse tema.

Obrigada, Deputado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero agradecer a Sra. Tatiane Almeida, representante da Associação dos Delegados de Polícia Federal.

Passo a palavra para o Sr. João Maciel Claro, da Associação dos Delegados de Polícia.

O SR. JOÃO MACIEL CLARO - Agradeço a esta CPI pelo convite, em nome do Deputado Reginaldo Lopes, aos demais Deputados, a todos os presentes. Eu represento aqui a Associação dos Delegados de Polícia, o Sindicato de Delegados de Polícia do Distrito Federal.

Sobre o tema da CPI, o que eu posso dizer é o seguinte: hoje, há 136 anos foi abolida a escravidão, mas ainda existem no Brasil resquícios da casa do senhor e a senzala. Para mim, e eu sou negro, vivo isso todos os dias, existem a casa do senhor, que é o centro de toda grande aglomeração, onde vivem as pessoas brancas, e a senzala, a periferia, onde vive a maioria dos negros.

Infelizmente, é nesses locais que existem a violência e a grande quantidade de homicídios. E aí, o que acontece? Esses jovens, em sua maioria negros e



pobres, estão cada vez mais expostos à violência. Então, esses jovens são as vítimas preferenciais dos nossos homicídios.

Hoje, estou completando 10 anos de polícia no Distrito Federal. Atuei na Ceilândia, atuei em Taguatinga, em Brasilândia, Santa Maria, áreas de periferia. Então, eu vivo isso todos os dias e vejo que, nesses lugares, a grande quantidade dos clientes da delegacia é negra. Por quê? Porque tem uma baixa escolaridade, tem uma baixa formação, então, são facilmente atraídos para o crime.

O que devemos fazer pra mudar esse cenário não passa simplesmente por uma questão de segurança pública, mas, sim, por questões de educação, questões familiares, pelo fortalecimento da família e da escola, e tentar resgatar esses jovens, cada vez mais cedo, para um trabalho técnico, para um ensino técnico, e não deixá-los jogados ao crime.

Sobre a segurança pública, o que eu posso dizer é o seguinte: como o Héder nos falou, hoje, no Brasil, gasta-se muito com segurança. Gasta-se sim, mas, talvez, de uma forma errada. Acredito que hoje talvez as polícias investiguem de forma errada. Na Polícia Civil, o investimento tem que ser muito mais bem elaborado, colocando mesmo tanto de recursos em todas as áreas. O mesmo tanto de recursos de policiais que têm no Plano Piloto, citando o caso do Distrito Federal, tem que ser colocado em todas as outras áreas. O mesmo tanto de praças que têm no Plano Piloto tem que ser distribuído em outras áreas nas satélites também. E não é feito dessa forma.

Os governantes privilegiam algumas áreas. Querendo ou não — e, como sou da área de segurança pública, eu tenho que falar isso —, eles privilegiam as áreas centrais e esquecem, às vezes, da área da periferia.

A periferia não sofre só com falta de segurança, sofre com falta de iluminação, falta de asfalto. E as pessoas pensam: mas o que isso dificulta a segurança pública? Se não tem iluminação, fica muito mais fácil ter um crime de tráfico, um crime de roubo, um crime de sequestro, um crime de estupro. Então, a iluminação pública é primordial para uma boa segurança. O asfalto: se não tem um asfalto, não tem nem mesmo como a Polícia Militar fazer rondas nessa área.

Então, não é só a segurança pública que tem que melhorar nessas áreas de periferia pra resolver o problema criminal, e sim toda uma infraestrutura estatal.



Nessas áreas, onde tem um grande volume de crimes de homicídio, pode ter certeza que o Estado está deixando a desejar, e muito. É a escola que não funciona, é o asfalto que é ruim, é a iluminação pública que é ruim. Então, o Estado tem que voltar os olhos para aquela periferia onde o negro está.

Hoje nós estamos aqui discutindo questões primordiais ao negro. Quantos negros há neste plenário? São poucos, muito poucos. Se fôssemos levar em consideração a população negra deste País, este plenário deveria ter pelo menos 50% de negros. Se eu contar aqui, eu estou vendo dez.

Então, o negro, apesar de ser a maior parte de nossa população, ele é a parte menos representante, ele não nos representa na hora de votar, no Legislativo ele não se encontra, ele não se encontra em cargos expressivos na administração pública. Por isso, eu sou um grande defensor das cotas.

Hoje, eu vejo a população que elogia tanto o Ministro Joaquim Barbosa e nem sabe que o Ministro Joaquim Barbosa foi um dos grandes defensores das cotas raciais no seu livro. A maioria das pessoas nem sabe que ele escreveu esse livro. Então, se não for implementada uma política de ação afirmativa para a população negra, para esse jovem negro sair daquela periferia, sair daquela situação em que ele se encontra, ele não vai sair dessa taxa de homicídio, porque não é a segurança pública que leva ele lá, mas, sim, a falta de escolaridade, a falta de oportunidade de emprego, a falta de educação, que ele não tem. Então, ele é levado para o crime por essas questões.

O que eu vejo, e vou citar pra vocês o caso de um garoto que morreu no dia 25 de dezembro de 2008. Eu estava no plantão, chegou essa notícia desse crime por volta da zero hora e 10 minutos do dia 25. Um garoto de 16 anos, conhecido nosso, da Polícia Civil, da nossa área, que, infelizmente, já tinha ceifado a vida de dois, com 16 anos de idade. Cheguei lá, não tive nenhuma surpresa, ele era negro, eu o conhecia — e vou colocar aqui um nome fictício de Marcelo —, tinha levado dez tiros. Enquanto outras crianças, certamente brancas, estavam recebendo presentes de seus pais, ele estava recebendo tiros lá na Ceilândia. Então, é isso que acontece com o jovem negro e pobre da periferia. Falta oportunidade pra ele.

Voltando ao nosso tema, porque sou delegado de polícia, então, eu tenho que falar de segurança pública. Hoje, eu discordo um pouco do que o Héder disse sobre



o ciclo único de polícia. Eu acredito que cada polícia pode fazer, sim, o seu papel, e de forma satisfatória. Acho que tem que ter mais investimentos pra Polícia Militar, tem que ter mais investimentos pra Polícia Civil e tem que ter também um abrandamento das penas no Brasil, porque a pena, no Brasil, não é branda, são os benefícios que são brandos.

Uma pessoa mata um indivíduo no Brasil e fica 1 ano presa. Se for homicídio simples e ele for primário, vai ficar 1 ano preso, porque ele é condenado a 6 anos, que é a pena mínima de um homicídio simples, vai cumprir um sexto e vai ficar em liberdade, vai para o semiaberto, que já é uma liberdade, e vai responder o resto do crime em liberdade. É possível, tirando uma vida, a pessoa ficar 1 ano presa?

No caso de homicídio qualificado como hediondo, se ele for primário, vai cumprir 12 anos e vai ficar 8 anos preso. Então, no caso de homicídio qualificado como hediondo, ele fica 8 anos; no simples, ele vai ficar 1 ano preso. Então, matar no Brasil é muito fácil e a pena é muito pequena.

Então, pra rever toda essa situação, tem que ter uma política criminal nova, uma política educacional. O Brasil tem que se reformular ou, senão, não vai adiantar muita coisa, porque, enquanto nós não colocarmos as pessoas que matam na cadeia e deixá-las lá, os jovens vão continuar morrendo.

No Brasil, a pessoa é presa e, com esses vários benefícios, dentro de 1 ano ou 2 anos, ela vai estar na rua matando de novo, quando for decretada a prisão preventiva, porque, às vezes, nem prisão preventiva é decretada. Ele foge do flagrante, não é preso durante as 24 horas, se apresenta e continua em liberdade ceifando outras vidas. Tem casos de autores de homicídios que chegam a ceifar três vidas até serem presos, até ser decretada a prisão preventiva. Então, enquanto não for endurecido o sistema penal brasileiro, a situação tende a piorar, sim.

Hoje, por exemplo, fala-se tanto em redução da maioria penal. Eu sou totalmente contra a redução da maioria penal, porque acredito que tem que se aumentar a pena, aquela medida socioeducativa, para crimes graves. Por exemplo, um menor que mata uma pessoa pode ficar até 8 anos preso, porque, pra mim, se um maior que mata uma pessoa, no homicídio qualificado, vai ficar 8 anos preso, porque a média é que ele vai ficar 8 anos preso por homicídio qualificado, não há por que um menor ficar mais de 8 anos preso. Então, no meu entender, não há que



reduzir a maioria penal e, sim, aumentar o tempo de apreensão desse menor, que seria mais útil à sociedade.

Por exemplo, vamos dizer que lá, na periferia, vai diminuir a maioria penal pra 16 anos. O que o criminoso que usa esse menor pra cometer... E esse menor, voltando ao nosso tema, geralmente é aquele menor negro e pobre que o tráfico traz junto pra ele lá, aproveita dessa situação de pobreza em que essa criança se encontra — e, pra mim, o menor de 15, 16 anos, como eu fui criança nessa época, é criança —, aproveita essa criança, traz para o seio do crime e vai usá-la simplesmente pra assumir todos os crimes que a quadrilha comete.

Se os nobres Deputados e Senadores reduzirem a maioria penal para 16 anos, a única coisa que eles vão fazer, antes de pegar esse menor de 16, eles vão pegar um menor de 15, de 14, de 13, e a única coisa que eles vão mudar é diminuir a idade das vítimas que eles vão corromper. A minha ideia é essa: não vai mudar em nada, eles só vão corromper a criança com uma idade menor, porque eles vão procurar uma pessoa de 14, de 15 e de 16. E crianças pobres e negras precisando de um dinheiro fácil no Brasil é o que mais tem, infelizmente. Então, a redução da maioria de 18 anos pra 16 anos, que muitas pessoas acham que vai melhorar, que vai acabar, não vai melhorar. Como delegado de polícia, pela experiência que eu tenho de 10 anos, não vai melhorar a situação. Só vai dificultar e reduzir a maioria dessas crianças que vão entrar para o crime mais cedo.

Finalizando, o que eu penso? Para tentar diminuir essa taxa, é preciso investir em escolas, em educação, em trabalho técnico-profissional para esses jovens da periferia. Somente dessa forma vamos conseguir reduzir essa taxa de mortalidade.

Infelizmente, pelos números que temos nas nossas delegacias, no sistema de segurança pública não só do Distrito Federal como do Brasil, o jovem negro e pobre não é só vítima. Na pior das vezes, ele também é autor de crimes. Então, cada vez mais cedo, esse jovem entra para a criminalidade. E, nessa criminalidade, eu, como delegado de polícia, só sei: ele sai ou preso ou morto. Infelizmente é assim.

Obrigado, Deputado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Sr. João Maciel, pela contribuição.



Quero passar a palavra ao nosso próximo convidado, Sr. Bruno Telles, da Associação Brasileira de Criminalística.

O SR. BRUNO TELLES - Bom dia a todos! Meu nome é Bruno Telles. Sou o atual Presidente da Associação Brasileira de Criminalística. Tenho formação em engenharia mecânica pela Poli-USP, mestrado em administração pública, com ênfase em criminalística. Comecei minha carreira como servidor público, como agente penitenciário federal.

Naquela época e até hoje nós usávamos farda preta, andávamos com fuzil, e eu achava que realmente segurança pública se fazia com homem fardado de preto, com fuzil, subindo a favela para combater o crime. Foi, então, que eu me tornei perito criminal, e as nossas atribuições como perito criminal incluem a perícia de local de crime. Então, nós temos que ir onde o crime acontece, que é exatamente na periferia, e foi quando eu tive contato mais próximo com esses fenômenos da violência e pude, vamos dizer assim, abrir um pouco mais a minha cabeça e começar a estudar cientificamente o tema.

Além de ser Presidente da ABC, eu também sou diretor administrativo de uma fundação de peritos criminais aqui no Distrito Federal, cuja função é estudar ciências forenses e segurança pública.

Então eu vou falar para os senhores e prometo um discurso recheado de alguns dados. E esses dados vêm de estudos científicos na área de segurança pública, porque acho que o País é muito carente nessa área.

Bom, antes de falar do por que se morre muito jovem negro na periferia no Brasil, eu queria contextualizar como essa morte decorre da atual situação da segurança pública brasileira.

Eu gostaria de citar um estudo promovido pelo Prof. Michel Misse, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Quem participa também desse estudo é o Prof. Arthur Trindade, da UnB, atual Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal. Eles fizeram um estudo em quatro Estados para avaliar a efetividade das investigações policiais brasileiras.

Então, para citar um dado para vocês, no ano de 2007, a resolução de roubos e furtos do Rio de Janeiro chegou a 0,49%. Ou seja, de cada 10 mil roubos, apenas 49 eram solucionados. Se subtrairmos desses números aquelas soluções que foram



derivadas da prisão em flagrante pela Polícia Militar, nós teremos praticamente zero por cento de investigação de roubos e furtos. E, fazendo um apanhado geral no Brasil, hoje a nossa taxa de resolução de crimes está entre 3% e 8%, dependendo do Estado brasileiro. Isso, considerando apenas as demandas que chegam às delegacias de polícia e aquelas que efetivamente são transformadas em inquéritos policiais destinadas ao Judiciário. Não estamos aqui abordando aqueles crimes que não são comunicados à polícia.

Alguns estudiosos mais otimistas, com base em pesquisas feitas com a população, estimam que somente 40% dos crimes que acontecem são comunicados à polícia. Crimes pequenos, como roubo de celulares, pequenas brigas, pequenas ameaças, não são comunicadas à Polícia Civil por uma série de características.

E dessa capacidade de resolução de crimes, que advém também da forma como a polícia está estruturada hoje e não tem condição de solucionar tudo, muitas polícias estão trabalhando com regime de prioridade, ou seja, investiga-se aquilo que é prioridade. E aí nós entramos num problema sério no Brasil: o que é uma prioridade?

A prioridade, pelos estudos que a gente tem conduzido, é definida quando você desperta algum nicho de poder. Então, um crime que aconteça e que desperte a atenção da mídia automaticamente se torna prioridade dentro de uma estrutura investigativa. Um crime que aconteça com uma pessoa de um nível social mais alto ou uma pessoa poderosa, que tenha influência sobre a polícia ou a segurança pública, desperta o interesse de a polícia investigar, e um crime que acontece na periferia não é prioridade.

Então, essa situação nos leva hoje... Algumas polícias nessa mesma época conseguiram até um índice de resolução de 58% de homicídios, mas aqui estou trazendo outro dado de uma pesquisa feita na Penitenciária Federal de Catanduvas, em 2005. Na penitenciária federal, lá só tem os chefões de tráfico de drogas, os chefões de grupos de extermínio, foi feita uma pergunta bem simples para eles, que era: qual foi o primeiro crime que você cometeu? Apareceu, em primeiro lugar, furto, depois roubo, depois tráfico de drogas, que são crimes menos violentos e exatamente são os crimes menos investigados hoje no nosso sistema de polícia.



Então hoje nós temos uma situação voltada para investigar esses crimes de prioridade e obviamente ninguém se torna traficante internacional de drogas da noite para o dia; ele não nasce, ele começa fazendo pequenos furtos, pequenos arranjos para si mesmo, como eles dizem, “pegando emprestado”, eles não roubam. Depois ele passa por uma situação ruim, adquire uma arma de fogo para sua “própria segurança”, entre aspas, começa a cometer roubos e, no meio de um roubo desses, ele comete seu primeiro latrocínio. Se nós supormos que ele demorou de 4 a 5 anos para cometer seu primeiro latrocínio e se ele for preso no seu primeiro latrocínio, você prendeu uma pessoa que passou de 4 a 5 anos aprendendo que o crime no Brasil compensa. Essa pessoa é irrecuperável no nosso sistema penitenciário.

Então, hoje nós temos um sistema de investigação baseado em prioridades. Isso acaba ensinando aquele iniciante do crime que está praticando roubo, furto, pequenos tráficos de droga, pequenos contrabandos. Você o ensina que o crime compensa no Brasil. Atualmente, nós ensinamos a uma geração inteira os benefícios do crime no Brasil.

Aliado a isso, nós temos um panorama nacional que é a ausência completa de um plano nacional de segurança pública. O que mais me deixa sem dormir à noite não é que nós não temos um plano nacional de segurança pública, é que nós não discutimos sequer a intenção de constituir um plano nacional de segurança pública.

Isso deixa o Brasil numa posição muito vulnerável com relação aos nossos vizinhos que são produtores de drogas e que também, pela mesma necessidade que eles exportam as drogas, eles têm necessidade de importar armamento para defender a sua atividade. Nossas fronteiras, no meu entender, estão frouxas. O Brasil tem uma dimensão continental.

A droga, para atravessar todo o Brasil e chegar a um porto ou aeroporto, percorre mais espaço que em qualquer outro país da América Latina, mas por que se escolhe o Brasil para escoar grande parte dessa droga produzida na Colômbia, Venezuela, Bolívia, alguma coisa de maconha no Paraguai também? Primeiro porque o Brasil tem uma estrutura muito boa de portos e aeroportos e um fluxo grande de passageiros e de carga para países desenvolvidos, que é o principal cliente das drogas produzidas aqui e é o principal cliente porque tem poder aquisitivo



para pagar. Se um traficante hoje puder escolher entre vender uma droga aqui no Brasil ou lá na Europa ele está escolhendo entre receber, dependendo da quantidade, 10 mil dólares ou 100 mil dólares por 100 gramas de cocaína pura.

Então, o que acontece? Essa estrutura toda, que dá muito dinheiro, escolhe o Brasil para escoar sua produção. Quando ela escolhe o Brasil para escoar sua produção, precisa recrutar recursos humanos aqui, precisa ter gente para ajudar a carregar droga, para fazer segurança. Essas pessoas são pagas com parte do carregamento. Parte do carregamento, então, tem que ser vendida nacionalmente para se transformar isso em dinheiro.

Quando eles vão recrutar pessoas, obviamente eles procuram um grupo mais vulnerável. Quem é um grupo vulnerável no Brasil? O jovem, e é o jovem da periferia. Primeiro, porque ele é jovem, tem necessidade de inclusão social mais alta, tem necessidade de provar seu valor, de provar sucesso. Atualmente, nessa sociedade em que ter é ser, sucesso é dinheiro, e não há emprego que pague mais na periferia do que trabalhar para o tráfico de drogas. Qualquer emprego de lojinha ou até mesmo empregos de nível superior pagam menos para o jovem da periferia do que ser um gerente do tráfico ou ser um aviãozinho do tráfico.

Outro ponto também interessante é que, na periferia, o tráfico tem uma baixa concorrência. Como são pessoas menos capacitadas, por uma série de condições sociais e históricas no Brasil, são pessoas que não têm muitas habilidades. Elas acabam tendo poucas oportunidades de emprego, e restam-lhes poucas opções. E uma opção boa é o tráfico de drogas. Hoje, em qualquer favela, há fila de jovens para trabalhar para o tráfico de drogas.

Aí, já se tem um primeiro cenário: uma fronteira frouxa, um tráfico de drogas que se instala no Brasil, que usa o Brasil como meio logístico para escoar isso para a Europa e os Estados Unidos e que recruta jovens na periferia.

E a polícia vai aonde? A polícia vai à periferia combater o crime. Quando a polícia vai à periferia combater o crime, nós temos as ações policiais normais e temos as transgressões, que são comuns em qualquer profissão. O Brasil tem um histórico de investigação através do meio de tortura, de violência policial ou de outro tratamento desumano ou cruel, e isso acaba acarretando muitas denúncias de violência policial para a própria polícia investigar. Que legitimidade tem a polícia para



investigar seu próprio funcionário que está subindo uma favela para defender os homens de bens? Dentro da estrutura das polícias estão os meios principais para se investigar. Dentre eles, eu cito aqui o meio de que eu faço parte, que é a perícia criminal, que executa os exames técnicos necessários para saber se houve tortura ou não, e que objetos foram utilizados nessa tortura. Mesmo que a perícia aponte que não houve tortura, ela, vinculada à Polícia Civil, sempre vai deixar aquela sombra de dúvida: será que não houve pressão corporativa para que esse resultado tenha sido a exclusão da situação de tortura? Nesse âmbito, o Estado perde a legitimidade para apurar os crimes cometidos pelos seus próprios funcionários, e perde a legitimidade perante a população da periferia, legitimidade essa que vai ser ocupada por alguém. Talvez, por um traficante de drogas que se mostre justo, que acabe punindo quem rouba dentro da favela, quando o tráfico é permitido, mas o roubo, não.

Então, em todo esse processo, nós temos um Estado que investiga pouco e acaba ensinando uma geração de jovens que o crime compensa, e temos uma boa permeabilidade ao tráfico de drogas, que traz o combate das drogas lá das fronteiras para as periferias das cidades.

Onde é o principal centro de conflito de traficantes de drogas no Brasil? O Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro não produz 1 grama de cocaína. O Rio de Janeiro é o principal escoador, pelo seu porto e pelo seu aeroporto, de drogas produzidas em outros países, e tem taxas de criminalidade superiores a Estados que fazem fronteira seca com os países produtores de drogas. Isso traz uma necessidade de recrutamento dessas organizações criminosas para dentro do Brasil. Essas organizações não são desestruturadas, porque a Polícia Civil, como eu disse, está investigando por prioridade, e elas ficam em pé de igualdade para poder combater a Polícia Militar, que sobe as favelas para tentar acabar com o tráfico de drogas.

No meio de tudo isso está o jovem da periferia. Então, se eu pudesse hoje dizer qual é o perfil da vítima de todo esse processo, diria que ele é jovem, ele é negro, do sexo masculino, mora na periferia e foi morto a tiros. O Estado não vai ter nenhuma legitimidade para dizer em que situação se deu essa morte, se foi efetivamente um homicídio, se foi resultante de uma ação policial ou se foi um acerto



entre traficantes de drogas, que é a conclusão padrão para toda morte que acontece nas favelas.

Contudo, eu não vim só falar dos problemas, e indico algumas necessidades que nós temos. A primeira é a de um efetivo plano nacional de segurança pública, para empurrar esse combate às drogas das periferias das grandes cidades para as fronteiras e aumentar o custo do transporte das drogas através do Brasil. Se o custo do transporte das drogas aqui for maior do que o dos nossos vizinhos, a tendência é que essa logística toda migre para outros países. Então, nós não precisamos ser o país mais infalível do mundo no combate às drogas. Nós só precisamos ser melhores que os nossos vizinhos.

A segunda é reconhecer que o modelo atual de investigação é insuficiente para apurar crimes no Brasil. Não é possível que o mesmo procedimento sirva para apurar um roubo de celular e também sirva para apurar um triplo homicídio. Eu digo que, talvez, uma das soluções seja, sim, a instalação de ciclo completo no Brasil, para tentar ajudar a desafogar toda essa carência que nós temos de investigação.

E a terceira é o Estado retomar a sua legitimidade perante a população da periferia e aumentar a transparência nas apurações dos crimes. E indico a desvinculação das perícias criminais das polícias civis como meio de se ter um organismo independente para efetivamente dizer se houve ou não tortura, se aquela morte foi decorrente de uma violência policial ou não, e assim por diante.

Se esse pilar da legitimidade não for retomado, em breve nós efetivamente estaremos rumando para uma geração inteira aprendendo que crime no Brasil compensa. Essa é a geração pobre da periferia, é o negro, que já está condenado à marginalização. Hoje ele é condenado a conviver com a violência e a conviver com a morte. Um amigo meu fala que antes nós os tínhamos condenados à escravidão; um tempo atrás nós os condenávamos à pobreza; e hoje nós os estamos condenando à morte.

Esse perfil de homem jovem e negro também está presente em outras vitimizações no Brasil, em outras áreas. Ele não é algo exclusivo da segurança pública, o que demonstra que nós temos uma ausência grande de política pública voltada para proteger essas pessoas, que estão num momento muito frágil de suas vidas.



Deputado Reginaldo Lopes, eu gostaria de agradecer o convite para participar da CPI. Agradeço a presença dos demais Deputados e me coloco à disposição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Bruno, pela contribuição.

Passo a palavra a Ayran da Silva Bezerra, que é da Federação dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação.

O SR. PAULO AYRAN DA SILVA BEZERRA - Prezado Deputado Reginaldo Lopes, bom dia! Cumprimento todas as autoridades presentes e demais companheiros e colegas que estão acompanhando o debate.

Eu queria agradecer, de forma antecipada, o convite. Vamos tentar contribuir com o debate. Talvez eu faça aqui uma linha diferente da que eu tenho observado na Mesa, porque acho que, independente do Governo, há esforços do Estado, sim, para tentar minimizar essas ocorrências. Talvez falte uma política de integração de interfaces de uma ação com a outra, seja de educação, seja de segurança, seja de saúde pública, para que, de forma complementar, de forma sistêmica, esses índices apresentados e comentados aqui de violência contra o jovem pobre... Eu digo pobre e negro, porque também há outras incidências. É claro que em relação ao negro é muito maior, mas não podemos deixar também de fazer uma análise mais ampla, porque o que atinge essa população é a falta de interface entre essas políticas que os Governos implementam, às vezes com uma dificuldade aqui, outra acolá. Mas existem as políticas em cada Estado, em cada localidade, dentro de sua peculiaridade, que precisam ser integradas.

Eu sou papiloscopista policial federal, e tenho oportunidade, incumbência e atribuição de servir em vários cantos do País. Já estivemos na fronteira, atuamos também em local de crime. Nós também fazemos todo um processo de contribuição à autoridade policial na resolução de crimes. Sabemos da vulnerabilidade das nossas fronteiras, de quanto se passa de armas e drogas, em que pesem os esforços que tenham sido feitos, talvez não com a dimensão que deveriam ter, talvez não com a quantidade de investimentos que teriam que ser feitos para diminuir, minimizar o impacto que geram as drogas e as armas que passam pelas



fronteiras. São lugares extremamente complicados, o Brasil tem fronteiras continentais. Temos que falar daquilo o que vemos.

Dizem que a instituição Polícia Federal não atua? Atua, mas tem dificuldades, tem muitas dificuldades, pela situação que o País vive, seja no campo orçamentário, seja nas políticas que às vezes não são implementadas da forma como deveriam ser. Mas há um esforço institucional para que isso não chegue às nossas comunidades e às nossas crianças.

Nós trabalhamos com o Sistema Nacional de Informações Criminais, e acompanhamos isso. Observamos que 70% dos indiciamentos constantes do nosso banco giram em torno de 18 a 30 anos. O que mais chama atenção, às vezes, é a reincidência, o número de passagens que esses jovens têm pelo cometimento de crimes.

Qual é a leitura que fazemos? Vou dar um exemplo aqui. Minha esposa é professora — sou nascido e criado em Brasília —, e moro na cidade do Guará, que atende uma boa parte da população de outra cidade chamada Estrutural. Tivemos um problema com a escola lá, e os alunos foram distribuídos. O Governo do Distrito Federal dá o transporte escolar — o Governo do Distrito Federal, quando não dá o transporte escolar, o estudante não tem custo com passagem de transporte — e dá escola pública, uma escola pública de qualidade. O que se observa em relação àqueles problemas que nascem na escola com os alunos? Quando a família está perto, ou seja, a família está perto da escola, os problemas são minimizados. Quando a família está longe, quando o pai demora, às vezes o pai não consegue chegar à escola, não consegue ir porque trabalha e mora longe, esses problemas se delongam para serem resolvidos. Às vezes, não se consegue que sejam resolvidos na esfera escolar, chama-se o Batalhão Escolar, chega o Batalhão Escolar, e aquele problema que estava no núcleo escolar vai ser resolvido na delegacia de polícia. Tomou outra dimensão, tomou outra linha de conduta. Aí, já se sai de uma esfera onde se poderia resolver o problema de forma mais tranquila para uma esfera onde vai haver mais complicações.

O que se observa? Que há uma necessidade urgente de aproximar a comunidade das escolas, dos postos de saúde e também das intuições policiais. A comunidade não confia na instituição policial. Lógico, você tem o contrafluxo. Toda



vez que um policial, seja de qualquer força, é demandado a adentrar uma comunidade para resolver um problema, ele já entra completamente desconfiado, ele já entra completamente armado, policiado por si mesmo, com medo, porque a reação é possível de acontecer. Nós precisamos estabelecer uma convivência mais próxima da comunidade com a instituição policial. Precisam-se estabelecer relações onde se adquira maior confiança, onde a comunidade possa se aproximar do policial e conversar, dialogar e, às vezes, denunciar, dizer: *“Olha, está acontecendo aquilo ali”*. É lá onde acontece o aliciamento de jovens, mas a comunidade passa a ter mais medo da polícia, por esse distanciamento que se criou, do que daqueles que os estão aliciando. Então, nós precisamos ter políticas que tracem essa interface e façam essa coisa enlaçar todas as políticas de segurança pública, de educação e de saúde, para que a comunidade se sinta acolhida e, ao mesmo tempo, as instituições também.

Hoje, o que vemos quando se vai resolver um problema? Aqui em Brasília, não temos morro, mas há comunidades que apresentam certa dificuldade. O que se vê, quando se vai resolver um problema, é aquele monte de homem de preto, com fuzil na mão, descendo para resolver um problema. No dia a dia, não se mostra como está se dando essa relação da instituição policial, do servidor policial com a comunidade, com a sociedade. Isso fragiliza e torna o jovem vulnerável.

Entendo que o jovem vai militar no crime não só por questões de dinheiro, não. É questão de poder, é uma necessidade de o ser humano mostrar poder, porque, com o dinheiro que o traficante paga, um garoto desses mal compra um tênis, mas ele exerce um poder. E aí, nesse jogo de poder dentro daquela comunidade, ele quer crescer, ele quer ser cada vez mais poderoso. É lógico que isso é acompanhado por acesso a certos luxos que os demais não têm. Mas aquele jovem que está lá na comunidade, que não tem acesso nem a essa briga pelo poder, ele passa também a não ter acesso às políticas públicas que o Governo implementa.

Senhores, vou dar um exemplo aqui. Eu me candidatei a um curso de técnico de imóveis no IFB, criado pelo Governo Federal. É uma coisa espetacular! Éramos 40 alunos, mas formamos 15. Aqueles que eram mais vulneráveis do ponto de vista social foram os que não concluíram o curso. Por que será? Eram jovens... Estou na casa dos meus 45 anos e falei: *“Eu queria fazer algo diferente”*. Aquele jovem que



precisava se profissionalizar para arrumar um ofício não concluiu o curso. Por quê? Por que ele não chegou a finalizar aquele curso e se tornar um profissional? Hoje, no Brasil, estamos tão carentes nessa área também, além de estarmos carentes de pedreiros, de mecânicos, enfim. Não se faz essa pergunta. E eu perguntei ao IFB se era feito algum tipo de estudo ou de análise, porque há um investimento do Governo, com professores e tudo. Infelizmente, não obtive resposta.

Mas essa é a leitura que a gente faz como instituição. A Polícia Federal atua em várias situações. Em vários locais que a Polícia Civil não atinge, às vezes nós temos uma delegacia, nós temos um *front* atendendo, principalmente nas fronteiras. Há situações em que o próprio Exército também tem que atuar. Essa é a situação que vivemos, não podemos nos furtar a comentar. Mas observamos que, em todos os rincões, inclusive próximos de nós, nas comunidades às vezes do nosso lado, falta essa política de integração, falta saber por que o jovem não está tendo acesso àquela política pública. E aí nós temos que fazer uma releitura dessa convivência e desse relacionamento. Eu entendo que as instituições policiais têm que se aproximar da comunidade, se colocar a serviço e à disposição.

Vou dar um exemplo do que vivi. Eu tenho três filhos, e todos os meus três filhos tiveram a oportunidade de participar de um curso que a Polícia Militar, aqui de Brasília, promove, que é o PROERD, que trata da questão da relação com as drogas. Fantástico, fantástico o programa. Os meus filhos saíram desse programa entendendo e compreendendo quais são os malefícios da droga, o que é que ela traz para dentro da sua casa. E, na época, eu ainda comentei com o capitão que também era necessário fazer com os pais, para que os pais pudessem identificar os sintomas do uso das drogas no jovem, pudessem olhar para o jovem e dizer: “*Tem alguma coisa errada. Isso pode ser uma bebida, isso pode ser o uso de uma cocaína, uma maconha*”. Precisava-se ampliar.

Para minha surpresa houve, durante um período, o cancelamento do Programa PROERD, por falta de verbas. Quer dizer, é um programa de uma instituição policial que está se aproximando da sociedade, que está criando essa relação, porque dificilmente você vê um jovem hoje dizer assim: “*Olha, eu quero ser polícia, eu quero ser bombeiro*”. Ele quer ser tudo, menos isso. Mas, quando esse programa está na escola, ele desperta no jovem o interesse de ser um policial, de



ser um servidor bombeiro militar, ou seja, é a polícia se aproximando da sociedade, tendo esse contrafluxo.

Se isso se acabar, a tendência é se distanciar cada vez mais e aumentar as taxas realmente de mortalidade entre jovens, da polícia com os jovens, porque, quando a polícia é demandada, aí vem a primeira parte da polícia para poder acabar com a bagunça, e é difícil se estabelecer regras naquele momento, porque nós também, das instituições policiais, precisamos ser treinados e adestrados para lidar com essa convivência com a violência diária sem gerar violência, o que não é fácil, senhores, o que não é fácil.

Como eu disse, eu sou papiloscopista e nós trabalhamos com a área da identificação. Queria chamar a atenção com relação ao tema dos desaparecidos. Nós não temos uma política de identificação. Nossos institutos, hoje, estão aos frangalhos. Existem institutos de identificação com alguma tecnologia, existem outros institutos com tecnologia nenhuma.

Nós tentamos trazer alguns dados, mas não houve tempo de saber quanto e qual jovem tem acesso, por exemplo, à primeira Carteira de Identidade. Quanto à Carteira de Trabalho, eu acho também importante que a gente busque essa informação. Quantos jovens têm o documento da Carteira de Identidade? Infelizmente, a gente não conseguiu trazer esse dado aqui, hoje. Mas qual é a importância disso? Hoje, a maioria dos jovens de qualquer situação social, ele já tira logo a Carteira de Identidade. Para começar, tem que tirar o CPF para poder ser declarado como dependente, enfim. Nós precisamos apresentar esses documentos.

Em muitos casos, as crianças com 10, 12 anos estão tirando Carteira de Identidade. O que a gente observa é que em várias comunidades o jovem chega a 18 anos e não tem um documento de identidade, ele não foi identificado. Isso aí repercute em outras situações, como, por exemplo, como atuar na busca, no desaparecimento desse jovem. Você não tem um lastro, você tem apenas a informação de que esse jovem era existente ali naquela comunidade e, de repente, ele sumiu.

Eu quero citar — o tempo está acabando — uma operação que foi feita aqui, em Brasília, chamada Operação Anjo da Guarda, onde se identificaram vários corpos, como indigentes, e esses dados foram guardados. E, quando o Distrito



Federal adquiriu a tecnologia AFIS, vários desses casos foram solucionados, porque se pôde jogar informações dentro do sistema e trouxeram a identidade dessas pessoas. Resgata-se aí a cidadania, minimiza-se a dor de uma família, não é? Às vezes, aquele ente que estava perdido foi encontrado. Isso se repercute em todas as situações, em todos os Estados brasileiros.

A Polícia Federal tem trabalhado num projeto que nós denominamos de Cadê, que é a busca de desaparecidos, que é criar um banco para colaborar com as instituições que já existem, que já fazem esse trabalho, sejam ONGs, seja a própria Secretaria de Direitos Humanos, onde se tem notícia de um desaparecido que esteja cadastrado, e, com base nas impressões digitais dessa pessoa, num banco nacional, se possa proceder a essa pesquisa. E, mesmo no projeto piloto, já tivemos resultados muito positivos. Mas qual é a nossa dificuldade? É a fragilidade que as instituições que trabalham com a identificação apresentam hoje pela falta de investimento e tecnologia.

Mas é uma luta, é uma luta nossa como entidade, é uma luta nossa enquanto instituição. O Instituto Nacional de Identificação da Polícia Federal tem trabalhado, tem buscado dialogar com o Governo, dialogar com os segmentos dos Estados, para que a gente possa buscar esse fortalecimento.

Eu teria mais algumas coisas para dizer, mas eu vou interromper. Eu acho que se pode estabelecer um debate, e estamos à disposição para colaborar naquilo que for oportuno.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero agradecer o Sr. Ayran da Silva Bezerra, da Federação dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação, pela contribuição.

Eu quero convidar a Deputada Rosângela Gomes, nossa Relatora para que tome assento aqui à mesa.

Vou passar a palavra a nossa Relatora, mas, antes, eu quero, como autor do requerimento, fazer uma pergunta para todos.

Primeiro, surge como uma possibilidade nesta CPI a busca de um novo pacto federativo em relação ao tema segurança pública, que hoje é de responsabilidade dos Estados. Então, temos debatido que precisamos aumentar a presença dos



Municípios e da União num sistema compartilhado. Eu queria ouvir um pouco a opinião dos senhores e das senhoras à Mesa.

Também há a unificação e integração das polícias, em que se cria um novo sistema federativo. O que V.Exas. acham da unificação e integração das ações e das polícias?

Outra pergunta que não se quer calar é sobre a desmilitarização...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Desculpe-me, Sr. Presidente. Deixe um pouquinho para nós aí. *(Risos.)* É ou não é? Se V.Exa. quiser, pode ser o primeiro a falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - *(Risos.)* Estou falando como o autor do requerimento.

Também quero a opinião dos senhores sobre a desmilitarização, sobre a redução da maioria penal, sobre o Estatuto do Desarmamento.

Mas, aí, eu queria também, já que não falamos aqui de um Plano Nacional de Segurança Pública, queria algumas sugestões sobre as causas por não serem resolvidas as questões dos homicídios e algumas propostas para aumentar a resolução, tanto proposta de curto como de médio e longo prazos. Nessa ideia, nessa lógica de uma construção de um Plano Nacional, quais seriam os desafios? É nesse sentido.

Então, é isso, só para abrir aqui o nosso debate.

Eu quero passar a palavra à Relatora, Deputada Rosângela Gomes, depois vamos, pela ordem, ouvir aqui: Deputados Delegado Edson Moreira, Glauber Braga e os demais que se inscreveram.

Com a palavra a Deputada Rosângela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Bom dia a todos e a todas. Quero parabenizar o nosso Deputado autor do requerimento. Para otimizar, já que há ponderações do Plenário, eu vou cumprimentar a Mesa e passar direto a minhas indagações, a minhas perguntas, para que qualquer um dos senhores à Mesa possa responder para nos ajudar aqui nos nossos trabalhos.

Segundo os dados apresentados nesta Comissão, no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2014, o Brasil gastou, em 2013, 258 bilhões com custos de violência. Na Segurança Pública, prisões e unidade de medidas socioeducativas,



esse gasto é equivalente a 5,4% do PIB brasileiro. E é importante destacar que dos 192 bilhões dos custos sociais da violência, 114 bilhões são decorrentes de perdas humanas, ou seja, de vidas perdidas. As demais despesas incluem gastos com segurança privada, sistemas de saúde e seguros. O número de presos encarcerados no Brasil atingiu 574.207 pessoas. Negros são 18,4% dos encarcerados e 30,5% das vítimas de homicídios no Brasil.

Diante dos dados acima, eu gostaria de perguntar: que mudança significativa poderia haver no plano de formação de policiais para ter como sequência a redução de ação da violência e ação preventiva? E qual o investimento no sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal que poderia ser feito para melhorar os órgãos das instituições militares? Alguém falou aqui sobre Plano Nacional de Segurança Pública.

Eu abri, mas eu queria ouvir, eu gostei muito da fala do Bruno, e se ele poderia dar uma contribuição com resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, só vamos abrir para os demais Deputados e, depois, as respostas serão em bloco.

Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Muito obrigado, Sr. Presidente. Deixou alguma coisa para nós?

Mas vou entrar nesse debate falando sobre a unificação das polícias. É de suma importância a unificação das polícias. Não é a solução; é uma das soluções. É a municipalização da segurança pública. As Guardas Municipais precisam atuar um pouco mais no policiamento ostensivo preventivo. É claro que, para se implantar o ciclo completo, tem de haver uma unificação.

Por exemplo, nesta semana, encaminhei um projeto de lei em que o delegado de polícia pode recorrer em sentido estrito nos casos em que forem negados o mandado de busca e apreensão, a prisão preventiva, a fiança, a interceptação telefônica, porque investigação técnico-científica necessita disso.

Discordo veementemente do que o Bruno disse aqui, que a polícia investigativa usa meios de tortura. Gostaria que ele me explicasse que meios de tortura são esses que são usados. E — é claro — se existem alguns lugares que usam, não é a sua maioria. Eu aprendi e sempre utilizei o método técnico-científico.



Por que o técnico-científico? Porque é de vital importância você analisar uma estação radio base, por exemplo, pôr o criminoso no local do crime, nas imediações do crime, numa estação radio base, as evidências.

Sou um estudioso de criminalística, e, na faculdade, retiraram a cadeira de Medicina Legal. Colocaram na cadeira de Direito a opção da Medicina Legal, ao que sou totalmente contrário. A papiloscopia é fundamental no local do crime. Eu sempre busquei as evidências, um fio de cabelo. Um fio de cabelo pode... No local de homicídio, eu andava mais do que o perito. Era tanto local de crime que tínhamos de fazer, que o delegado tinha de acompanhar. Eu andava, fazia um perímetro circular de, mais ou menos, 250 metros no mínimo. Buscando o quê? Evidências.

Numa dessas buscas, houve um estupro com morte. Só para encerrar, rapidinho. A 250 metros estava a calcinha da vítima, e o autor usou aquela calcinha para limpar o instrumento utilizado no crime. O que nós fizemos? Coletamos a calcinha, extraímos o DNA e, através do DNA, descobrimos o autor — prova técnico-científica. Então, isso é importante.

O que acontece hoje? Hoje, a criminalidade está tão grande que o pessoal vai para o local e vai só para marcar presença. O local tem de ser muito bem feito. Eu nunca deixei de perder tempo com isso. Em extorsão mediante sequestro — nossa! — é fundamental! Quer dizer, são vários tipos de crimes que se investigam, tudo na parte técnico-científico.

Eu sou favorável a uma carreira única na segurança pública, carreira única universitária. Tem-se que criar uma cadeira de segurança pública nas universidades. Isso é importantíssimo. Isso está na tese defendida na UFMG, em 2003. Isto está lá: a unificação, a carreira única, o Sistema Único de Segurança Pública. Se existe o SUS, por que não existir o Sistema Único de Segurança Pública?

Regredindo ao que a doutora falou aqui, antigamente o Exército era empregado na busca dos escravos fugitivos realmente. Aí, depois, chegou o tempo, no Império de D. Pedro II, em que o Exército falou que não iria mais atrás de escravo e nem de outros criminosos. Aí, criou-se a Força Pública. Em seguida veio a Guarda Civil e, depois, em 1969, o sistema unificou a Guarda Civil com a Força Pública. Esse modelo atual da Polícia Militar é um sistema ditatorial, criado na



unificação da Guarda Civil com a Força Pública. Assim é que se criou a Polícia Militar, que faz um policiamento ostensivo preventivo.

O Jânio Quadros, quando Prefeito de São Paulo, resgatou a Guarda Civil e criou a Guarda Civil Metropolitana, que faz hoje um policiamento ostensivo preventivo em São Paulo de primeira linha. E por aí vai.

Nós não podemos seccionar as forças de segurança. O pessoal quer muito dividir, dividir, cada um querendo ter autonomia. Não. A força tem de ser junta, unificada, uma cabeça pensante; todas pensando, direcionando e trocando informações na área de segurança pública. Falta uma troca de informações em âmbito nacional. O criminoso comete um crime no Pará, no Estado aqui do Deputado Delegado Éder, e, assim que tiverem todas as características dele, elas têm que ser informadas aos outros Estados, porque ele migra de um Estado para outro e vai continuar cometendo crime. Então, isso é de suma importância.

Sempre — sempre — as maiores vítimas de crime na sociedade vão ser os pobres, porque o Estado não chega à periferia, não chega ao morro, não chega à favela. Lá, o posto de saúde é quase zero. Chega o quê? Chega a polícia, como o Ayran falou, armada, porque ela vai ao Morro. O criminoso se esconde onde? No meio de gente de bem, uai! Onde o traficante, o chamado “vaporzinho”, está, na sua maioria? Está lá, porque o grande traficante está em outro lugar. Mas o “vaporzinho” está ali. Então, quer dizer, precisamos fazer muito.

A pergunta que deixo, pegando carona na sua pergunta: se são favoráveis ao Sistema Único de Segurança Pública e à carreira na segurança pública, uma carreira única universitária? Porque isso é de suma importância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado. O próximo orador é o Deputado Glauber Braga.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, Reginaldo, todos os convidados, eu vou procurar também ser bastante objetivo, fazendo perguntas aos convidados. Queria ter a oportunidade, inclusive, de fazer algumas perguntas ao Sr. Héder, porque acho que a fala dele foi muito importante, corajosa, em vários pontos abordados, mas, depois, vou ter oportunidade de ampliar esse diálogo, através da Comissão, também com ele.



A primeira pergunta é a opinião dos convidados em relação à desmilitarização da polícia. A segunda é: houve um diagnóstico que veio na fala, acho que de todos, de que o público que normalmente tem sobre si a incidência de ações relacionadas à violência são os pobres e os negros da periferia dos grandes centros, que é exatamente o objetivo de estudo desta Comissão. A minha pergunta é: essa é uma convicção que veio da prática cotidiana dos senhores, a partir do exercício das profissões? Mas, no processo de formação — e, digo, na formação permanente como agente de segurança —, essa é uma visão que é normalmente abordada junto aos senhores e ao restante dos representantes da segurança pública? Ou seja, isso é algo que é discutido cotidianamente e que entra no processo de formação dos senhores e dos outros responsáveis pela segurança pública?

A terceira pergunta é: existe uma sensibilização grande do conjunto dos policiais militares e dos outros agentes de segurança por aquelas lideranças que são fomentadoras da guerra? Os dados foram colocados claramente, ou seja, a maior parcela dos que morrem são os jovens, os negros, os pobres. Mas agentes de segurança também morrem num processo de guerra, que é permanente. Aquelas lideranças que fomentam a guerra e a violência contra as comunidades, numa atividade que seja de caráter claramente repressivo, já encontram dentro das próprias polícias e das forças de segurança resistência ou uma análise crítica desse tipo de conduta? E aí eu estou falando das lideranças que trabalham dentro das próprias polícias e que fazem, inclusive, da sua carreira política também o fomento a esse tipo de guerra. Ou seja, existe o tipo de percepção de que esse fomento de guerra deve ser analisado de uma forma mais crítica pelo conjunto dos policiais?

E a última pergunta é sobre os autos de resistência. Qual é a avaliação dos senhores sobre o projeto que está tramitando já na Câmara dos Deputados, do Deputado Paulo Teixeira, que amplia a necessidade do processo de investigação e de acompanhamento no que diz respeito aos autos de resistência?

Essas são as minhas perguntas. Obrigado, Presidente. Obrigado, senhores convidados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Glauber Braga. O próximo orador é o Deputado Jean Wyllys.



O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sr. Presidente, muito obrigado. Eu quero saudar os membros da Mesa na figura da Delegada Tatiane Almeida, que já me conhece. Eu fiquei surpreso com umas falas do Ayran e do Bruno, porque acreditava que eram falas que iriam contribuir mais do ponto de vista do papel do papiloscopista e do processo mesmo de investigação, que viriam, relacionar, na verdade, as dificuldades técnicas desse trabalho, a falta de recursos, a falta de investimentos com os números, com as estatísticas em torno da morte de jovens negros e pobres. Mas ambos fizeram falas mais generalizadas sobre a questão.

O Ayran, no final aí, entrou numa questão mais técnica, específica, e o Bruno só fez menção a essa questão quando disse que essa polícia, digamos assim, não tem no momento, nas circunstâncias em que nos encontramos, autoridade moral para investigar os crimes de que ela é acusada. Mas as falas ficaram mais amplas. E, aí, eu vou dialogar um pouco com essas falas mais amplas.

Antes de me referir a vocês dois, o João falou em benefícios da lei, em pessoas que são soltas com 1 ano de prisão depois de cometerem homicídio. João, que pessoas são soltas após 1 ano de prisão, depois de terem cometido um homicídio?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Não, mas qual é o perfil dessa pessoa que é solta? Porque a Justiça não está distribuída igualmente no nosso País. Nem todas as pessoas têm acesso à Justiça.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Não. Então, depois você responde, porque é importante que a gente perceba isto: a Justiça não está igualmente distribuída, nem todos os Municípios contam com Defensoria Pública, as pessoas não têm Defensoria Pública. Há pessoas que estão presas não por crime contra a vida, mas por crime contra o patrimônio, presas há mais de 5 anos aguardando julgamento, quando foram autores de crimes contra a propriedade, contra o patrimônio. E estão presas porque nunca tiveram um advogado, ninguém que as constitua.

A gente fez uma visita, pela Comissão de Direitos Humanos, a prisões. Era uma delegação. A gente encontrou preso sem identificação. O diretor da prisão não



sabe quem ele é, de onde ele veio. Ele foi preso por prática de um delito e está lá preso; não se sabe de onde ele veio.

Então, a gente precisa perceber que essa Justiça não está igualmente distribuída e nem todo mundo tem acesso a esses benefícios, às famosas brechas da lei, a que todo mundo recorre para justificar o endurecimento do estado penal, pedir penas mais duras.

Concordo que a gente tem que rever o Código Penal como um todo, porque, por exemplo, adulterar xampu tem uma pena mínima maior do que matar uma pessoa. De fato há uma distorção no nosso Código Penal, que pune o crime contra o patrimônio com penas mais duras do que o próprio crime contra a vida.

O Bruno fez uma sociologia do crime e falou que a impunidade tem uma dimensão importante para que o jovem permaneça no crime e continue. Quer dizer, ele não é punido na fase do roubo simples, até que ele vai evoluindo. E você colocou a impunidade como algo importante. Não que isso possa ser perdido de vista, mas a gente tem que lembrar que os crimes não são cometidos só pelos pobres, não é? Há os crimes de colarinho branco, os escândalos de corrupção. E essas pessoas que cometem esses crimes que são muito mais lesivos à comunidade como um todo... Porque, quando você fraudava o INSS, por exemplo, participa de um esquema fraudulento no INSS ou mesmo, para a gente citar agora o caso que está aí em toda a imprensa, o caso da PETROBRAS, a gente vê que esses roubos, esses crimes são mais lesivos à comunidade como um todo do que os delitos e os crimes contra o patrimônio praticados pelas pessoas pobres. Então, essa impunidade não está só nessa classe. Quer dizer, essas pessoas não têm uma referência maior nas autoridades políticas, morais que possam servir de exemplo para elas. Elas veem que essas pessoas não são presas também. Então, a gente tem que pensar nisso. E eu queria que você comentasse um pouco isso.

Você falou em prioridades. A polícia trabalha com prioridades, e me parece que é uma prioridade da polícia investigar também os crimes cometidos pelos pobres. Só recentemente a gente está vendo algumas autoridades indo parar na prisão, empresários. Só recentemente! Há até pouco tempo, a classe social significava um privilégio, uma blindagem, não só pelo acesso a advogados, pelo acesso à Justiça, que lhe permite se aproveitar das brechas da lei ou do tempo das



garantias jurídicas, mas a própria classe social. A rede de relações com pessoas de classe social de classe média, de classe média alta e rica, o conjunto de relações que ela tem a blindava e a mantinha impune. Essa é uma questão importante a dizer.

Você fala em fronteiras frouxas quando você se refere a drogas. Tanto você quanto o Ayrton, quando falam em drogas, não problematizam sequer essa palavra. De que drogas a gente está falando? Das drogas lícitas, o álcool e o tabaco, que são largamente vendidas e anunciadas na televisão? O álcool, por exemplo, financia programas culturais. Ou a gente está falando das drogas ilícitas tão somente? É importante que a gente defina drogas lícitas e ilícitas e não use a palavra drogas apenas como sinônimo de drogas ilícitas. Nós temos drogas lícitas comercializadas, taxadas, regulamentadas que também têm um impacto sobre a saúde individual e coletiva, como álcool e tabaco.

Então, você fala das fronteiras frouxas no Brasil no que diz respeito ao tráfico internacional de drogas ilícitas. E eu lhe pergunto: qual a razão da frouxidão das fronteiras? Por que as fronteiras estão frouxas? Há uma dimensão da corrupção dos agentes do Estado, da Polícia Federal, dos agentes de aeroportos, dos portos? Essa dimensão da corrupção dos agentes do Estado não afrouxa as fronteiras, não faz com que o Estado participe indiretamente do tráfico ilegal de drogas? Essa é uma questão que eu queria perguntar, sobre a participação indireta do Estado nesse tráfico internacional.

A gente precisa lembrar que o tráfico de drogas, já que ele não é legal nem regulamentado, e os conflitos desse comércio ilegal não podem ser mediados em nenhuma instância estatal, eles são um negócio baseado na palavra. Por isso, a gente vê associação do tráfico internacional de drogas ilícitas com tráfico internacional de armas, roubo, assaltos a bancos, sequestros. Uma atividade baseada na palavra que não pode ser mediada, quando ela é frustrada de alguma maneira, toda a cadeia de relação precisa fazer com que o dinheiro continue circulando.

Então, se um carregamento de drogas que ia servir para o varejo em uma comunidade qualquer, em bocas de uma comunidade qualquer, se esse carregamento de drogas foi frustrado pela polícia, esses vendedores do varejo vão



ter que prestar contas ao traficante do atacado, porque ele não tem como dizer: *“Olha, desculpa aí, vamos para a Justiça negociar isso, porque eu não tenho como pagar o seu dinheiro”*. Ele não tem como dizer isso, porque aí é uma cidadania baseada na guerra; ele vai lá e mata todo mundo. Então, ele tem que se desdobrar no dinheiro. Aí, assalta banco, sequestra para poder ter o dinheiro para pagar o traficante do atacado.

Dito isso, eu pergunto: nenhum de vocês tocou no papel da legalização e regulamentação das drogas ilícitas como algo fundamental para reduzir outros crimes, para reduzir o número de homicídios e de encarceramento e para, inclusive, tornar a atividade desses garotos, dessa juventude que está nas favelas, uma atividade legal à qual eles possam se dedicar. Se a Souza Cruz pôde enriquecer explorando o comércio de tabaco, que é lesivo à saúde individual e coletiva; se as pessoas podem pagar impostos na hora que compram uma carteira de cigarros, e têm a informação na carteira que cigarro provoca câncer e, assim, têm a liberdade individual de decidir se ela consome ou não aquela droga, por que a gente não pode estender isso às demais drogas?

Dê acesso à informação às pessoas; o Estado passa a regulamentar todo o comércio; reduzem-se o número de encarceramentos, de homicídios, e se garante a liberdade individual das pessoas. Elas decidem se usam ou não, como qualquer outra droga, como o álcool também, que não é nada positivo do ponto de vista coletivo, se a gente pensar no número de mortes de trânsito. Mas é legal, e é melhor que seja legal do que ilegal.

Então, é essa dimensão que eu queria perguntar a vocês. Não apareceu em nenhuma das falas. E eu estou dizendo isso não com base no achismo. Todos os países que empreenderam nos anos 90 a guerra às drogas, incluindo o Brasil, através do Presidente Fernando Henrique Cardoso, todos os países concordam hoje e se reuniram num grupo de notáveis para dizer que a guerra às drogas faliu — todos eles. Inclusive Kofi Annan, que na época era Presidente da ONU, disse que a guerra às drogas faliu. Como política para lidar com a drogadição, a guerra foi a pior opção, porque o custo social, o custo econômico da guerra às drogas foi muito maior do que se as tivessem regularizado e regulamentado. Então, essa é uma questão que eu queria perguntar a vocês.



E, aí, o Deputado Reginaldo fez uma outra pergunta que eu quero endossar, que é sobre a questão da desmilitarização. Isso é fundamental. A formação das polícias militares estaduais é uma formação que leva o policial a identificar um inimigo, a trabalhar um inimigo. Isso está nas músicas, no processo de formação das músicas que eles cantam correndo, e tal. O BOPE, no Rio de Janeiro, canta músicas como “*O que o BOPE vai fazer? Vai subir o morro para abater traficante*”. Existe uma musiquinha. Ou seja, essa formação que identifica um inimigo não tem que ser repensada? As polícias não têm que agir como instrumentos de afirmação de direitos? A gente não tem que repensar a formação das polícias?

E, por fim, eu queria chamar a atenção de vocês, para o fato de que o mundo no qual a gente é inserido para, a partir dali, iniciar a corrida da vida não é um mundo pronto. O mundo não está pronto. O mundo é fruto das nossas relações. E o mundo é fruto da história.

E, aí, a fala da Tatiana foi muito importante, porque ela traz essa dimensão histórica, que envolve a escravidão de negros; depois, a abolição, sem nenhuma política de inclusão no mercado de trabalho; a exclusão territorial; e, depois, toda uma produção de sentido que desqualifica essa comunidade como humana. Então, existe um imaginário impregnado, sobretudo nos agentes das forças de segurança, de que uma pessoa negra e pobre é potencialmente perigosa, é mais perigosa do que uma pessoa branca de classe média. Esse é um imaginário que está impregnado na gente. Há uma dimensão aí, e os policiais partem desse imaginário.

Eu nasci abaixo da linha de pobreza, vivi a minha vida, a minha infância e adolescência numa periferia do interior da Bahia. Depois, quando eu cheguei a Salvador, fui morar no Beiru, que é uma periferia, que hoje se chama Tancredo Neves, majoritariamente negra. Eu pegava ônibus para ir à faculdade e via, claramente, em cada abordagem, em cada *blitz*, a maneira como os negros eram tratados pelos policiais negros, e os brancos. A dura que os policiais davam na *blitz* às pessoas negras, aos homens negros era muito maior. Quer dizer, os homens negros eram obrigados, de imediato, a se encostar no banco, enquanto os homens brancos não, porque, no imaginário daquele policial, aquele negro era potencialmente um bandido e estava portando uma arma.



Então, essa é uma dimensão importante para a gente compreender a atuação. Porque esse policial não está descolado da formação cultural mais ampla. Ele está inserido nessa formação, ele está impregnado desses valores e, quando ele vai trabalhar, quando faz um concurso público e vai trabalhar, ele vai trabalhar nessa perspectiva, com esse imaginário, com essa dificuldade, com esses preconceitos, com essa falta de conhecimento.

E só para traçar um paralelo, porque é importante, porque há que se tratar desse paralelo, eu estou sempre insistindo nisso. As pessoas que ocupam uma posição de sujeito por serem pobres e negros, elas ocupam também uma posição que vêm de outras identificações. Lá no Rio de Janeiro, um grupo de policiais civis decidiu se organizarem num grupo, não numa delegacia, mas num grupo, para investigarem crimes homofóbicos, motivados por homofobia — homo, lesbo, transfobia. E eles fizeram uma reunião comigo, e eu vi o quanto essas pessoas estavam despreparadas para lidarem com isso e o quanto isso interferia no resultado da investigação. Quer dizer, eles não sabiam, eles desconheciam essa realidade.

Então, eu vou dar só um exemplo para vocês entenderem, porque eu quero que os senhores comentem essas questões internas, das dificuldades de formação e técnicas da polícia para lidar com essas questões. Quando um homossexual aparece morto, assassinado, e todas as características levam a crer que o crime é motivado por homofobia, a investigação nunca chega ao criminoso, porque a polícia está impregnada de preconceitos em relação àquela pessoa, o que leva ela a conduzir a investigação de outra maneira. Ela vai buscar, por exemplo, a família da vítima. Quase sempre uma pessoa homossexual tem dificuldades de se assumir em casa, e a própria família da vítima não reconhece a homossexualidade do filho. Então, o que acontece? Quando o policial vai lá e pergunta assim: *“Seu filho era homossexual?”*, falam. *“Não, meu filho não era homossexual. De jeito nenhum!”* A família nega, prontamente. Então, se o filho não era homossexual, a motivação homofóbica já está descartada. A polícia dá uma outra linha de investigação, como latrocínio, enfim, e nunca chega ao criminoso, porque conduziu de outra maneira. E conduziu porque essa pessoa não está devidamente informada sobre o modo de vida daquelas pessoas, sobre aqueles cidadãos.



Então, eu fecho dizendo: a polícia precisa ser formada de outra maneira. Há que se ter na formação dos agentes públicos que trabalham na segurança pública uma formação ampla, que dê conta da diversidade da vida e das vulnerabilidades que certas posições de sujeito trazem, o que é fundamental. Então, certo: as pessoas pobres são vulneráveis. De uma maneira geral, são sim. Mas as pessoas pobres e negras são mais vulneráveis por causa de um imaginário racista, que identifica negro com criminalidade. Essa é e a verdade.

Então, eu gostaria que vocês comentassem essa questão da formação e a questão, sobretudo, da legalização das drogas — legalização e regulamentação como forma de enfrentar, de reduzir essas mortes de jovens negros da periferia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Jean Wyllys.

Com a palavra o Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, Sra. Relatora, senhores convidados, bom dia. Sejam bem-vindos. Tenho certeza de que a fala de cada um veio contribuir em muito. Peço desculpas por ter chegado atrasado. Só pude assistir ao Sr. Ayran e ao Sr. Bruno, e fiz algumas anotações.

Pelas anotações, eu pude perceber que, quanto à questão da morte dos jovens, foi colocado que o crime compensa, que isso leva os jovens, inclusive, pelo envolvimento até com os traficantes, a acharem que não só compensa, como também pensar que receber por isso é de, alguma forma, compensador. E isso leva o jovem ao mundo do crime, ao mundo das drogas.

Isso colocado pelo Sr. Bruno nos leva à questão de uma das causas, em que eu sempre bati, que com certeza leva a nossa juventude, a do passado e a do presente, e a geração toda que virá a alcançar a morte, que é exatamente o envolvimento com o crime e com as drogas.

O Prof. Ayran falou da questão das fronteiras, que as fronteiras, as nossas fronteiras são realmente abertas e, pelas dimensões... Eu, que sou policial há também 30 anos, sei como as coisas acontecem. Nós não temos uma polícia com um numeral humano para que possa atender a fronteira, com equipamentos para que se possa atender a fronteira, inclusive com aeronaves, com questões técnicas



que possa dar condição de, exatamente, bloquear a nossa fronteira nas entradas. Mas, mais do que isso, eu diria, que nós não temos vontade política para fazer isso.

Ainda na semana passada eu estive na tribuna fazendo uma denúncia sobre isso, para mostrar o que é a questão da vontade política. Foi denunciado pela revista *Veja* que no Brasil o Sr. Evo Morales, da Bolívia, e o Sr. Nicolás Maduro, da Venezuela, brincam em cima do território brasileiro com aeronaves militares, transportando... A Venezuela, com aviões carregados de armamentos, de guerrilheiros, de veículos militares, abastecendo o Evo Morales, para que ele crie uma força particular, certamente, para se manter no poder. E esses aviões são devolvidos, carregados de drogas, à Venezuela, para que ela abasteça a Europa, para que ela abasteça o Irã, para que ela abasteça os Estados Unidos.

E, nessa denúncia, ele, um coronel boliviano, diz que na fronteira do Brasil, maquiada de negociações de gado, maquiada de negociações de madeira, é que entra grande parte das drogas que abastecem este País, drogas que destroem a nossa juventude.

E digo mais: quando o senhor colocou que jovem, não só pelo dinheiro, mas principalmente pelo poder e por falta de políticas públicas, é igual a crime, é igual a envolvimento com o crime, é porque... Mais uma vez, um palestrante chega e demonstra claramente que o que mata os nossos jovens é a falta de políticas públicas, é o envolvimento com o crime e com as drogas. É isso o que mata. Disso eu não tenho a menor dúvida. Eu não sei se alguém ainda aqui tem dúvida disso, ou coloca uma venda nos olhos para entender de forma diferente. Fico triste em ver esse tipo de situação.

A Relatora, no início da fala dela, colocou que nós temos no País cerca de 572 mil presos. Ela não está presente. Eu até gostaria que ela confirmasse isso. E ela disse que 18,4% desses 572 mil presos são negros. Eu acho que não ouvi de forma diferente. Foi isso mesmo, não foi?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - São outros dados? Mas eu tenho a impressão de que eu entendi isso: 18,4% dos 572 mil presos no País são negros. Ora, o perfil dos que estão presos hoje no País não é diferente do perfil dos jovens que morrem fora da cadeia, não é diferente. O perfil é o mesmo, porque



senão nós teríamos que dizer que a Polícia está prendendo os brancos. Então, na verdade, nós temos hoje, pelos dados que ela deu, cerca de 102 mil presos negros nas penitenciárias do País.

Isso demonstra que quem morre são os jovens. E volto a dizer: não é a cor! São jovens pobres? Sim. São pobres, porque 90% da nossa população é pobre. Ou alguém entende de forma diferente? É pobre. Fico feliz. Volto a repetir: é a falta de políticas públicas que deem oportunidade, que ocupem os nossos jovens com esporte, com cursos técnicos, para que eles possam se sentir valorizados, para que eles possam ter um objetivo de vida...

Menciono, inclusive — foi mencionado aqui, alguém falou de cursos —, que lá em Paragominas, no Estado do Pará, Sr. Ayran, nós temos um curso feito de políticas públicas que não é pelo Estado nem pelo Município, mas por um privado, um empresário que pediu permissão ao comandante da área da Polícia Militar para utilizar o quartel também nesse projeto. E ele montou um projeto em que crianças entram com 10 anos, estudam, financiados por eles, em escolas públicas com os materiais financiados.

Elas saem da escola no período da manhã, vão para o projeto, que é na empresa e dentro do quartel da Polícia Militar. Eles almoçam. Eles cumprem tarefas. Eles têm um horário para praticar esporte e um horário para escolher um curso técnico para eles fazerem. Eles ficam nesse curso e nesse projeto até os 16 anos de idade. Saem de lá com 16 anos de idade e, sem que a família e eles saibam, eles são acompanhados durante 1 ano, a trajetória deles fora do projeto.

E eu tive um dado surpreendente dele. Ele disse: *“Éder, nós não perdemos nenhum dos que saíram do projeto. Todos os que saíram, saíram com o objetivo de procurar o primeiro emprego, com o objetivo de procurar outros cursos, com objetivos diferentes na vida, que não o do crime e da droga.”* Então, políticas públicas são muito importantes.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Só para colaborar aqui com o colega, posso fazer um aparte? Estou aqui ao seu lado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Pode sim, amigo.



O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - É só pelo dado. Em 2012 — a gente sabe das dificuldades que existem relativas aos dados —, havia 292.242 negros presos e 175.536 brancos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Eu peguei...

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Então, 60,8% da população prisional é negra.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Eu peguei...

Por favor, Deputada, V.Exa. me passou uns dados. Eu gostaria que V.Exa. os confirmasse. Quinhentos e setenta e dois mil presos, não foi isso?

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Sim.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - V.Exa. falou em 18,4% de quê?

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - De negros. Recente!

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - O.k., obrigado. Era só isso o que eu queria ouvir. Só isso! Só isso!

A pergunta é minha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k., complete.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Como eu vivi... Só para finalizar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Por favor! V.Exa. está com a palavra, Deputado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Como eu vivi 30 anos na rua, como eu vim de família pobre, como eu me considero pessoa... E corri atrás... Porque ontem, em uma sessão, quando questionaram a questão da redução da maioria e inclusive questionaram que seria um absurdo reduzir, porque aí iam usar o jovem para começar a trabalhar com 16 anos, eu disse: "*Quem dera!*"

Porque um garoto de 16 anos não é mais uma criança. Um garoto de 16 anos, do bem, já quer um primeiro emprego, já quer ter oportunidades. Eu comecei com 14 anos, como *office-boy*. Trabalhei 3 anos e não perdi nada na vida. Só me engrandeci, só fui para frente, só consegui coisas boas. Então, vivi isso e acho que não vai prejudicar em nada.



Mas eu não posso ficar aqui... E não fui nomeado por uma expressiva votação dentro do meu Estado, como o primeiro colocado na área de segurança, onde vivi 30 anos vendo famílias sofrerem, vendo mães acorrentarem filhos nas cadeiras, no quarto, trancá-los, porque não aguentam ver a família destruída, a vida do filho destruída pelo uso de drogas. Porque eu já tive depoimentos — infelizmente não os gravei, mas eu posso achar a mulher e trazê-la, se for possível, para ela depor aqui — em que disseram a mim: *“Delegado, eu vim aqui porque eu não tive outra pessoa para quem pudesse dizer isso. Eu, ontem, coloquei veneno na comida do meu filho. Porque eu não aguento mais ver o meu filho sofrer. Não é porque ele bate na minha filha, não é porque ele já me bateu, não é porque ele já roubou tudo de dentro de casa para trocar por droga. É porque ele pediu para morrer, que ele não aguenta mais.”* E ela colocou veneno. Infelizmente, a irmã não deixou...

Então, eu não posso estar aqui representando o povo brasileiro, pela parcela do Estado do Pará, e ter que ouvir pessoas falarem que querem a liberação de droga; que querem que os jovens usem droga; que querem que os jovens considerem que é um comércio; que acham que vai ser bom comercializar droga e que vai ser uma profissão; que querem destruir famílias.

Eu não sei como é que o povo brasileiro consegue colocar pessoas dentro de um estabelecimento representativo da população brasileira para destruir família. Isso é um absurdo! Será que o povo brasileiro... Se grande parte do povo brasileiro partiu de 7 Deputados para 21 Deputados, na área da segurança, é porque não aguenta mais ver o que está acontecendo com alguns que gostam de destruir família.

Ou será que não existe televisão na casa dessas pessoas, para ver os noticiários das crianças morrendo envolvidas por drogas, das famílias sendo destruídas envolvidas por drogas? E elas acham que ainda é bom comercializar drogas?

Era só isso, Sr. Presidente, o que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu vou passar para o próximo inscrito.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sr. Presidente, eu queria fazer um comentário, porque as falas fizeram referências indiretas a mim. Então, eu quero fazer um comentário importante. As pessoas, o Brasil...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Por 1 minuto, Deputado Jean.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Por 1 minuto, Presidente. O comentário é bem rápido. O Brasil é um país com 2 milhões de habitantes, que elegem 513 Deputados. As pessoas botam pessoas de todo o tipo aqui, não é? As pessoas botam inclusive gente estúpida, incapaz de pensar profundamente sobre algumas questões e de recorrer à produção científica, à produção da ciência, das academias, em torno da drogadição, do fenômeno das drogas.

A primeira questão, Sr. Presidente, é distinguir uso de abuso. Algumas pessoas fazem uso problemático das drogas, outras fazem uso. Há pessoas que são alcoólatras, que têm problemas de abuso de álcool, que batem na mulher, que espancam os filhos, que perdem o emprego por causa do abuso do álcool.

A ciência diz que essas pessoas têm uma propensão, ora genética, ora psíquica, que a leva ao abuso de drogas, mas nem por isso o álcool deixou de ser uma droga legal, regulamentada, vendida e fiscalizada pelo Estado. Não é porque algumas pessoas abusam de álcool e cometem barbaridades, por causa do abuso de álcool, que a gente vai proibir o álcool a quase todas as pessoas que estão nesta sala aqui, que fazem uso social do álcool no fim de semana.

Então, a gente precisa abandonar preconceitos rasteiros na hora de falar de questões tão complexas. Há pessoas que abusam de drogas ilícitas, é verdade, fazem uso problemático de drogas ilícitas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço que conclua, Deputado Jean.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Estou concluindo.

Há pessoas que fazem isso, mas nem todas as pessoas que fazem uso dessas drogas chegam a esse ponto.

As pessoas que fazem uso problemático de drogas ilícitas e que caem no crime são vulnerabilizadas por outras questões. Elas não caem no crime pela índole, elas caem no crime porque elas são pobres, alijadas de direito à educação, saúde, moradia, transporte, infraestrutura urbana, cultura. A vulnerabilidade vem de outra questão, e não da droga. A culpa do crime, como cita Eduardo Galeano, nunca é da faca, mas do uso que se faz da faca.



Então, é compreender essa dimensão, é recorrer à ciência, não ao achismo e senso comum. Porque eu diria que defender armamento é destruir a família. Eu diria que a pessoa que é contra o Estatuto do Desarmamento, que quer armar a população, quer destruir família. Eu acho que pessoas que querem endurecer penas e punir ainda mais a população pobre, quer destruir família.

Então, essa gente não tem moral para falar em destruição de família, tá? Só para deixar claro. Obrigado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, eu quero a réplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos lá. Eu acho o seguinte.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Mencionou também, Sr. Presidente. Eu tenho direito, ou V.Exa. está com medo de eu falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Não vamos, pessoal... Deputado Jean Wyllys e Deputado Mauro, é o seguinte. A Comissão busca respeitar todas as opiniões. Tanto que nós estamos formando...

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Mas eu estou respeitando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - É, mas vamos tentar... É o seguinte, nós estamos aceitando aqui... A comissão está aprovando todos os requerimentos para ouvir todas as opiniões. São temas sobre os quais as pessoas têm as suas opiniões. E, como esse debate é muito bloqueado, quando começa o debate, as pessoas vêm com as suas verdades, com suas opiniões para o debate. Eu acho que elas têm que ser respeitadas nas diversidades dessas opiniões. Então vamos tentar não... Se a gente for fazer réplica, tréplica, nós não vamos caminhar aqui.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, há quantos Deputados inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Tem o Deputado Dr. Jorge Silva e o Deputado...



O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu ia até pedir por isso, Sr. Presidente, porque vai inclusive iniciar a Ordem do Dia, senão a gente pode ter dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - E nós temos que aprovar vários requerimentos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, só para concluir, só para concluir, porque eu também fui mencionado, e acho que é um direito regimental meu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Mas aí nós não vamos andar...

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Mas eu fui mencionado, eu fui mencionado.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sr. Presidente, é melhor não dar, porque (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - É ele quem decide? É ele quem decide, ou é a Presidência da Mesa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Não, vamos lá.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - O meu direito está sendo tirado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos com o procedimento seguinte...

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Porque eu não posso aceitar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós vamos estabelecer um procedimento aqui...

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Então me dê só 1 minuto. Eu quero 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos estabelecer o seguinte: na fala dos Deputados, citado algum Deputado ou Deputada, nós vamos dar o direito, pelo Regimento, a uma réplica. Agora, novamente, uma tréplica não tem jeito.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Mas está...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então eu vou cumprir com o procedimento quando ele falar e vice-versa. Como V.Exa. falou, ele teve 1 minuto. Vamos conduzir nesse sentido.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Então me dê 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Mas aí seria uma tréplica, e não uma réplica. Então vamos tentar só na réplica. É procedimento. Se nós estabelecemos procedimento aqui, a regra do jogo está estabelecida. No Parlamento nós temos que estabelecer um procedimento. Então, quero pedir a compreensão de V.Exa.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, eu quero poder ter a compreensão, mas aqui, como eu lhe disse, eu estou defendendo a população brasileira, eu estou defendendo o cidadão de bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Eu estou defendendo a família. Eu não posso aceitar que pessoas eleitas por uma categoria, que essa categoria, com certeza, também não comunga, em sua grande maioria, com a questão de liberação de droga, de destruição com droga...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Em primeira lugar, Deputado, não se trata de liberação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputados, vamos...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Em primeiro lugar, não se trata de liberação, e sim de legalização e regulamentação.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Você quer a legalização, você quer destruir... Você foi eleito para destruir família.

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Passo a palavra ao Deputado Dr. Jorge Silva. Com a palavra o Deputado Dr. Jorge Silva.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - É isso o que ele está vendo...

Eu espero que a população do Estado de onde você veio possa ver o que você está fazendo, querendo destruir família.

(O microfone é desligado.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado, Deputado Éder... Deputado Jean Wyllys... Vamos lá, Deputados.

O SR. DEPUTADO DR. JORGE SILVA - Sr. Presidente, por favor.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - ... mencionar que armamento vai destruir família, isso sim é rasteiro de vocês. Porque a questão do desarmamento...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado, nós estabelecemos um procedimento, Delegado Éder Mauro. Nós estabelecemos o procedimento, Deputado Delegado Éder Mauro, estabelecemos o procedimento: vai haver réplica, não tréplica.

Vamos lá, pessoal. Com a palavra o Deputado Dr. Jorge Silva.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO DR. JORGE SILVA - Presidente...

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Diga que é você, rapaz!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Delegado, Delegado Éder Mauro...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Vai me intimidar em quê?

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Você vai me intimidar?

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Tu estás acostumado a querer mandar nos outros aqui e a querer processar todos. Tu és um destruidor de família, rapaz!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos lá, pessoal! Delegado Éder Mauro...

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Tu és um destruidor de família!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Delegado Éder Mauro!

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Tu só tens projeto para destruir família!

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Controle-se!



O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Quando você quer um projeto para que criança de 12 anos troque de sexo, é porque você é um destruidor de família!

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Onde você ouviu isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos lá pessoal!
Deputado Jean Wyllys...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Onde você ouviu isso?

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Onde ouvi?

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Onde você ouviu isso? Vá se informar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Jean Wyllys, vamos lá!

Com a palavra o Deputado Dr. Jorge Silva.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Imagina!

O SR. DEPUTADO DR. JORGE SILVA - Quero cumprimentar o Presidente e cumprimentar a Relatora. Presidente, eu queria parabenizá-lo pela composição desta Mesa, pelo convite feito às pessoas que puderam ter oportunidade de expor um pouquinho do ponto de vista científico e também do ponto de vista de experiência da vivência do dia a dia.

Eu, quando vim para esta Mesa, eu tinha certa dúvida de como ela aconteceria: de lá cá, não daqui para lá, está certo? (*Riso.*) E fiquei surpreso, gostei das exposições. Uma CPI com um foco bem específico — violência contra jovens negros e pobres —, mas que serve para uma discussão bem ampla, perpassando por drogas, por infraestrutura urbana, por condições de vida, por estudos do ponto de vista antropológico, vamos dizer assim.

Então, eu acho que, a cada dia, eu vejo a oportunidade de a gente amadurecer e construir... E, aí, eu vejo, dentro dos três pilares do nosso País — o importante seria a educação, saúde, segurança pública —, eu vejo também a segurança pública como sendo uma grande vítima do modelo econômico que nós temos neste País.

A partir do momento em que nós temos um modelo econômico em que nós usamos quase 45% dos nossos recursos para pagar juros da dívida, nós



terminamos nos digladiando dentro desse setor, desculpem-me a expressão: *“cachorro correndo atrás do rabo”*, sendo todos nós vítimas dentro desse processo.

A quantidade de recursos para investimento naqueles setores primordiais e importantes termina não chegando aonde devem chegar. Então nós temos as condições em nossos bairros: falta de condições de moradia, falta de condições de infraestrutura urbana, de acesso, de saneamento básico. Esse é o local onde a maioria da população negra mora, sendo um local propício para que ocorra essa onda de violência que temos no nosso País.

Violência essa sobre a qual eu acho que o Delegado Éder falou, e isso deve ser refletido. Nós temos nesta Casa, nesta 55ª Legislatura, o maior número de representantes das forças de segurança do nosso País. Eu acho que isso reflete um pouco da violência, de como a violência cresceu no nosso País nos últimos anos.

De maneira geral, cada um de nós que aqui chegou tem uma história construída, grande parte, em cima da sua profissão, do seu trabalho, da sua vivência. Então, na hora em que você vê que o Parlamento passa de 7 para 21 pessoas representando as forças de segurança, nós temos que, no mínimo, parar para refletir.

Há também a escalada, o crescimento que nós tivemos, nos últimos anos, de forças municipais, do aumento do número de policiais militares, de policiais civis nos nossos Estados.

E eu gostaria, para encerrar, que principalmente o pessoal da Polícia Militar fizesse uma reflexão a respeito disto. Eu moro numa cidade de 120 mil habitantes. Tenho alguns amigos policiais, e, toda vez em que há uma ocorrência com homicídio, normalmente nos bairros de periferia, eles não conseguem isolar o local para fazer a perícia, porque eles são recebidos de maneira muito agressiva. Então, eles, de maneira imediata, vão lá e retiram o corpo — os bombeiros que fazem isso, retiram —, para eles poderem se livrar daquele ambiente sem condição de eles deixarem aquele espaço para que a perícia possa fazer o seu papel. Já é um cadáver, não tem nem mais condição de ser direcionado para o hospital; mas, em função da agressividade com a qual eles são recebidos, eles não encontram condições para deixar espaço para que a perícia exerça a sua função. Se isso é generalizado ou se isso é uma coisa local. Esse é o relacionamento que as forças de



segurança têm hoje com a população, principalmente com a população mais carente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Dr. Jorge Silva.

Concedo a palavra à Deputada Ana Perugini.

A SRA. DEPUTADA ANA PERUGINI - Antes de tudo, parabéns, Deputado Reginaldo Lopes, pela discussão valorosa que está acontecendo aqui hoje. São poucas as vezes em que nós podemos, de fato, nos dar o prazer de poder aprofundar um assunto tão importante.

Eu queria, antes de fazer a minha pergunta, dar parabéns à exposição, ao resumo que o Deputado Jean Wyllys fez. Em nenhum momento, eu também entendi, na fala do Deputado, a defesa da legalização das drogas ilícitas. Mas ele fez, de fato, uma ampla defesa de uma discussão que deve ser feita aqui nesta Casa de qual política de segurança pública nós devemos fazer para enfrentar um grande problema que são as drogas ilícitas aqui no nosso País. Isso eu não tenho a menor dúvida. Então, nós precisamos fazer esse enfrentamento.

Agora, eu quero trazer também uma reflexão, já que houve um debate caloroso aqui, a ponto até de ter que haver uma intervenção física, para que os Deputados não chegassem às vias de fato. O nosso debate de ideias tem que ser pelo Parlamento. O Parlamentar parla. Ele fala. Ele debate ideias. E é no âmbito das ideias. Não pode ser, nunca, jamais, no âmbito da agressão. Então, fica aqui o registro na Casa.

Quanto à questão levantada aqui, eu considero muito importante a fala do Sr. Bruno. Ele fez uma colocação em relação às nossas fronteiras. Nós temos recebido sérias críticas em relação às nossas fronteiras, em relação à frouxidão das fronteiras. Foi mencionado o baixo custo da mão de obra na distribuição das drogas aqui no nosso País e que o povo pobre e negro é o mais utilizado nessa distribuição das drogas. E há uma logística nessa distribuição. Por isso é que o nosso País é tão vulnerável em relação à entrada das drogas produzidas aqui, principalmente na América Latina. Essa foi a colocação. E o senhor fez também uma proposta em termos de segurança pública em relação a essas drogas. Eu gostaria de ouvir um



pouco mais, já que principalmente o povo negro e pobre é o mais vulnerável em relação a essa falta de política.

A outra questão que me toca profundamente é a formação dos policiais. Eu penso que é impossível começar uma casa pelo teto. Daí a importância da Comissão de Educação nesta Casa e daí a importância da discussão da maioria penal, também passando por esta CPI aqui. Eu penso que, desta CPI, nós precisamos minimamente sair com uma propositura em relação aos autos de resistência. E nós precisamos sair com uma propositura também em relação à formação dos policiais, em função do extermínio dos jovens negros, dado o auto de resistência no nosso País.

Então, eu gostaria de saber qual é a proposta da Mesa em relação direta à formação dos policiais, tendo em vista que eu vi uma diferença na fala do Sr. João, que falou de segurança pública, e na fala da Sra. Tatiane, que falou de políticas públicas de segurança. São visões distintas.

Mas nós podemos convergir para uma proposta, para uma visão que se aproxime... Assim como há uma diferença do Sr. Ayran, que fala de poder, de se buscar a droga como forma de poder; e o Sr. Bruno fala do valor, do alto custo da droga, e de como isso é vantajoso do ponto de vista econômico.

Eu penso que esta discussão pode nos levar a algo valioso em termos de projetos aqui na Casa.

Então, eu quero agradecer, mais uma vez, a oportunidade. Eu penso que muitos dos projetos aqui na Casa deveriam passar por uma discussão tão valorosa como esta.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigada, Deputada Ana Perugini.

Concedo a palavra ao Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Bom dia a todos e a todas! Infelizmente, não pude acompanhar de perto, porque aqui são várias as Comissões das quais nós participamos. Estava correlatando projeto em outras Comissões e não pude estar aqui presente.



Chama-me a atenção duas questões, Deputado Reginaldo, muito da associação da disseminação da violência no Brasil está relacionada à questão da droga. Mas nós temos hoje vários estudos que identificam um percentual muito grande de motivos fúteis, como se fala, de morte impulsionadora da violência. Estava até em um debate, e a pessoa dizia: *“Antigamente, um jogo de futebol que não deu certo terminava numa briga física, localizada. Hoje, termina em assassinato, em homicídio.”* Portanto, os motivos fúteis têm um percentual muito grande nesta questão dos homicídios no Brasil.

Em relação à política que está sendo desenvolvida no Brasil de combate à droga, da forma como está sendo feita, nós estamos tendo como resultado um crescimento no número de homicídios, um número de homicídios que foge a qualquer nação civilizada, matando mais do que conflitos abertos no mundo. Segundo, nós temos a polícia que mais mata e a polícia que mais morre. Então, se mais mata e mais morre e a violência cresce, é ineficiente, a política está ineficiente.

Portanto, a minha compreensão é de que, se a gente não avançar além de um conceito simples de combate, da forma como está sendo feita... E do próprio tratamento do cidadão... Nós temos uma polícia ainda muito... A Polícia Militar, o conceito de polícia militar, que vem da ditadura, é o de sair para combater o inimigo na rua. Ela sai para combater o inimigo. Esse é o conceito militar de ocupação e de eliminação do inimigo. É esse o conceito. E a nossa polícia técnica, a nossa polícia investigativa está como o resultado aí. O nível de elucidação dos homicídios no Brasil... Enquanto na Inglaterra está 80%, 90%; nos Estados Unidos, 65%; na França, 85%. No Brasil, está entre 5% e 8%. E os que chegam a ser condenados por homicídio é quanto? Três por cento. Então, não é só um problema policial. É um problema da Justiça também. A Justiça não tem tratado a violência, não tem dado à violência... Os homicídios, ou seja, o crime contra a vida tem pouco valor neste País, porque o crime é contra a vida das pessoas pobres. O crime contra o patrimônio dá repercussão de mídia. A investigação do crime contra o patrimônio dá repercussão de mídia, dá holofote para o Ministério Público, etc. Esses não agem tão eficientemente como no combate, na identificação e na investigação dos homicídios.

Então, eu gostaria de ouvir a opinião de vocês a respeito destas duas questões: da política de segurança hoje e da forma como está sendo dada. Porque,



neste debate sobre a questão, se nós não sairmos de certos clichês, de certas formatações preconcebidas, não vamos avançar na compreensão dessa realidade. Alguma coisa não está dando certo; muita coisa não está dando certo nesta política de segurança no País. Precisamos repensar. Para repensar, nós temos que estar abertos à discussão sobre diversos temas, sobre experiências em outros países também que possam não ser copiadas, porque cada um tem a realidade social diferenciada. Mas estamos abertos a discutir isso, sem clichês e sem ataques também, porque senão nós não avançamos para esse conceito. Porque aqui ninguém representa o povo brasileiro; todos representamos a diversidade do povo brasileiro. Ninguém pode se autointitular como “o representante”. “*A verdade é minha*”. O debate aqui... Todos aqui somos diferentes, e isso é um grande...

Uma grande vantagem desta Casa é que ela representa a pluralidade do Brasil, cada um de nós representa... Nós representamos uma parte do pensamento brasileiro. E, do ponto de vista da maioria, ela vai representar o que a maioria do povo brasileiro está pensando neste momento.

Portanto, eu acho muito importante a gente ter muita serenidade neste debate, como em todos os outros debates, senão a gente não vai avançar. E, para avançar, a gente não pode ter essa visão mais preconcebida das coisas, porque senão a gente não está aberto a uma solução que exige... uma solução complexa, para um problema complexo, como a questão dos homicídios contra jovens e negros no Brasil.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Deputado Davidson, V.Exa. me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Jean Wyllys, há dois inscritos. Eu volto no fim.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Não, é porque tem a ver com a fala dele, Sr. Presidente. Por favor, será um aparte muito rápido.

Muito boa a sua colocação, Deputado. É muito interessante, porque às vezes as pessoas não compreendem que o Parlamento representa um conjunto de interesses desses 2 milhões de habitantes que nos elegeram.

Eu fui eleito com 145 mil votos, eu fui o quinto mais votado do meu partido, numa campanha barata, a mais barata do País. A população brasileira me elegeu



para representá-la aqui. O que se espera das pessoas aqui é que elas respeitem o direito de fala e de pensamento das outras; que elas não interfiram fazendo acusações levianas contra outras e a partir de desinformação e mentira que circula na Internet.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Conclua, Deputado Jean.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Porque o que se espera das pessoas, minimamente, é um mínimo de discernimento. Então eu fico muito feliz com a sua fala.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Damião Feliciano.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Relatora, eu queria cumprimentar aqui os expositores, embora, infelizmente, eu estivesse com outra atividade — terminei chegando um pouco atrasado, mas com o compromisso de estar aqui presente.

Eu ouvi aqui esta discussão e me preocupou uma coisa, Sr. Presidente, Sra. Relatora. A preocupação é minha, longe de mim querer dar caminho a alguém aqui, até porque cada um tem o seu discernimento. Eu me preocupei com esta Comissão: em que rumo vai chegar? Qual é a produção que nós vamos fazer?

Nós temos aqui um assunto tão importante, um assunto que toca profundamente o povo brasileiro, principalmente os negros, e a minha preocupação é que, se a Presidência desta Comissão, junto com essa Relatoria, não focar no processo em que nós vamos querer, nós vamos terminar chegando aqui a lugar nenhum.

Não estou aqui dando razões. O Deputado Jean Wyllys tem as suas razões, o Deputado Delegado Éder também tem suas razões. Também não estou aqui para criticar a polícia. A polícia faz o seu papel. A polícia tem o seu papel. Naturalmente...

Outro dia eu estive no Rio de Janeiro e me surpreendi com o Secretário de Segurança de lá — por sinal, passei até a admirá-lo, o Sr. Beltrame —, que fez uma relação interessante. Disse que a polícia mata negros em confrontos. Mas ele chegou e disse assim: “*Sim, mas grande parte da polícia é feita de negros também*”, não é? Tanto no Rio de Janeiro, como em São Paulo, como em Salvador. Mas



acontecia isso. E disse que, naturalmente, não era a própria polícia que seria responsável por esse processo da violência contra jovens e negros e pobres neste País.

Então é um conjunto de processos, em que a gente vai ter que se debruçar, para que a gente chegue aqui a um denominador comum para a gente contribuir com a sociedade brasileira no sentido de fazer políticas públicas capazes de poderem melhorar essa situação.

Por isso que neste instante que eu vejo essa linha eu me preocupo, Deputada Rosângela — a senhora, que é a Relatora desta Comissão —, em que rumo a nossa CPI vai chegar, o que ela vai produzir, a que canal nós vamos chegar. Queria chamar a atenção... também dar esta minha opinião à Presidência desta Comissão, muito bem dirigida pelo Deputado Reginaldo Lopes e todos os membros, para que, ao final, se produza um relatório e depois vá ser arquivado, ou passa por cima dessa discussão. Ou, então, a gente canaliza, de repente, para dizer que são as drogas, assunto em que vamos ter que tocar, que é outro tema diferente para esta CPI, e a Comissão não produza aqui políticas públicas capazes de, há 100 anos, tirar o negro da senzala e colocá-lo na favela.

E lá, na favela, onde há os grandes bolsões de miséria, onde estão agrupados os grandes bolsões da pobreza, não vamos poder colocar políticas públicas, capazes de resolver esses tópicos, porque esse assunto não se resolve em 1 ano ou 2 anos. Espero que possamos dar a nossa contribuição atual para daqui a 5, 10, 15 anos, levando educação a essas comunidades que precisam tanto, levando perspectivas futuras aos negros que moram lá, perspectivas de empreendimento, para que eles possam receber educação e também mudar sua posição social. Espero que a Comissão possa contribuir para isso.

Estou exatamente nesta Comissão com a preocupação de contribuir para a sociedade brasileira, com a preocupação de produzir algo para os jovens negros e pobres. Estou vendo esse relatório feito por esses expositores.

Na semana passada, estiveram aqui dois negros que deram depoimentos muito fortes. São jovens que sofreram na pele a discriminação e a violência da sociedade brasileira. Então, essa é a preocupação que eu gostaria que a minha Relatora tivesse, que tem experiência e compromisso com o assunto. Espero que



esta Comissão possa produzir um trabalho para dar educação a esses bolsões. Não agora! Tenho certeza de que esse não é um assunto que será resolvido de imediato, mas espero que, daqui a 5, 10, 15 anos, a sociedade tenha consciência de que esta Comissão Parlamentar de Inquérito contribuiu para o futuro deste País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Damião Feliciano.

Concedo a palavra ao Deputado Major Olimpio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, Sra. Relatora, Srs. Parlamentares, senhores convidados, assessorias que nos acompanham esse trabalho, primeiramente, gostaria de justificar a minha ausência. Como eu estava na presidência de uma Comissão Especial, não consegui chegar a tempo. Tenho feito o máximo possível para acompanhar os trabalhos desta Comissão, porque acredito realmente na possibilidade de resultados.

Admiro a condução dos trabalhos do Deputado Reginaldo Lopes e da Deputada Rosângela Gomes, porque acredito que eles têm se posicionado de forma justa e legítima. Se quisermos pesquisar como andam as formigas, não adianta colocar uma caneta no caminho delas, porque elas vão ter que desviar. Não adianta também tentar antever resultados.

Sempre ouço falas em que se tenta antecipar as eventuais conclusões. Esta CPI pode e deve dar uma resposta efetiva em relação a isso. O povo merece essa resposta. Vira e mexe potencializa-se a discussão em relação às forças policiais serem as principais responsáveis pela morte de negros e pobres na periferia. Ouço essas manifestações de fala e, quando chegava, eu acompanhava uma discussão acalorada, mas quero dizer que todos nós, Deputados, estamos aqui, graças a Deus e à democracia, da mesma forma, pelo voto.

Por exemplo, o Deputado Delegado Éder obteve 260 mil votos no Estado, conheço seu trabalho no Pará, e duvido que tenha campanha que possa ter sido mais barata que a dele, exatamente porque, em 30 anos de polícia, ele não ficou fazendo discursos e filosofando, não. Ele estava nas ruas trabalhando com enfrentamento e sendo, talvez, o último recurso que tem o cidadão pobre, negro da periferia, que é o aparato policial, ainda que incompetente na estrutura do Estado.



Nós temos representantes aqui de vários segmentos que devem ter falado exatamente da irresponsabilidade nossa em todos os níveis. Na última quinta-feira, o Ministro da Justiça veio aqui, numa Comissão Geral, no plenário, e eu cobrei, como deve ser cobrado, que no próximo dia 5 de outubro, nós vamos completar 27 anos da nova Constituição, e ainda não regulamentamos o sistema de segurança pública, que está lá no § 7º do art. 144 da Constituição, o que depende de vontade política e de desejo. A competência está lá no Executivo para isso, que vem se omitindo.

Então, hoje, a estrutura de criminalística, a estrutura da polícia investigativa, da polícia ostensiva, é uma falácia em nosso País. Integração só até terminar as entrevistas coletivas. Troca de informações, simplesmente fica nos relacionamentos pessoais entre as instituições.

Então, temos preocupações, sim. E também vejo, muitas vezes, a forma preconceituosa, quando se diz: “*As Polícias Militares são preparadas para a guerra*”. O próprio modelo de *curriculum*. A maioria dos que falam a respeito disso não conhecem a modificação que houve nos currículos de formação das Polícias Militares e a modificação comportamental em relação a isso.

Quando nós falamos de polícias militares, ontem, o Comandante-Geral da Polícia Militar de São Paulo fez questão absoluta — por ser 13 de maio, apenas a Deputada Rosângela, dos 513 Parlamentares, foi quem, no final da sessão, para nossa alegria, fez um discurso lembrando a data — de colocar exatamente os dados dos nossos recursos humanos da Polícia Militar de São Paulo. Nós temos 100 mil homens, 35 mil negros, 35%. Exatamente! E para dizer que nós não aceitamos a pecha do preconceito institucional, a polícia age em função da cor, do gênero, da opção sexual. Isso é preconceito! Se falarem que as polícias militares são preparadas para a guerra por serem frutos do período de ditadura, desconhecem exatamente a estrutura policial brasileira, as polícias militares, que não foram criadas, de 1964 a 1979, não! A Polícia Militar do Rio de Janeiro é de 1809 e a Polícia Militar de São Paulo é de 1831.

Então, a minha preocupação e a minha permanência nesta Comissão é para o debate, sim. Tenho os meus posicionamentos. Não quero papo com traficante. Não acho que, na legislação, se tenha que acochambar nada para traficante. Legalização das drogas significa rendição da sociedade. Estou há 37 anos na



Polícia Militar. Fiquei 29 anos nas ruas acompanhando desgraça, tragédia. O traficante vende a morte para os nossos filhos.

Fiz um requerimento de informações, há duas semanas, cobrando do Ministério da Justiça, porque nós temos uma campanha nos ônibus do Rio de Janeiro, encabeçada pela Universidade Cândido Mendes, mas com recurso federal, dizendo: *“Para que a guerra contra as drogas?”* Deixa à opção de cada um. Só que isso vai matando, está arrebatando a nossa sociedade.

Foi manifesto sobre a falta de condições estruturais, da segurança territorial nossa. Nós temos 16 mil quilômetros de fronteira seca, completamente devassados. A estrutura da Polícia Federal, hoje, não tem suporte para o tamanho das demandas. Perguntei ao Ministro: *“Quando foi que alguém viu voando o último helicóptero da Polícia Federal?”* Sabem por que não voa? Por falta de manutenção, por falta de recurso, por falta de estrutura. Isso é vergonhoso! Então, nós não podemos chegar aqui e antecipar: *“Olha, a polícia é quem está provocando o extermínio”*. A polícia ainda faz parte da solução. Se há situações que são pontuais, vamos identificá-las, vamos punir.

Na questão de votação de auto de resistência, eu até falei para o Presidente: *“Por que não votou essa porcaria ainda?”* Não vai mudar nada! E falar que o auto de resistência foi uma coisa que nasceu agora, no período da ditadura. Que isso? Está lá no Código de Processo Penal, em 1941 — Código de Processo Penal, em 1941. E não muda absolutamente nada, simplesmente fala: *“Opa, está se passando para a sociedade brasileira num mantra”*. O povo: *“Olha, a polícia tem salvo-conduto para matar. Não precisa mais preservar local, não precisa fazer nada”*. Não, não mudou o Código de Processo Penal em relação a nada!

Então, quer se aperfeiçoar a legislação, vai se aperfeiçoar. Não há problema nenhum. Não estamos com resistência às polícias, não! A bancada da bala, Bíblia, está se fechando contra. Não. E vou dizer uma coisa: Quem prende o mau policial não é juiz, não é promotor, não é Deputado, não é CPI, não é nada, não. Quem prende o mau policial é o bom policial. E nós temos uma maioria, em todas as instituições policiais, de bons policiais. Agora, achincalhar o papel da polícia, fazer apologia a crime, a criminoso?



Está nos jornais de hoje que entrei com um pedido de CPI e investigação criminal no Ministério Público em São Paulo, porque o Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, fez um acordo com traficante para retirar a favelinha da cracolândia. Nem administrador público nem os seus podem fazer acordo com traficante. *“Ah, mas foi só para o usuário”*. O usuário, muito embora nós entendamos a questão de ser um dependente, de ser um doente também, não deixou de ser criminoso. Ainda também quem consome entorpecentes em nosso País não é mais apenado com privação de liberdade. E o administrador público não pode sair da sua condição de ente estatal para negociar, para barganhar, para facilitar, para permitir: *“Olha, vamos fazer a Marcha da Maconha”*. Então, na marcha, pode consumir maconha e rasgar a legislação do País. De forma nenhuma!

Cumprimento a direção desta CPI. A Deputada Rosângela Gomes tem sido brilhante e equilibrada com a sua relatoria e com as condições que a tem feito. O Presidente tem estimulado a Comissão a convidar representantes de órgãos policiais de todo o País para que possam vir, sim, falar dos currículos, das necessidades, da modificação comportamental, sair numa linha da busca da polícia cidadã. Essa é uma luta de todos nós. Não é uma luta de partido nem de ideologia nem nada. Toda a sociedade quer isso.

Continuamos com 56 mil pessoas oficialmente assassinadas por ano. Eu digo oficialmente, porque nós temos mais de 10 mil desaparecidos por ano, cujos óbitos ainda não estão legalmente registrados, mas a grande maioria de desaparecidos já foi executada. Então o número é muito mais bárbaro.

Se nós estamos identificando, e contra os dados, não há argumentação para a execução de pessoas seja pela cor, seja pela religião, seja pela opção sexual, nós temos que identificar, sim. Esse é o papel, é o objetivo desta CPI, mas não podemos ser preconceituosos. Não podemos sair à frente, dizendo: *“Olha, se nós acabarmos com a polícia no Brasil, vai diminuir o extermínio de jovens negros na periferia”*.

Se nós tivéssemos condições de dizer: *“Olha, então, se nós acabarmos com a polícia, não vai haver mais enfrentamento”*. Se a droga for legalizada, não haverá mais guerra com traficante. Ele vai poder vender a morte de forma tranquila para todos os nossos filhos e para as gerações. E aí nós vamos propor a criação de uma



agência nacional, a “DROGABRAS”, para controlar a pureza, a defesa do consumidor em relação à quantidade. É isso que nós vamos fazer.

Mas deixo registrado os meus cumprimentos à CPI, aos seus participantes, às pessoas que têm vindo trazer riqueza e contribuição para esse trabalho, dizendo: “*Não podemos colocar a caneta no caminho das formigas*”. Vamos chegar cientificamente à identificação das causas do que está acontecendo e buscar as soluções para isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Major Olímpio.

A própria fala do Deputado Damião Feliciano foi um pouco sobre os rumos, não é? Na reunião passada, combinamos que nós íamos potencializar as nossas audiências numa estratégia de encaminhamento da CPI. Então, eu até fiz aqui um pouco, e apresentei vários requerimentos para os quais eu quero pedir apoio, depois da exposição dos convidados, que eu chamei de fase de investigação.

Então, nós fizemos um diagnóstico, com o nivelamento de dados de vários pesquisadores, de professores, com todos os dados apresentados pelos nobres colegas Deputadas e Deputados, de representantes de movimentos sociais, da questão do recorte de gênero, raça, idade, e da consolidação do reconhecimento de taxas e números.

E agora nós temos quatro ações importantes que vão definir o encaminhamento da CPI. Eu estou chamando de condição juvenil, e nós estamos convidando 14 Ministérios. Fiz um pacto com a assessoria parlamentar de quem nós estamos convidando. Então, nós estamos fornecendo três datas. Se não estiverem presentes, nós vamos convocá-los.

Queremos discutir com os Ministros quais são as metas do Juventude Viva, que é um programa do Governo Federal, mas quais são as propostas para um plano preventivo para a eliminação de homicídios no Brasil, e também de ações afirmativas.

Também queremos discutir um modelo de policiamento. É evidente que nós queremos conhecer casos de sucesso e de insucesso. Então, para ter critérios, nós apresentamos, pelo mapa da violência, seis Estados com o maior número e seis Estados com o menor número de casos de violência, com critério. Pegamos o mapa



e selecionamos os seis Estados onde a violência aumentou — os de maior número — e os seis Estados onde a violência diminuiu. E limitamos a vinda deles aqui a duas perguntas: a primeira, em relação ao aumento, o que foi feito, e a segunda, em relação à diminuição, quais devem ser as decisões futuras.

Queremos também passar a um pouco o que disse aqui o Deputado Major Olímpio sobre a questão do percurso penal. Nós queremos entender — esta Mesa que já trouxe algumas proposições, alguns defendendo, outros não, sobre o ciclo completo — desde o início do fato até a condenação. Então, nós queremos convidar todos os Tribunais. Queremos também entender por que não são elucidados, onde está o gargalo do problema, a persecução penal. Eu até peço aos nobres Deputados que apresentem requerimento nesse sentido, a quem nós devemos ouvir sobre persecução penal. Esta Mesa já é o início, um pouco, dessa estratégia.

Por último, a questão da transparência, participação, controle social e segurança pública. Então, nós queremos aqui o Conselho Nacional de Justiça. A Procuradoria-Geral da República já até apresentou aqui a questão das ouvidorias, das corregedorias, das defensorias, Conselho Nacional do Ministério Público. Então, acho que se conseguirmos sucesso nas próximas audiências, nós teremos um conjunto de material a ser encaminhado para os relatórios. A Relatora estará apresentando e o conjunto de Deputados vai poder formar uma opinião.

Assim, estou respondendo à indagação do Deputado Damião Feliciano e também à dos demais Deputados.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Sr. Presidente, fico muito contente de ouvir a sua fala, exatamente nesse encaminhamento, e eu começo a ver luz no fim do túnel, para que se possa produzir esse trabalho. Fico feliz, porque esta Comissão, agora, pode dar material para a Deputada Rosângela Gomes produzir o seu relatório. Nesse encaminhamento eu concordo. Se precisar da minha colaboração, Sr. Presidente, pode contar comigo. Aí eu acho que a nossa CPI toma rumo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado. Vamos começar aqui pela ordem dos que falaram.

Passo a palavra para a Sra. Tatiane Almeida.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O João? Ah, então, na verdade, quem começou, o Sargento Héder ou o João?

(Não identificado) - Foi o Sargento Héder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Só que o Sargento Héder pediu desculpas, porque tinha um voo às 12h30min, e não está presente.

Então, vou passar a palavra ao João. Ele foi escolhido aqui para fazer suas considerações finais e responder às perguntas.

O SR. JOÃO MACIEL CLARO - Respondendo às perguntas, o que eu estou vendo aqui, é importante analisar e frisar que a opinião dos outros três colegas que estavam na Mesa — eu acho que a Tatiane, o Bruno e o Ayran — fazem parte da Polícia Federal.

A competência da Polícia Federal é totalmente diferente da competência da Polícia Civil — eu faço parte da Polícia Civil —, e, nesse caso, quem trabalha mais com crimes de homicídio é a Polícia Civil.

No Distrito Federal — que é o meu caso, porque sou policial aqui do Distrito Federal —, os números de homicídios solucionados estão na faixa de 60%. Então, o que acontece? No Distrito Federal, nós vivemos uma realidade boa. E digo mais: no Distrito Federal, a maioria dos crimes é registrada, porque nossas delegacias ficam abertas 24 horas, têm efetivo, e esse percentual de 60% de crimes solucionados.

Mas o que acontece? Aqui nós vivemos uma realidade diferente da do resto do País. Entendo que a situação do Distrito Federal é diferente de uma cidade do interior do Piauí, do Ceará, de Minas Gerais, que não têm delegados, que muitas vezes não têm o efetivo da Polícia Civil. Aqui o nosso efetivo é pouco, mas ainda é considerado o melhor do Brasil. Então, eu falo que investir na Polícia Civil dá resultado, sim, podem ter certeza.

O que o Deputado Delegado Edson Moreira disse sobre a formação universitária do policial, eu acho muito importante. Eu, como policial civil há 10 anos, eu acho que o policial tem que ter uma formação universitária voltada para segurança pública, até um curso universitário de segurança pública. Se o País pensar em ter um dia uma polícia unificada, esse curso vai ser essencial para que essa polícia seja bem estruturada, uma polícia que dê certo. Senão, é chover no



molhado. Eu penso que a unificação da polícia não vai resolver, mas a integração, sim.

Aqui nós trabalhamos de forma integrada com a Polícia Militar há muito tempo. Desde o Governo Agnelo, há 5 anos, que nós trabalhamos de forma integrada com a Polícia Militar. São vários comandantes por área. No nosso caso aqui, são quatro Comandantes da Polícia Civil e quatro Comandantes da Polícia Militar. Então nossas ações são integradas. Muitas ações são realizadas juntamente com a Polícia Militar e têm apresentado um resultado positivo. Então, eu acredito que integração, sim. Agora, unificar a polícia, eu acho muito difícil, porque entendo desnecessária. Agora, a integração é salutar e é necessária.

Uma das perguntas do Deputado Jean é sobre a formação policial. Se o policial é formado para ver o negro como potencial marginal. Eu penso que não. Pelo menos na minha Academia de Polícia — faz 10 dez anos que eu estou formado —, nunca ninguém me falou isso.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Só um momento. Acho que o senhor não entendeu. Não foi essa a pergunta que eu fiz, porque eu jamais diria isso.

O SR. JOÃO MACIEL CLARO - Não, eu sei, mas assim...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Não faz parte da formação dizer que o negro... O que eu quero dizer é que no aspecto mais amplo, no aspecto mais amplo cultural, os policiais estão impregnados desse imaginário. E a minha pergunta é: essa formação, a formação do policial militar inclui o reconhecimento da diversidade humana e não a identificação de um inimigo? Essa é a pergunta.

O SR. JOÃO MACIEL CLARO - Deputado, o que está impregnado de preconceito, digo eu, é a sociedade brasileira e não o policial. O policial faz parte de uma sociedade, e como essa sociedade é preconceituosa, o policial também é preconceituoso. Eu sou delegado de polícia.

Lembro-me agora de uma situação de quando eu estava na academia. Tenho um amigo também negro, que está hoje na 19ª Delegacia da Ceilândia. Ele perdeu a chave do carro e tivemos que esperar o seguro para fazer a chave. Fomos parados dez vezes pela Polícia Militar, mas todas as vezes que a Polícia Militar parava, o pessoal do prédio gritava: “*Prende os ladrões, prende os ladrões!*” Então, não era só a polícia que é racista, mas o pessoal do prédio também. Eles tinham visto nós



sermos abordados, viram que nós estávamos com a razão, mas, mesmo assim, gritavam que os dois neguinhos eram ladrões, porque o outro delegado também é negro. Então, não é o policial que é racista, mas a sociedade; e o policial faz parte dessa sociedade. É o que também acontece no caso de crimes envolvendo homossexual. A sociedade brasileira também pensa que todo homossexual é promíscuo, e essa não é a realidade. Então, não é o policial que pensa isso sobre o homossexual, mas novamente a sociedade.

Aqui, no Distrito Federal, nós temos as práticas de investigação. Quando acontece um crime envolvendo homossexual, nós vamos aos locais em que ele frequentava, buscamos as pessoas com quem ele andava, ouvimos as últimas pessoas com quem ele se relacionava. Nós tomamos todos esses cuidados, Deputado. Então, eu acredito que, dentro da Polícia Civil do Distrito Federal, a nossa investigação está bem conduzida. Disso eu tenho certeza, entendeu?

O senhor nos perguntou sobre a situação de quem fica alguns anos preso e vai embora. Geralmente a pessoa que tem condições de pagar um bom advogado, no caso de homicídio simples, realmente a pena é de 6 anos a 20 anos. Se a pessoa comete um homicídio simples e é primário, ela vai cumprir um sexto da pena. Então, ela vai embora depois de cumprir 1 ano; depois de 1 ano, já está na rua. No caso de homicídio qualificado, ela vai cumprir dois quintos. Então, com 2 anos, já está na rua.

Por isso, já respondendo — porque algum dos nobres Deputados perguntou sobre maioria penal —, o menor que comete crime não pode ficar preso por mais de 8 anos. Então, simplesmente seria aumentar essa pena do menor, no caso de envolvimento de morte, de 3 anos a 8 anos, podendo ficar preso de 3 anos a 8 anos. Eu acho que resolveria a situação da maioria penal, mudando simplesmente a pena da medida socioeducativa no ECA.

Outro aspecto levantado, não sei por qual Deputado: a rigorosidade das penas no Brasil. Os crimes cometidos por pessoas pobres são os que envolvem roubo e geralmente com graves ameaças. Não vamos generalizar, não só o negro, mas o jovem pobre, e esses crimes têm uma pena geralmente grave, de acordo com o Código Penal, mas os cometidos pelos brancos, os crimes de colarinho-branco — o Deputado citou o caso do petrolão —, esses crimes têm penas leves.



Temos o caso de alguns políticos, empresários que são presos, e a mídia divulga que logo estão na rua. Mas o que acontece? O que acontece no Brasil é uma culpabilidade às avessas. Por quê? Porque o meio em que aquela criança está inserida contribui para ela cometer delitos. Agora, o meio em que o branco de colarinho está e vive numa boa, não deveria cometer delitos, mas comete. E, quando comete, é o inverso, porque aquele negro, aquela criança pobre — branca ou negra — teria como cometer o crime? Teria? Não, porque está mais propenso a cometer o crime. Agora o branco, sim, porque teria todos os meios de sobreviver sem cometer crimes, mas quando o branco comete o crime, a pena dele é muito menor do que a pena daquele negro.

Então, acho que as perguntas que nos fizeram foram essas aí.

Eu termino por aqui e agradeço o convite da CPI. Boa tarde a todos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k. Obrigado.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Sr. Presidente, só um instantinho, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra a Deputada Rosângela.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Antes que V.Exa. conceda a palavra para outros palestrantes fazerem suas considerações e o Plenário também possa fazer uma intervenção, eu quero pedir desculpas, porque eu citei aqui alguns números errados. Eu quero fazer uma retificação: a fonte é o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e os dados em relação aos encarcerados são 61,7%; de negros mortos, taxa por homicídio, 68%. Então, eu só queria fazer essa retificação, porque realmente eu me enganei. Peguei dados do ano anterior, mas, depois, verifiquei que eu havia falado errado.

Faço essa retificação para que outros não se baseiem no que eu havia dito e para não dar nenhum tipo de distorção.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Sr. Ayran.



O SR. PAULO AYRAN DA SILVA BEZERRA - Se o delegado me permite, eu vou, então, passar à frente da ordem? (*Pausa.*) Bom, vou tentar seguir aqui mais ou menos o que eu consegui anotar para responder às perguntas.

Sr. Presidente, quero agradecer o convite. Eu acho que o debate nos enriquece e nos dá condição de fazermos e refazermos o pensamento na hora que tiver que ser feito.

A nobre Relatora colocou alguns pontos sobre o sistema compartilhado, integração e a desmilitarização das polícias. Eu acho que isso vai responder algumas perguntas. Como operador de segurança pública, como policial, entendo que a construção de uma política, onde você tenha investimentos, fortalecimento do conhecimento, dentro de uma linha de crescimento de uma instituição, pode ser favorável.

Então, entendo que o processo de desmilitarização, se for construído de forma adequada, pode vir, sim, a ser positivo para o País. Isso, claro, vai passar por um debate, vai passar por uma construção de conceitos, para que isso realmente seja implementado. E temos que nos lembrar da diversidade que este País apresenta, dos vários rincões...

Eu tive oportunidade de fazer uma viagem, e achei lindo os países na Europa. Eu vou citar dois aqui para entrar numa segunda questão. Na Suíça, em Zurique, eu olhava e achava tudo lindo, maravilhoso. Isso é uma condição normal daquele brasileiro que saiu também de um cenário de pobreza e conseguiu galgar algum sucesso na vida, porque eu acho que atingi o sucesso. Hoje, eu trabalho para os meus filhos. E aí eu olhava aquele negócio lindo e falava assim: "*Nossa, mas que cidade limpa, que cidade maravilhosa!*" Daí, quando eu cheguei ao Brasil, fui estudar sobre a cidade. E aí você pega o recorte territorial, geográfico, de Zurique. Se você o aplicar no cenário de Rio de Janeiro e São Paulo, lá onde há 400 mil habitantes, em São Paulo e no Rio de Janeiro vamos ter 3 milhões, 4 milhões de habitantes. E, no caso, lidamos com pessoas. Como fazer política pública para esse mundaréu de gente? Como fazer as coisas funcionarem?

Então, temos que fazer um exercício para realmente fazer essa construção de como readequar as instituições policiais, como promover mudanças que devem ser



feitas, melhoradas ou aprimoradas dentro desse contexto social que difere de todos os outros países.

Às vezes, fazemos comparações e dizemos: “*O Brasil é o único país que funciona assim*”. E é. Nós somos diferentes, nós temos peculiaridades diferentes, nós temos que funcionar de maneira diferente. Isto não significa que não tenha que melhorar, não tenha que buscar conceitos novos e aprimorar o nosso jeito de convivência e de cidadania. Mas nós temos que realmente reconhecer que somos diferentes. Nós temos uma política diferente, uma sociedade diferente, uma sociedade passiva. Mesmo quando vamos às ruas, nós nos preocupamos em ter um comportamento adequado para não causar danos.

Tive oportunidade de ir a alguns movimentos. Ficava preocupado com meus filhos, e observava essa mesma preocupação em outras famílias. Isso deve ser levado em consideração na construção dessa revisão das instituições policiais.

Quanto à formação. Eu também tenho 10 anos de polícia. Nunca vi nada diferente dentro da Academia de Polícia que não fosse operar em favor das garantias dos direitos individuais. Nunca ouvi nada diferente disso.

É claro que a capilaridade que cabe à minha função, como papiloscopista policial federal, é completamente diferente e minimizada a uma rotina de um colega papiloscopista da Polícia Civil do Distrito Federal, de um perito criminal federal, de um delegado da Polícia Civil, porque a capilaridade é maior. Realmente, eles estão no dia a dia, no embate. E o impacto disso mexe com o indivíduo como cidadão, como profissional, como pai, como chefe de família. Você está, todos os dias, vendo coisas, e essas coisas são absorvidas; criamos conceitos, criamos estigmas. Não tem como fugir disso.

Na academia, nunca me passaram nenhum livro sobre a criação de estigmas. Vamos conhecer isso dentro de um modelo de convivência e vivência com a criminalidade, com aquilo que nos rodeia. Daí passamos, sim, a criar modelos para defender a sociedade, para defender os direitos e as garantias individuais, o que nós somos obrigados a fazer.

É claro que pode haver equívocos. “*Olha, você está sendo preconceituoso, porque é negro, está de óculos e é careca*”. Mas isso não pode ser generalizado. A polícia não é, de forma nenhuma, construída em cima de generalizações. São



momentos, são conceitos. A cada crime que ocorre, o grupo de policiais, o grupo de profissionais tende a trabalhar de forma diferente, porque assim ele aprende no seu dia a dia.

Então, eu acho que a formação tem que ser melhorada. Tem que haver mais investimento? Tem que haver mais investimento. Há surgimento de novos crimes? Há surgimento de novos crimes. Você tem que aprender a lidar com as adversidades da sociedade até no dia a dia, numa abordagem. Ao se fazer uma abordagem hoje para o combate ao tráfico de drogas, você tem que ter a condição de fazer uma abordagem adequada. Isso, sim, a gente aprende na academia de polícia e sem distinção.

Quem está naquele carro ali, a princípio, para nós, é um cidadão. Não esperem que a gente vá... Isso aí é uma coisa que a gente aprende no dia a dia. Quando você está numa operação dessa e diz "*Bom dia!*", muitas vezes você é respondido com "*Bom dia!*" e, às vezes, é respondido com um tiro. A distância disso daí é que é complicado mensurar, construir. Por isso, tem que haver o debate, essa composição de situações e de realidade, que é para você seguir o caminho correto e não pender para um lado e nem pender para outro.

O Deputado Jean fala sobre a questão das drogas. Eu não vou me furtar de falar. A gente tem que amadurecer muito enquanto sociedade. Esse debate tem que ser longo, bem feito, de forma ostensiva. Nessa viagem que eu fiz, eu tive a oportunidade de ir a Amsterdam para conhecer. Era aquele *glamour* e tal. Olha, eu fiquei constrangido. Como cidadão, eu fiquei ali, naquele momento... Eu disse: "*Rapaz, é isso daqui?*" "*É.*" "*Eu estou preparado para ter isso dentro da minha comunidade, para lidar com isso daí?*" Como eu disse, o meu histórico me deixou muito próximo de certas coisas, e a gente conseguiu construir um caminho diferente do de outros colegas.

Então, eu acho que a gente tem que buscar um acultramento de como fazer esse debate e realmente saber se a sociedade está preparada para isso. Não sou contra e também não sou a favor. Entendo que quem tem que fazer isso são os senhores. O debate está na mão dos senhores. A minha função é cumprir aquilo que for transcrito como norma legal. Hoje, é ilegal! Hoje, trabalhamos contra.



O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Desculpe-me. A pergunta foi sobre a participação indireta do Estado no tráfico internacional de drogas. Ou seja, o Estado participa indiretamente por meio da corrupção de agentes públicos. E aí tem a ver com a questão do afrouxamento das fronteiras. Para as drogas passarem pelos aeroportos, por esses caminhos, elas precisam de pessoas corrompidas nesse aspecto.

Então, a minha pergunta é sobre o custo da participação do Estado indiretamente no comércio internacional por meio da corrupção de policiais e agentes públicos. Não foi nem se era a favor ou contra, porque a gente não está discutindo essa questão aqui. Era muito mais uma apreciação do ponto de vista de alguém que trabalha na estrutura da segurança pública sobre essa participação, porque ela é inegável.

O SR. PAULO AYRON DA SILVA BEZERRA - É, mas a gente não tem como precisar isso, Deputado. Que você tenha esses cenários, acredito que tenha, mas de tal sorte que o contrário é maior. O contrário é maior. O esforço das corporações, das instituições, é maior.

Eu vou falar para o senhor uma coisa que não precisa, às vezes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu posso, já que o Jean quebrou... O senhor falou o seguinte: *"Há um afrouxamento das fronteiras"*. Eu trabalhei numa Comissão sobre drogas, e fizemos o Plano Estratégico de Fronteiras, coordenado pelo Michel Temer: investimos em satélite, em VANT, unificação das ações dos agentes. Mas o senhor falou assim: *"Há uma priorização de combate às drogas nas favelas e não nas fronteiras"*.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Ah, então, desculpe-me. Então, é para o Bruno, mas a minha pergunta é esta: isso é uma orientação da política ou é uma leitura do senhor? É para o Bruno depois. É porque eu fiquei em dúvida se é uma orientação da política de segurança pública ou se é, de fato, só uma contestação. Desculpe-me, Ayrton.

O SR. PAULO AYRON DA SILVA BEZERRA - Então, eu acho que o contrário é muito maior. É um esforço muito grande que se faz para combater a entrada ilícita das drogas. É claro que falta investimento, que falta infraestrutura, que



faltam homens, que faltam recursos tecnológicos. A mobilidade dentro das nossas fronteiras é complicada. Às vezes, você tem um barco e esse barco não tem combustível para se fazer o deslocamento. É isso que precisa ser melhorado. Melhorando isso, o combate ao contrário, aqueles que se desviam da conduta normal, da corporação, do perfil do policial, vão ser minimizados. Essa é a leitura que a gente faz. O debate foi bom.

Com relação aos perfis, é a questão do estigma. A gente não pode trabalhar com estigma. Pelo contrário, talvez o grande erro que um policial comete é quando ele trabalha com estigmas. Aí ele pode levar todo um processo de investigação a um fracasso.

No nível de sociedade, de ponta a ponta deste País, nós temos esse cenário de pobreza, de falta de oportunidade, de falta de acesso às políticas. Eu volto a defender: eu enxergo que existem as políticas públicas. Talvez não na quantidade e na capacidade de atender a todos, mas o jovem, o desempregado não consegue chegar a essa política pública, ter acesso a essa política pública. Muitas vezes, quando tem, a abandona. Mas por que abandona? Qual é a leitura que o Estado faz? É por isso que eu defendo o seguinte: quando a gente fala aqui, como o Deputado falou, *“Olha, lá na minha cidade, o pessoal, quando acontece um homicídio, vai em cima e não deixa a polícia preservar o local”*. Aí é quando temos de aproximar a instituição policial da sociedade. Nós temos de ser parceiros. Sem essa parceria, vira confronto realmente o tempo todo, porque a sua presença inibe o dia a dia do outro ali, daquele cidadão. Nós estamos falando da rua dele, da casa dele, da ciranda que ele costuma brincar. Aí você vem de forma ostensiva, e ele não consegue compreender isso pela desinformação.

É preciso fazer esse tipo de aculturação da nossa sociedade e dessa aproximação das nossas instituições policiais com a sociedade. Realmente, fazer essa transversalidade das políticas públicas de educação, saúde e segurança, inclusive para as próprias corporações. Nós temos de lembrar que tem policial que mora há 35 quilômetros, também num local difícil, onde o cara tem de sair com a farda, muitas vezes, escondida e, às vezes, nem levar para casa.

Nós, policiais, temos a seguinte regra: se você está com carteira, você anda armado. Se você está sem a arma, não ande com a carteira. Ou seja, essa é a vida



que nós levamos no dia a dia em todos os lugares. Onde nós caminhamos, a gente caminha preocupado. Por que isso? Tem que se analisar. Como é que esse policial vive o seu dia a dia e quais são as pressões sociais e psicológicas que ele vive ali? Por isso, às vezes, a gente escuta muitas coisas do tipo “Olha, a polícia mata.” A polícia não mata. Ela está morrendo também. Ela está adoecendo. Ela está adoecendo porque tem muita coisa voltada para o lado de lá e estão esquecendo de voltar algumas setas para o lado de cá. Lembrando que cada policial é um cidadão, é um pai de família e, como tal, vive no meio dessa sociedade e tem de ser acolhido.

Da mão de obra, da produção...Eu voltei aqui da Deputada Ana Pelegrini com relação ao processo de tomada de decisões, às políticas públicas e com relação a algumas ações...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O Mapa da Violência diz que 85% das mortes dos policiais são fora de serviço. Eu acho que isso deveria ser objeto de investigação da CPI. Eu não sei a opinião dos Deputados que trabalham com segurança. Sempre há assim: ou estava fazendo bico, aí vêm as possibilidades, ou foi vítima de uma chacina, de uma emboscada.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - A maioria é identificado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Ou, então, porque exerceu a profissão sem a retaguarda. Essa é uma coisa para a qual nós precisávamos fazer um debate, né?

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Ou participa do negócio ilegal das drogas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Essas quatro possibilidades, geralmente, são colocadas, né? O conflito, geralmente, quando é de agente de Estado, é em serviço e, quando são vítimas, é fora. Não sei se o senhor tem algum estudo sobre isso.

O SR. PAULO AYRON DA SILVA BEZERRA - Bom, Deputado, eu não tenho os dados aqui para esse debate. A gente vem centrado no trabalho que a gente faz, em alguns resultados e em algumas experiências que a gente tem. Neste caso, a gente não tem, mas eu acredito que vão ter instituições com mais competência para fazer a abordagem. A gente também está à disposição para aprofundar no tema. Não tem problema.



Eu queria falar sobre as políticas. Quando a gente fala de drogas... Vamos pegar um carregamento de duas toneladas de maconha. Nenhum traficante vai empacotar maconha. Ele tem uma mão de obra que faz isso daí. Onde está localizada essa mão de obra? É um esforço que o Estado tem de fazer, porque, provavelmente, lá está faltando políticas de acessibilidade, recurso de emprego. Por isso ele se volta para essa mão de obra. Ele precisa comer. Ele precisa ter o lazer, ter a cultura. Aí é diferente essa mão de obra daquela mão de obra que está fazendo essa distribuição. Ali é um exercício — volto a afirmar —, na leitura que nós fazemos, de poder, de estar próximo, de estar protegido. Essas comunidades que trabalham no empacotamento, na condução de toda a linha de produção... Tem de se buscar recursos para identificar isso daí, para promover as políticas públicas necessárias para minimizar. Minimizar na mão de obra diminui também a quantidade de drogas no País. Em todos os países se deveria fazer esse tipo de coisa. No geral, é isso. Eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Só para contribuir, eu estive, com a Comissão de Drogas, nos países produtores. Eu entendo que, se o país consumidor deseja diminuir a oferta no país, ele deve diluir também a sua demanda e deve diluir também a oferta. A relação deve ser de países irmãos latino-americanos inclusive, que são os quatro países produtores, 90% são Paraguai, Peru, Colômbia e Bolívia.

Eu estive no Plano Colômbia. Eu estive num pedaço dominado pelas FARC. Na verdade, eu estive na produção, tentando acordos de governos, acordos multilaterais, que pudessem estabelecer com as comunidades.

Por que eu estou dizendo isso? Um país como o Brasil, que é um País mais rico, deveria estabelecer uma política de substituição do cultivo ilícito, nesses países da América Latina, por produção de culturas lícitas. A política norte-americana do Plano Colômbia gastou trilhões e não resolveu.

O que eu quero dizer com isso? O senhor falou que essas pessoas estão no tráfico porque deve faltar emprego. Eu estive com os camponeses. Os camponeses ganham um dólar. Se a gente pode falar na política capitalista, eles são o proletariado do tráfico. Eles ganham um dólar. Eles plantam, refinam e ganham um dólar por dia a um dólar e meio no máximo.



Quanto ao refino, as autoridades da Colômbia, do Peru, da Bolívia me explicaram o seguinte: se ele conseguir chegar com a droga refinada no Brasil, ele ganha 30 mil dólares. Não sei se é isso. Se ele for para os Estados Unidos, ele ganha 45 mil. Se chegar à Europa, ganha 60 mil dólares. Se passar para a Ásia — isso foi em 2011, esse valor deve ter sido aumentado —, chega a 120 mil dólares. Se chegar à Oceania, na Austrália, chega a 150 mil dólares.

Então, o que eu quero dizer? Nós não deveríamos ter uma política na diminuição da oferta? O senhor coloca muito bem: fechar fronteiras, diminuição nos países de oferta, tentar estabelecer... Até um país criou — não sei se foi a Colômbia — a guarda florestal. É como se fosse uma bolsa família, mas uma bolsa diferente, no sentido de ele mesmo arrancar e substituir o cultivo.

Então, é isso. Concordo com V.Exa. Nesse sentido, seria necessário pensar numa política maior na diminuição da oferta.

O SR. PAULO AYRON DA SILVA BEZERRA - Só para concluir, para chamar a atenção num ponto. Nós fizemos uns três, quatro momentos de esforços para fazer um processo de identificação da população carcerária. O Instituto Nacional de Identificação em parceria com os Institutos de Identificação dos Estados e com o DEPEM, mas todos foram frustrados. O que a gente percebe é que, em muitos casos, você tem o preso, você tem o detido. As informações criminais que estão nos sistemas não batem e, muitas vezes, não há essas informações. A conclusão a que a gente chega é que não se conhece a nossa população carcerária. É um trabalho que a gente atenção que precisa ser feito. O Brasil precisa conhecer essas pessoas, precisa saber quem são. Tem muita gente cumprindo pena que não deveria cumprir e tem muita gente sem acesso às políticas de Defensoria Pública. Enfim, é um projeto para o qual a gente chama a atenção, que deveria ser feito o quanto antes para que realmente tivesse a oportunidade, o conhecimento dessa população. Saber quem é ela. Muitas dessas estatísticas são feitas por amostragem, e realmente não se tem uma política, um trabalho efetivo do Governo no sentido de realmente conhecer quem são as pessoas que estão presas hoje, como se comportam, quais são as informações, do que elas precisam para se fazer uma política de recuperação.



Fico à disposição. Agradeço a V.Exas. mais uma vez o convite e pela oportunidade do debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós é que agradecemos ao Sr. Ayron pela contribuição.

Concedo a palavra ao Sr. Bruno Telles.

O SR. BRUNO TELLES - A Sra. Tatiane me permite passar à frente? Eu confesso que foram muitos os temas que eu anotei e vou tentar dar uma passada bem rápida por cima de tudo. Eu só queria fazer uma pequena correção com o meu colega de trabalho, o Sr. João. Eu também sou da Polícia Civil do Distrito Federal. Sou perito criminal aqui e já acumulo mais de 2 mil perícias em locais de crime aqui e no Entorno. Infelizmente, a gente tem de atender ao Entorno devido às condições de segurança pública das cidades em torno do DF.

Falaram sobre desmilitarização. Depois dos ataques de 11 de setembro, as polícias internacionais ficaram mais militarizadas. O que é ser mais militarizada? A hierarquia ficou mais rígida. Eles notaram que precisavam de uma prontidão, de um despacho mais rápido, bem parecido com o das Forças Armadas. O que é esse despacho rápido? *“Olha, atentado terrorista no centro da cidade. Não pense, vá.”* É uma ordem.

Eu creio que esse debate de desmilitarização precisa ser mais aprofundado. Nós tivemos o relatório da Comissão Nacional da Verdade que denunciou dezenas de policiais civis por tortura. Lá no final, conclui-se que tem de se extinguir a Polícia Militar. Nas investigações, ele indica que todas essas torturas aconteceram, em sua maioria, dentro dos DOI-CODIs, que eram as delegacias de controle da ordem social. Depois aponta para a extinção da Polícia Militar.

Eu creio que um ponto que pode ser debatido primeiro é quebrar o vínculo oficial que existe entre as Forças Armadas e as Polícias Militares, para que elas deixem de ser consideradas forças auxiliares.

Internacionalmente, fala-se o seguinte: polícia é quem investiga e faz a parte de controle social. As Forças Armadas só atuam quando a democracia falhou ou quando temos uma guerra civil. Eu creio que cortar esse vínculo talvez seja interessante.



Esperando o Deputado Delegado Edson Moreira, que falou sobre a unificação das polícias, nós sabemos que nos Estados Unidos tem mais de mil polícias instituídas. Há polícias especializadas só em drogas, que é o DEA. Tem o FBI. Tem polícia especializada em fronteiras. Tem polícia especializada em patrulhar os parques nacionais, que agora estão virando alvo de plantadores de maconha.

Eu acredito muito que a especialização veio para o mundo tanto capitalista quanto socialista para ficar. Então, uma polícia única não vai ser boa em Estado nenhum, assim como nós temos diferentes culturas no Brasil, e nenhuma solução é boa para todos os Estados. Uma polícia única também não vai nos servir. Eu creio que atualmente os Estados passam por necessidades diferentes nessa parte.

Só voltando ao tema sobre morte de policiais, esse é um estudo que eu estou conduzindo com alguns alunos de graduação na área de sociologia. Nós estamos levantando a expectativa de vida do policial brasileiro, as causas das mortes e qual é o ano de vida potencial perdido por eles.

Basicamente, o policial morre no Brasil por suicídio. Essa é a principal causa. Em alguns Estados, isso muda um pouco, como o Rio de Janeiro, mas no global e no DF é suicídio. Interessante é ver como é essa maturação do suicídio. Vocês imaginem...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Qual o universo da pesquisa que você e seus alunos estão fazendo? Do universo, quantos Estados?

O SR. BRUNO TELLES - Partimos de um estudo que não foi publicado em revista científica do Rio Grande do Sul que apontou que a expectativa de vida do Policial Rodoviário Federal era de 56 anos. Isso há uns 9 anos. Então nós...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. BRUNO TELLES - Cinquenta e seis.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. BRUNO TELLES - Isso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. BRUNO TELLES - Policial Rodoviário Federal, no Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Ainda na linha da especialização — você falou que a especialização veio para ficar —, é possível generalizar a



expectativa de vida de uma polícia especializada numa determinada função para todas as outras polícias?

O SR. BRUNO TELLES - Eu posso lhe passar alguns dados agora, e V.Exa. mesmo vai me ajudar a responder. Fizemos um programa de convencimento e pegamos os dados dos últimos 10 anos da Polícia Civil do Distrito Federal.

A SRA. TATIANE DA COSTA ALMEIDA - Bruno, deixe-me só te perguntar uma coisa, porque o assunto me interessa. Sou socióloga também e minha tese de mestrado é sobre suicídio de policiais.

O SR. BRUNO TELLES - Sim.

A SRA. TATIANE DA COSTA ALMEIDA - Eu tive uma dificuldade muito grande de encontrar dados sobre os policiais que se matam, mesmo porque o suicídio é uma morte muito estigmatizada. Nem tudo é registrado como suicídio. Os números podem ser até maiores, porque existe inclusive uma relação entre acidente de carro e homicídio. Eu fiquei espantada com esse número. Um número maior de suicídio do que homicídio vitima os policiais? Eu queria saber a fonte também.

O SR. BRUNO TELLES - O que você vai ter que fazer para conseguir concluir esses dados? Você vai ter que, primeiro, pela lei da transparência ou com um pedido de muito carinho, pedir as suas corporações que forneçam os policiais que faleceram nos últimos anos, sem nome. Se vier com nome, melhor. Se você for trabalhar com nome, você vai ter que pedir uma autorização especial para o Comitê de Ética para fazer esse tipo de pesquisa. Depois você vai ter que procurar o SUS, que tem um sistema excelente unificado de informações a respeito de causa/morte no Brasil.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Que é o que serve de base para o mapa da violência, inclusive.

O SR. BRUNO TELLES - É, e é uma boa fonte, exceto no nosso caso do Distrito Federal. Vejam bem, os melhores hospitais do Entorno estão dentro de Brasília. Então, se uma pessoa sofre um acidente de carro, é socorrida, vem parar no Hospital de Base, que é de excelência aqui em Brasília, e falece aqui, é computada como uma morte decorrente de acidente de trânsito no DF, não lá no Goiás. Mas é só para esse caso e alguns centros urbanos muito próximos de fronteiras estaduais. Como eu te falei, você vai ter que procurar provavelmente



algum professor dessa área na UnB, que agora é está na Ceilândia, o Centro de Epidemiologia. Eles têm os contatos para acesso a esse banco de dados.

A SRA. TATIANE DA COSTA ALMEIDA - Eu nem sabia que tinha um cruzamento do banco de dados do SUS profissão e causa/morte.

O SR. BRUNO TELLES - Não tem. Você vai ter que fazer. Se você conseguir os nomes dos policiais que saíram... Isso toda corporação tem. E você vai ter que ir lá no SUS procurar aquele nome, que causa/morte está anexado àquele nome.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Continue, Bruno, nesse sentido. Interessa-me muito chegar lá.

O SR. BRUNO TELLES - Finalizando, essa parte do homicídio veio justamente da atividade do policial. Imagine você conviver com violência, cometer erros, abusos e voltar para casa, ver seus filhos. Imagine você comparecer a todo local de crime de uma comunidade e, a cada duas pessoas que você conhece, uma está estirada no chão, que é o cadáver. Isso traz muito problema para o policial. O plantão noturno também trás. Aí ele entra numa fase de se importar com tudo, querer resolver os problemas. Isso é o padrão psicológico notado também em combatentes da Primeira e Segunda Guerras Mundiais. Depois ele deixa de se importar com as mortes e aí vem a pior fase: ele se sente um lixo por não se importar com o que acontece com as pessoas que estão ao redor dele. Aí ele começa um processo de ataque a si mesmo. Ele engorda, entra para o alcoolismo, começa a fazer abuso de drogas ilícitas e acaba cometendo suicídio. Mais uma vez, Delegada Tatiane, para mim, é fácil, porque eu estou do lado dos peritos da MV. E toda vez que tem uma morte de um policial não sai no jornal, mas a gente vai ao local fazer. Tivemos até o caso de uma escrivã de polícia aqui que, antes de se matar, ela matou os dois filhos. Já tinha todo um problema de... A polícia já tinha até retirado a arma dela. Ela conseguiu comprar uma arma depois e acabou resultando nisso e numa série de ocorrências.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Bruno, só para acrescentar. Eu sou jornalista e trabalhei 10 anos em redação. Existe um acordo tácito nas redações de que a gente não noticia suicídio, a não ser que seja de uma pessoa muito conhecida, por causa do caráter epidêmico também do suicídio, porque ele tem um



caráter epidêmico. Quando se noticia, outros começam a acontecer — só para não dizer que é má vontade da imprensa fazer isso.

O SR. BRUNO TELLES - Eu entendo. Não só na polícia, como também os suicídios que aconteciam aqui no Pátio Brasil, dos jovens que se jogavam lá de cima... Suicídios militares também...

Aí vêm as causas primárias. Para policial civil, para quase todos eles, tem primeiro o suicídio, depois a gente tem colisão de carros. Se for um policial rodoviário federal, vai morrer provavelmente de atropelamento numa rodovia. Tem muito essa parte. E também a troca de tiros, através do combate ao crime... Então, o policial também é muito vítima dessa situação que nós temos hoje. Parte da sociedade é retirada, treinada e depois inserida na sociedade para combater aqueles criminosos da periferia. Ele não deixa de perder essa identificação e acaba caindo nesse conflito psicológico.

Aproveitando o Deputado Jean, vou falar sobre drogas ilícitas. Nós já passamos por um período de legalização de drogas aqui. Antigamente se vendiam pílulas de heroína. A Bayer, que faz hoje a Aspirina, já chegou a vender pílulas de heroína como comprimidos para a enxaqueca feminina. Pouco tempo depois teve que substituir o produto porque notou que muitos dos seus consumidores estavam ficando viciados. E o produto que ela arranjou para substituir isso eram pílulas de cocaína. Então, a criminalização das drogas, esse pedido de retirar as drogas da sociedade vem também com um anseio médico, um controle de saúde pública.

Para te dar um outro dado, existem algumas características genéticas que levam a pessoa a ter surto psicótico. Se essa pessoa também consumir maconha, ela aumenta 2,5 vezes a capacidade de ter surto psicótico. Se ela tiver essa constituição genética e consumir maconha antes dos 17 anos, ela aumenta em 10,4 vezes essa chance de ter um surto psicótico. Então, eu acho interessantíssimo a gente debater. Nós não podemos nos furtar do debate.

Nesse ponto, eu acho que também é interessante ter o debate sobre o desarmamento.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Bruno, só para lembrar. Eu tenho acesso a todos esses dados. Eu pesquisei bastante esse assunto junto com o pessoal da FIOCRUZ e do CETAD, o Centro de Estudos e Terapia do Abuso de



Drogas da Universidade Federal da Bahia. Isto é evidente: há pessoas que têm uma propensão ao abuso e pessoas que têm propensão a desenvolver danos e outras não. A minha questão foi outra. Não entrei nessa seara. A minha pergunta é: em que medida a gente não tem que discutir legalização e regulamentação quando os custos da guerra às drogas, os custos econômicos e sociais, são muito grandes e têm mostrado que é uma falência? Essa foi a pergunta.

O SR. BRUNO TELLES - Entendi. Eu entendo que está tendo o inverso hoje. Por exemplo, antigamente, ninguém ligava se uma pessoa que colidiu um carro estava bêbada. Hoje é um crime. Então, nós estamos cada vez mais cerceando esse acesso ilimitado às drogas. Cigarro é o maior imposto do Estado. É o que o Estado pode fazer: colocar imposto sobre imposto, sobre imposto. E, se eu não me engano, já supera 100% do valor... Está bem acima. É o que se pode fazer para tentar quebrar essa cultura, além de gastar todo esse dinheiro de imposto para tentar retirar parte dos jovens, o que está dando um certo resultado.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Então, concordamos que a gente só pode taxar algo, a gente só pode regulamentar algo que é legal. Se algo for ilegal, se algo circula no vácuo da legalidade, não pode haver política pública em relação a isso. A gente só pode criar uma lei seca, por exemplo, e punir quem dirige e consome álcool, a gente só pode proibir, por exemplo, propaganda de tabaco na televisão — até há pouco tempo, Hollywood anunciava no intervalo da novela — porque é uma droga lícita e regulamentada. Fica difícil regulamentar o que é ilícito.

O SR. BRUNO TELLES - Não. Se ela está na lista da ANVISA como proibida, é uma regulamentação, e a decisão é proibir. Inclusive, esse é um grande problema para nós, da perícia, porque hoje a gente lida com os *designer drugs*. O mercado de drogas dá muito dinheiro. O que os universitários europeus, principalmente do Leste Europeu, estão fazendo? Estão se formando em Farmácia e virando grandes fabricantes de drogas. Por exemplo, vocês devem ter muita notícia de jovens se envolvendo em tráfico de *ecstasy* da Europa para cá. E são jovens de classe média alta. Por quê? Porque os jovens que fabricam esse *ecstasy* nos Estados Unidos têm toda essa conexão social. Eles são bem informados e têm dinheiro. As amizades deles são com pessoas do mesmo nível. Então, eles traficam a... É a questão da oportunidade. Chega lá uma oportunidade para aquele jovem que é de classe alta



dizendo: “*Deixa essa sua atividade executiva de lado. Vem traficar ecstasy, e você vai ficar milionário*”. Esses universitários estão dando uma dor de cabeça tão grande. Toda vez que a gente consegue identificar uma droga nova e coloca na lista da ANVISA — os Estados Unidos também fazem isso —, eles tiram um átomo de uma molécula e colocam um outro desconhecido. A fórmula muda, o efeito é o mesmo, mas a droga deixa de ser proibida. Então, a gente está correndo atrás de um coelho muito rápido. E por que isso acontece? Porque droga dá dinheiro. Nós temos que encarar que droga compete, para o jovem de alta sociedade, para o jovem de baixa sociedade, tanto o negro quanto o branco, com os empregos formais que a gente tem hoje. E quando eu disse que nós estávamos ensinando para uma geração que o crime compensa, eu não me referi somente aos jovens negros e pobres da periferia. Eu me referi a todos, inclusive aos nossos filhos. Eu fico muito preocupado com meu filho crescendo num ambiente desses, em que o jeitinho brasileiro ainda vinga. Tanto o grande corruptor quanto o pequeno traficante da periferia se dão bem pela falta de assertividade do Estado em combater o crime. Eu não digo nem combater o crime, mas controlar o crime.

Dando mais um passo, falando de um plano nacional de segurança pública, as nossas fronteiras são frouxas. Eu me solidarizo com o Major Olimpio: temos que trazer alguém do Ministério da Justiça aqui para dizer que plano ele tem para as fronteiras. E, se ele disser que tem um plano muito bom, eu já não confiaria nisso, porque hoje você não tem vigilância de fronteiras sem Forças Armadas envolvidas. A Polícia Federal não tem avião para perseguir o avião bimotor que o tráfico usa e abatê-lo em pleno ar. Quem tem são as Forças Armadas, principalmente a Força Aérea. Então, não vai haver um fechamento das nossas fronteiras sem uma ação conjunta com as Forças Armadas.

Eu acredito muito na evolução da Polícia Militar e na adoção do (*ininteligível*). Eu acho que, quando nós dermos a opção da caneta para o policial militar, ele vai esquecer, de pronto, o cassetete. E não estou falando de algo que não existe no Brasil. Se pegarmos a estatística do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, temos os Estados com menor taxa de homicídio: São Paulo, em torno de 10,5, e Santa Catarina, em torno de 12. São os dois Estados que têm perícia autônoma. E a Polícia Militar vem desenvolvendo um trabalho muito forte. Para você ter uma ideia,



Santa Catarina chega a um local, por exemplo, de perturbação à ordem, que é 95% dos chamados, e oferece, de pronto, o termo circunstanciado. A pessoa aceitando, na hora fica sabendo o dia e local que ela tem que comparecer em frente ao juízo. Santa Catarina tem conseguido reduzir dramaticamente o número de homicídios e a permeabilidade da droga no Estado justamente por ter essa força atuante. A Polícia Civil entendeu o recado. O que a Polícia Civil falou? *“Se a Polícia Militar está cuidando dessas coisas pequenas”* — briga de marido e mulher, aquelas coisas que sempre enchem as delegacias de madrugada, violência doméstica e tal —, *“se isso está virando termo circunstanciado, só sobra para mim o filé”*, que é correr atrás das organizações criminosas, os peixes grandes, aqueles que realmente estão manobrando e pensando o crime de forma estratégica.

Santa Catarina é um Estado que faz fronteira seca com outros países, como a Argentina, e está ali também colado no Paraguai, tem um porto ótimo para escoar suas drogas, tem um aeroporto em Florianópolis e não tem problemas tão grandes quanto o Rio de Janeiro. Enquanto Santa Catarina tem uma média de 12,5 homicídios para cada 100 mil habitantes — isso, contando com todos aqueles ataques do PCC que tivemos no ano passado, que foi uma forma de retaliação ao Estado eficiente, no meu ponto de vista —, o Rio de Janeiro convive com 35 ou 38 homicídios para cada 100 mil habitantes. Quando você plota num mapa, georreferencia esses homicídios, eles estão na periferia. Brasília tem índices de homicídios no Lago Sul comparáveis ao de países da Europa — 3,5. Está abaixo de 10, o que a ONU considera uma guerra civil. Acima de 10 é uma guerra civil. Você dá um pulo no Paranoá: em algumas épocas do ano, já chegou a ter 116 homicídios para cada 100 mil habitantes.

E respondendo, mais uma vez, ao Deputado Delegado Edson Moreira, que falou sobre tortura, se há interação entre dois seres humanos — e o erro faz parte da nossa natureza e alguns sabem explorar esse erro muito bem —, é óbvio que vai haver os maus policiais também. Inclusive, há uma pesquisa norte-americana que demonstra que os psicopatas procuram pessoas de certas profissões para matar e se verem impunes. As profissões prediletas são médico, enfermeiro e depois vem o policial, ali em pé de guerra. É por isso que a gente faz tanto exame psicotécnico e exame psicológico para entrar na polícia. A gente quer colocar um filtro para que



essas pessoas não adentrem, mas isso não é possível na sua totalidade, porque o psicopata tem um QI, um quociente de inteligência e um quociente emocional na média ou acima dela. Ele sabe também como subverter o sistema. Então, a gente sabe que vai ter isso.

Temos a denúncia de tortura? Temos. O problema hoje é que o Estado não tem legitimidade nem para afirmar que sim e nem que não. E eu tenho muitos casos, conheço casos, conheço colegas que foram acusados de tortura e não tinham torturado, e a perícia foi realizada. E até hoje um deles é vítima de brincadeiras: *“Oh! Você conseguiu se livrar dessa, hein?”* E eu sei, porque eu trabalho com ele e estive presente antes e logo depois de quando teria acontecido o fato de tortura e consegui ler o laudo do médico-legista. O médico-legista conseguiu concluir que as lesões tinham sido feitas ao longo de vários dias, dentro da cela do preso. Os hematomas afloram e pegam coloração em diferentes etapas.

Mas hoje nós não temos legitimidade. E aí o Estado faz o quê? Manda um policial para a favela, porque não tem legitimidade. Então, quando ele chega lá, a recepção dele é calorosamente violenta. E a resposta que ele tem como instinto natural de sobrevivência é a violência.

Então, como foi dito antes, esse problema — problema nosso — é muito mais grave. E eu acredito, voltando novamente, eu acredito, sim, numa perícia autônoma para poder oferecer uma prova fidedigna para todos.

Algumas estatísticas demonstram que oito em cada nove laudos produzidos pela perícia não chegam ao Judiciário. Isso demonstra que há um filtro ali. Uma vez eu conversei com uma delegada de polícia de outro Estado e ela me disse: *“Não, quando o laudo não coaduna com a minha linha investigativa, eu não anexo o laudo ao inquérito”*.

Por que existe esse cerceamento da prova material? Acredito no ciclo completo da Polícia Militar. Eu acho que é um tema que tem que ser debatido. E eu acredito que nós podemos jogar essa luta, essa guerra que se trava hoje — guerra, eu digo, de tiro, de troca de tiro mesmo, nas nossas periferias —, para a fronteira ou, se possível, para dentro dos países que permitem que se produza a droga. Não precisamos travá-la aqui dentro do Brasil.



Eu gosto muito da visão da criminologia ambiental. Ela foca a atividade criminal, foca o tráfico de drogas ilícitas como um grande negócio. Se começar a dar prejuízo, ninguém vai querer fazer. O tráfico de seres humanos é a mesma coisa; a pornografia infantil é a mesma coisa. Isso não tem que dar só cadeia, tem que dar também um grande prejuízo para quem se envolve com isso.

Maioridade penal. Hoje nós temos um grupo de jovens entre 16 e 18 anos que é recrutado pelo crime. E o criminoso chega e fala: *“Olha, vem comigo que você vai ganhar dinheiro, e o Estado não vai poder botar a mão em você”*. De alguma forma tem que se retirar essa motivação, essa barganha de quem recruta esse jovem. Pode ser através da redução da maioridade penal? Pode, pode ser. Também pode ser através da criminalização de quem se envolve num ato delituoso com a participação de um menor. Podemos agravar a pena.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Ou podemos buscar soluções também não necessariamente penais para essa questão. Por exemplo, as questões sociais, porque nós estamos tratando de questões sistêmicas: de acesso à educação, de acesso a políticas de geração de emprego e renda, a equipamentos de cultura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Jean Wyllys, para concluir, porque nós estamos...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Só estou colaborando, porque é importante.

O SR. BRUNO TELLES - Concluindo, Deputado, eu acho que, principalmente para responder à Deputada Rosângela, o crime no Brasil só é muito organizado se for comparado com a desorganização que existe hoje no Estado. Eu gostaria muito de saber por que o Brasil não tem um Plano Nacional de Segurança Pública, com vizinhos tão problemáticos e com os problemas tão sérios que nós temos nos outros Estados. Gostaria muito de saber por que, há décadas, não sai nenhum tipo de manifestação ou de projeto de lei de modernização da nossa segurança pública do Ministério da Justiça.

É algo que me deixa sem dormir há muito tempo, porque não é falta de dinheiro, não é falta de pessoal qualificado. Nós temos praticamente o mesmo sistema de persecução penal que a Coroa Portuguesa instalou aqui, quando veio fugida da Europa, de Napoleão Bonaparte. Portugal já abandonou esse sistema.



Nós tivemos a presença do Dr. Nuno aqui. Lá a perícia é independente e as polícias são de ciclo completo, há uma relação muito boa e harmoniosa entre esses entes da segurança pública, e nós aqui continuamos com o mesmo sistema, achando que está muito bom esse sistema, que precisamos de pequenos ajustes.

Eu sou um profundo crítico desse pensamento de que não se mexe em time que está perdendo de pouco porque a gente pode tomar uma goleada. Eu acho que temos que procurar essa evolução cada vez mais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Bruno Telles.

Com a palavra a Sra. Tatiane Almeida.

A SRA. TATIANE DA COSTA ALMEIDA - Não vou me prolongar, porque já sei que está todo mundo com fome. Mas, tentar resolver os problemas de segurança pública no Brasil é, como eu sempre ouço falar, querer trocar o pneu do carro andando.

Então, eu quero só reforçar que a minha opinião é de que os problemas de violência estão sempre mais ligados às mazelas sociais. É preciso combater desigualdade, melhorar os índices de desenvolvimento humano. Mas eu sei também que eu não posso sair daqui só colocando que a culpa é desses fatores sem assumir a responsabilidade que a polícia também tem.

Eu vou tentar comentar alguns dos temas que foram levantados aqui, mas adianto que não vou comentar todos, porque alguns implicariam em que eu fizesse deste palanque um lugar de discussão até classista. Assim, por respeito mesmo às vítimas e por entender que esse é um problema muito mais grave do que isso, de algumas questões eu peço desculpas para me abster da discussão.

Sobre a integração das polícias, eu quero dizer que eu acredito na cooperação entre as entidades e principalmente que nós podemos integrar os bancos de dados, porque fazer polícia é principalmente ter informação. Na Copa do Mundo, agora, a gente teve um modelo interessante de cooperação entre as polícias, que foram os Centros de Controle e Comando. E parece que o resultado foi bem satisfatório.



A verdade é que cada instituição tem o seu papel, cada cargo tem o seu papel. E eu acho que se cada um fizer, de forma integrada, o seu papel, sem apontar muito para o erro do outro, vai fazer bem e vai ser melhor.

Sobre a desmilitarização, eu confesso, Deputado, que esse termo eu não sei muito bem o que quer dizer, no final das contas. Mas, se ela vai implicar em uma formação mais humanizada do policial, eu concordo, porque não é possível, na formação de um policial, ele não ter respeitados os seus direitos. Se vai implicar em abandonar esse modelo das Forças Armadas de que você deve olhar, na sua atuação, para o cidadão como um inimigo — porque é diferente tratar um inimigo externo de tratar as pessoas que cometem crime —, eu concordo também. Agora, outras coisas, sinceramente, eu não estou aqui habilitada a dar opinião, porque eu não sei muito o que esse termo quer dizer.

Sobre a redução da maioria, eu só quero dizer que parece que o nosso País ainda não sabe lidar nem com os presos que já possui. Então, enquanto a gente não sabe ressocializar o preso, enquanto a gente não sabe o que fazer com nossas prisões — e, às vezes, o cumprimento de uma pena é uma violação de direitos humanos —, eu não sei que utilidade vai ter colocar menor de idade lá. Para sair pior? Para sair já formado, não é? Então, eu ainda acho que essa política de melhorar as condições sociais da criança é o que vai tirar a criança da criminalidade.

Sobre o Estatuto do Desarmamento, eu também só queria reforçar aquilo que todo mundo já falou sobre a necessidade de um maior controle de nossas fronteiras, lembrando que a Polícia Federal faz muita coisa. Uma das coisas que ela faz é esse controle de fronteira. E é evidente que nós precisamos de recurso material e humano adequado para fazer esse trabalho a contento, lembrando o que já foi falado aqui também de que as nossas fronteiras são gigantescas. Então, a gente não pode simplesmente achar que combater o tráfico de drogas lá no morro é que vai efetivamente fazer com que a droga não chegue às pessoas.

O senhor mencionou a corrupção, Deputado Jean Wyllys. Eu quero só dizer que a corrupção não é uma coisa institucionalizada. Eu penso que a corrupção é própria até da condição humana. Eu só quero falar que, quando ocorre nas polícias, ela é investigada, sim. Não é uma política a corrupção. Eu penso que o problema maior de passar drogas e armas não é a questão da corrupção, que pode acontecer



de forma isolada, mas é brutal a quantidade de trabalho que dá vigiar essas fronteiras quando os nossos vizinhos são os maiores produtores de cocaína. Então, necessariamente a droga vai passar pelo Brasil para ir para algum lugar.

Sobre a questão da tortura, eu só queria comentar uma fala do Bruno para dizer que existe uma diferença grande entre reagir e torturar. Quem está torturando está ali com a intenção de machucar alguém. É muito diferente do policial que se encontra numa situação de confronto e, nesse instinto de preservar a vida, acaba usando a força. São coisas diferentes. Vou repetir que a violência hoje não é institucional, e as instituições estão preocupadas e sempre apurando e investigando essas ocorrências.

Os delegados da Polícia Federal defendem que os autos de resistência têm que virar obrigatoriamente inquérito policial. O problema não é só o nome “auto de resistência” ou outro nome. A verdade é que toda vez que existe uma morte em decorrência de ação policial isso tem que ser apurado para se verificar se realmente os policiais agiram ali em legítima defesa, em razão de algum daqueles excludentes de ilicitude.

Quero falar para o Ayran que eu acredito muito que a melhoria das condições de trabalho da perícia papiloscópica é um fator muito importante na melhoria da eficácia das investigações de homicídio, como o uso cada vez maior de tecnologias como o AFIS.

Eu até ia perguntar para você como fica esse projeto do registro de identificação, porque um grande problema também das investigações é essa questão da identidade. Dá para fazer uma em qualquer lugar. Um registro único ia colaborar muito na identificação das pessoas.

Deputado Jean Wyllys, o senhor falou alguma coisa sobre o racismo na polícia. Eu queria só comentar um texto que eu estudei sobre a filtragem racial na abordagem policial. Ela acontece, mas não acontece porque o policial seja racista. Eu tive acesso a um estudo — eu não me lembro de qual Estado era a Polícia Militar — em que entrevistaram e perguntaram para o policial “*Se tem um negro e um branco, quem você vai abordar?*”, e realmente os policiais disseram que existe uma tendência a abordar o negro.



Mas aí eu quero voltar ao que eu disse que violência e criminalidade têm a ver com pobreza. Infelizmente o negro no Brasil ainda é mais pobre do que o branco. Se o policial está acostumado a ver sempre aquela criminalidade e violência vindas dos lugares pobres, ele acaba criando estigmas. Está errado, mas ele acaba criando esses óculos cognitivos.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Permita-me um aparte. Eu só queria recomendar que você lesse um trabalho da antropóloga Alba Zaluar, do Rio de Janeiro, chamado *A Máquina e a Revolta*, e depois o *Condomínio do Diabo*, que é em cima da Cidade de Deus. A Alba defende uma tese que é importante que você leia. Ela diz que pobreza não gera violência.

A SRA. TATIANE DA COSTA ALMEIDA - Não. Olha, o senhor está falando justamente com uma pessoa que veio da periferia. Eu acho que uma coisa não está necessariamente ligada a outra.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Isso, ligada a outra.

A SRA. TATIANE DA COSTA ALMEIDA - Mas eu quero dizer que existe, sim, uma relação de violência e desigualdade social.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sim, sim, com certeza.

A SRA. TATIANE DA COSTA ALMEIDA - Essa é a minha opinião.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - É verdade. Você tem toda razão.

A SRA. TATIANE DA COSTA ALMEIDA - Não foi o fato de eu ser pobre nem de os meus vizinhos serem pobres que fez com que todo mundo ficasse pobre. Eu sofri muito, muito pelo estigma de ter vindo de uma periferia em que todo mundo achava que eu, por ser pobre, podia ser ladra. Só estou querendo dizer que existem alguns outros tipos de relação. Desculpe-me, não foi isso o que eu quis dizer. Se eu me fiz entender assim, eu peço perdão.

Mas, voltando à questão da filtragem racial, eu quero dizer que talvez até seja por isso que existam mais negros na cadeia, porque, às vezes, o aparelho repressor do Estado está voltado para quem tem a pele negra, e o estigma do negro não se pode guardar na gaveta. Eu simplesmente não posso camuflar o fato de eu ser negra. Está na minha cara que eu sou negra.

Em relação ao problema das drogas, eu queria dizer que esse é um assunto tão polêmico — e o debate está aí — que, às vezes, a gente nem consegue falar



sobre o tema, com medo de que, se eu falar alguma coisa, digam que eu sou a favor das drogas ou que eu uso drogas ou que eu quero que o meu filho use drogas.

Eu só quero dizer que o debate está aí e que não dá para ter medo de falar, porque, às vezes, o que se está discutindo é o modelo, e talvez o modelo que existe hoje não esteja agradando nem a quem quer reprimir nem a quem não quer reprimir. É um modelo que causa violência, e parece que nós não estamos tendo o sucesso que nós queríamos. Talvez o modelo seja reprimir mais. Não sei. Mas, para chegarmos a essa conclusão, precisamos não ter medo de falar. E não é dizer que o Deputado que defende mais repressão é fascista ou que aquele que defende a descriminalização é maconheiro, ou coisa que o valha. É preciso ter um pouco mais de maturidade para, pelo menos, falar disso. É um assunto tabu, mas que precisa ser falado.

Nos Estados Unidos, existe a Law Enforcement Against Prohibition, integrada por atores do sistema judiciário penal que, pelo menos, vão lá e podem dar opinião. Ou seja, é um policial que conhece do assunto, um juiz, um promotor que podem, pelo menos, participar de fóruns e dar sua opinião. Então, o debate vai acontecer de qualquer jeito. E, talvez, no final, a gente conclua que a Indonésia seja o modelo ou que o modelo seja a Califórnia, não sei. Mas é preciso discutir.

Eu acho que, pelo menos, é preciso olhar os traficantes e pensar assim: será que são todos traficantes na mesma medida? Será que é a mesma coisa ser um grande chefe de uma organização e ser simplesmente um viciado em *crack* que está ali vendendo droga justamente para sustentar o seu vício? E pensar mais uma vez que o consumo de droga é um problema de saúde pública para alguns. Então, não sei se o caminho não é tratar essas pessoas mais como doentes do que como outra coisa.

Só resumindo, no final, a opinião dos meus colegas delegados. A contribuição que eu acho que pode ser dada é a de que a Polícia Federal cada vez mais combata os grupos de extermínio, porque esses grupos vitimam muitos jovens e negros, mais uma vez reforçando a instauração de inquérito, a investigação das mortes decorrentes da atuação policial e as condições — condições mesmo: orçamentárias, administrativas — para que a polícia possa fazer o seu trabalho e a investigação possa dar frutos.



Eu ia responder à Deputada Ana Perugini, que me indagou sobre o fato de que eu penso de forma diferente do meu colega. Eu só quero dizer que é bom que haja aqui essa riqueza, esse debate, com as pessoas pensando de forma diferente. Eu tenho uma formação sociológica e fico pensando mais nos problemas sociais que levam a esse problema. Mas o meu colega que trabalha efetivamente e diretamente no combate aos homicídios pensa um pouco diferente. E que bom que é um fórum em que eu estou livre aqui para dar opinião. Gostei disso.

Muito obrigada e muito prazer. E, se houver qualquer dúvida, estou à disposição dos senhores. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Ótimo, Tatiane Almeida. Quero agradecer aos convidados Bruno, Ayran, Tatiane, João Maciel e Héder, que teve que sair. Muito obrigado pela presença.

Valeu muito. Foi uma grande contribuição. Eu acho que começamos aqui a compreender sobre modelo e sobre persecução penal, caminhos. Eu acho que foi muito rica a contribuição.

Eu quero passar ao Item 2 da pauta.

Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias das atas da 12ª e 13ª reuniões ordinárias da Comissão, realizadas em 7 e 11 de maio.

Indago ao Plenário se há necessidade de leitura das atas.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Peço dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deixem-me, antes, despedir-me dos nossos convidados. A pressa é em razão da Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Simplesmente para lembrar o que V.Exa. disse. Parece-me que se iniciou a Ordem do Dia. É só essa a questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Não, ainda não se iniciou a Ordem do Dia.

Então, a pedido dos Deputados Jean Wyllys e Major Olimpio, a leitura das atas está dispensada.

Não havendo quem as queira discutir, coloco-as em votação.

Os Deputados que aprovam as atas permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Estão aprovadas as atas.

Expediente.



Informo que a CPI recebeu os seguintes expedientes:

Ofício do Ministério Público do Estado da Bahia, em resposta ao Requerimento nº 15, de 2015, que *“solicita informações relativas aos homicídios ocorridos no Bairro Cabula, em Salvador, comunicando que foram designados, em fevereiro de 2015, seis promotores de justiça para atuarem no inquérito”*.

Essa é a resposta ao ofício que requer informações sobre a questão de Cabula.

Ofício do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em resposta ao Requerimento nº 14, de 2015, *“informando que o inquérito não deu entrada na Promotoria, pois ainda se encontra no prazo legal de permanência na delegacia de polícia”*.

Ofício do Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, em resposta ao Requerimento nº 14, de 2015, *“informando que o inquérito de morte do menor Eduardo de Jesus encontra-se em andamento, foram realizadas perícias, oitivas, reprodução simulada e instaurado o inquérito da Polícia Militar”*.

Informo que haverá diligência da CPI na cidade de Itabuna, na próxima sexta-feira, 15 de maio, com a presença dos Deputados Beбето, Davidson Magalhães e Bacelar.

Informo ainda que a CPI realizará audiência pública na próxima segunda-feira, 18 de maio, na Assembleia Legislativa de Maceió, em Alagoas.

Requerimentos.

Submeto à apreciação da Comissão os seguintes requerimentos.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Major Olimpio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, até para dar agilidade e para não se perder a oportunidade, solicito a avaliação dos Parlamentares sobre a condição de votarmos em globo os requerimentos que estão na pauta.

Apenas lembro que nós temos muitos requerimentos de audiências públicas e temo que daqui a pouco nós venhamos a travar a CPI como um todo com tantos requerimentos. Eu pediria que V.Exa. e a nossa Relatora fizessem uma avaliação do



número de audiências públicas que já são objeto de requerimento, para isso não ser impeditivo da própria sequência da CPI. E que votássemos em globo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Major Olimpio, a questão é que como a CPI envolve custos e gastos é preciso formular um processo, porque a CPI garante a chegada dos convidados aqui e a sua permanência.

Portanto, infelizmente, a recomendação é que se aprove requerimento por requerimento. O que eu estou pensando aqui? Em aprovarmos os requerimentos dos autores que estão presentes. Agora, a aprovação dos requerimentos vai ser submetida àquele roteiro que nós falamos aqui, a partir da intervenção de V.Exa., Deputado Major Olimpio, e da intervenção do Deputado Damião Feliciano, como combinamos na semana passada. Vamos seguir o objetivo da CPI.

Com isso, não estão prejudicados os demais requerimentos. Nós vamos agrupá-los, mas no sentido da estratégia da CPI, até porque estamos indo a todos os Estados e, nos Estados, estamos ouvindo a sociedade civil, as vítimas, os familiares das vítimas. Então, estamos em outra fase. Nesse sentido, eu queria pedir a compreensão, por causa dessa dificuldade regimental.

Eu quero passar a palavra ao autor do Requerimento nº 46, de 2015, Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sr. Presidente, eu vou ser bem breve, porque a minha tendência é concordar com o Deputado Major Olimpio, para que a gente pudesse aprovar em bloco. Mas, não sendo possível, por questão regimental, eu vou ser bem breve.

Este primeiro requerimento é para a realização de uma diligência na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará, para a gente ouvir os representantes da segurança pública e de organizações da sociedade civil, em relação a desaparecimento e morte de jovens na periferia de Fortaleza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Consulto se algum Deputado encaminha contrariamente. *(Pausa.)*

Em não havendo, passemos à votação.

Em votação o Requerimento nº 46, de 2015, do Deputado Jean Wyllys.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



Quero dizer que nós vamos fazer uma audiência pública em Fortaleza, como aprovada em requerimento anterior. Então, nós vamos fazer a audiência pública e junto vamos fazer a diligência, conforme o requerimento de V.Exa.

O Requerimento nº 48, de 2015, é de autoria da Deputada Benedita da Silva, que não está presente. Então, vamos retirá-lo, por ofício.

O Requerimento nº 49, de 2015, é de autoria do Deputado Betinho Gomes, cujo teor nós já aprovamos aqui para todos os Estados. Eu observo que o requerimento do Deputado Betinho Gomes já foi contemplado. Então, vou retirá-lo porque ele já foi contemplado.

Requerimento nº 50, de 2014, do Sr. Jean Wyllys.

Com a palavra o Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Esse requerimento é para convidarmos, a princípio, o Procurador-Geral da República, Sr. Rodrigo Janot, porque o Ministério Público tem um papel preponderante, como instituição de defesa da sociedade, de se pronunciar em relação às suas políticas e trabalhos, para minimizar, reduzir o número de mortes de jovens negros nas periferias. Então, ouviríamos do Ministério Público se reconhece esse fenômeno, qual é a avaliação que faz disso e quais ações vêm sendo tomadas nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Inclusive, V.Exa. contribui com o item da transparência, participação, controle social e segurança pública. Um dos convidados seria o Procurador-Geral da República. Então, acho que já se soma à nossa estratégia de trabalho.

Passemos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 50, de 2015, do Deputado Jean Wyllys.

Requerimento nº 52, da Deputada Erika Kokay. S.Exa. não está presente.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu subscrevo o Requerimento dela. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu estava pensando em manter o critério que criamos: vamos retirar e, na próxima, nós o traremos à pauta.

Requerimento nº 53. Esse é de autoria do Deputado Reginaldo Lopes.



Eu quero convidar a Deputada Mariana para assumir a Presidência e colocar em votação os requerimentos de minha autoria.

Passo a palavra à nossa Vice-Presidente Mariana.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Requerimento nº 53, de 2015, do Sr. Reginaldo Lopes, que *“requer sejam convocados o Secretário de Estado de Segurança Pública, o Comandante da Polícia Militar, o Diretor-Geral da Polícia Civil e o Defensor Público-Geral do Estado de Santa Catarina”*.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Eu quero pedir o apoio aos nobres colegas porque eu usei um critério. Qual foi o critério? Pegamos o mapa da violência e escolhemos seis Estados no País onde aumentaram os homicídios e seis onde diminuíram. Então, nós vamos convidar doze Estados e constituir aqui as audiências na terça-feira, na quarta-feira e na quinta-feira. Nós vamos cumprir essa metodologia de trabalho para entender e focar no nosso interesse.

Nós vamos perguntar quais foram as ações, por que aumentou, por que diminuiu. Vamos perguntar se eles concordam com o novo sistema federativo, vamos pedir sugestões para um plano nacional preventivo em relação aos homicídios e vamos pedir a eles sugestões para uma pactuação em relação à taxa de homicídios no Brasil. Ponto.

Então, nós estamos limitando aqui a presença deles a esses termos e também à opinião sobre o Sistema Único de Segurança Pública, no sentido de que eles contribuam com o nosso projeto aqui da CPI.

Assim, eu queria pedir aos nobres Deputados que pudessem aprovar o meu requerimento. Eu estou fazendo um encaminhamento que eu queria que servisse para os 12 requerimentos, porque houve um critério. Não é o Estado “x” ou “y”, simplesmente, mas, conforme o mapa da violência, os seis que têm o maior índice, onde houve aumento, e os seis onde os homicídios diminuíram no Brasil.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Consulto se algum Deputado deseja encaminhar contra a matéria.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Aprovo e subscrevo.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Aceito e dou por acolhida a subscrição do Deputado Delegado Éder Mauro.



O SR. DEPUTADO DR. JORGE SILVA - Os Requerimentos nºs 54 e 55 não estão repetidos?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Está só com um erro aqui. É do Estado do Piauí o Requerimento nº 55. Já está corrigido.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Nós estamos convidando o Secretário, os Comandantes das Polícias Civil e Militar e a Defensoria Pública. Acato a subscrição do Deputado Éder Mauro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Passemos à votação.

Em votação o Requerimento nº 53.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Todos os requerimentos são iguais, só muda o Estado. Um é de São Paulo, o outro é de Santa Catarina e o outro é do Piauí.

Requerimento nº 54, do Sr. Reginaldo Lopes, *“requer sejam convocados o Secretário de Estado de Segurança Pública, o Comandante da Polícia Militar, o Diretor-Geral de Polícia Civil e o Defensor Público-Geral do Estado de São Paulo”*.

Passemos à votação.

Em votação o Requerimento nº 54.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 55. Muda a localidade, que é o Estado do Piauí.

Passemos à votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 55.

Requerimento nº 56. Também muda só a localidade, o Estado do Rio Grande do Sul.

Passemos à votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)



Aprovado.

Requerimento nº 57. Estado de Roraima.

Passemos à votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Requerimento nº 58. Estado de Minas Gerais.

Passemos à votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 59. Estado de Alagoas.

Passemos à votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 60. Estado do Espírito Santo.

Passemos à votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 61. Estado da Paraíba.

Passemos à votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 62. Estado do Pará.

Passemos à votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Subscrevo.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Aceito a subscrição do Deputado Delegado Éder Mauro.



A SRA. PRESIDENTE (Deputada Mariana Carvalho) - Requerimento nº 63.

Estado de Pernambuco.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 63.

Requerimento nº 64. Estado da Bahia.

Passemos à votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 64.

Requerimento nº 65, do Sr. Reginaldo Lopes, que *“requer sejam convidados o Ministro de Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Ministro de Estado da Justiça, a Ministra de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, o Ministro de Estado da Secretaria de Direitos Humanos, o Ministro de Estado da Educação, o Ministro de Estado da Cultura, a Ministra de Estado da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, a Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministro de Estado do Esporte, o Ministro de Estado da Saúde e o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego”*.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Quero pedir o apoio aos nobres colegas para organizarmos aqui audiências com os Ministros que são responsáveis pelo Plano Juventude Viva. A intenção do nosso debate aqui também é ouvi-los no sentido de buscar proposições para o plano nacional de enfrentamento ao homicídio, do ponto de vista da prevenção.

Então, a ideia é que a gente possa organizar três audiências, para receber a contribuição dos nossos Ministros, nos dias 21, 26 e 28 de maio. A ideia é que a Secretaria da CPI possa passar essas datas para ver se é possível organizar a vinda dos Ministros nessas três datas.



O ideal era que a gente pudesse combinar, primeiro, com o Ministro José Eduardo Cardozo, com a Ministra Nilma Lino, da Igualdade Racial, com o Ministro Miguel Rossetto, da Secretaria-Geral, e com o Ministro Pepe Vargas, dos Direitos Humanos. Faríamos por blocos. Depois, um segundo bloco, mais na área temática: Cultura, Juca Ferreira; Saúde, Arthur Chioro; Educação, Renato Janine; Esporte, George Hilton. E, por último, na área social: a Tereza Campello, do Desenvolvimento Social; o Manoel Dias, do Trabalho e Emprego; e a Eleonora Menicucci de Oliveira, da Secretaria de Políticas para as Mulheres. O critério para chamar esses Ministérios foi simples: são os 11 Ministérios que compõem o Programa Juventude Viva.

Deputado Jean.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sr. Presidente, parabenizo a iniciativa, mas eu gostaria também — não sei se nessa primeira fase, porque não sei se tem relação direta com o Juventude Viva — que a gente convidasse o Ministro da Fazenda e o Ministro do Planejamento, porque não há política pública sem recursos.

Se o plano de execução orçamentária não prevê recursos para políticas públicas na educação, na cultura, na saúde, enfim, que garantam, que ensejem uma política articulada de promoção da cidadania da população negra, pobre e periférica, também a gente não vai avançar muito.

Então, uma sugestão minha é que a gente ou acrescente aqui ou faça, depois, outro requerimento convidando o Ministro do Planejamento e o Ministro da Fazenda para tratar dessa questão. Afinal de contas, esse dinheiro é aplicado, não é? O dinheiro não tem uma abstração, ele é aplicado em políticas públicas. E a gente precisa ouvi-los nesse sentido.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Eu acolho, mas a minha sugestão é organizar primeiro a vinda dos Ministérios que têm atividade-fim na execução dos programas e convidar, após o relatório preliminar e as diretrizes que nós vamos apontar, para virem aqui o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda. Então, V.Exa. é que decide. Se quiser, estamos aqui acrescentando ao nosso requerimento o convite ao Ministro da Fazenda e ao Ministro do Planejamento.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Para não intervir no seu plano de trabalho — porque eu não quero intervir, V.Exa. pensou num plano de trabalho —,



eu sugiro que se apresente um outro requerimento. Mas eu queria o compromisso de que a gente convidasse também esses Ministros.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - O.k. Sim, vamos apresentar outro. V.Exa. o apresenta, e nós vamos aprovar o requerimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Passemos à votação. Em votação o Requerimento nº 65, de 2015.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 66, de 2015, do Sr. Reginaldo Lopes, que *“requer que seja convidado o Sr. Tarso Fernando Herz Genro, ex-Governador do Rio Grande do Sul e ex-Ministro da Justiça”*.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - O ex-Ministro organizou o programa PRONASCI. Ao ler as diretrizes do programa PRONASCI... Eu tenho uma admiração pelo programa, o qual hoje praticamente foi abandonado pelo atual Ministério da Justiça. Então, eu acho que é importante a presença dele aqui, para a gente ter uma concepção. Ele formatou todo um programa neste sentido, para enfrentar as altas taxas, as estarrecedoras taxas de homicídio no Brasil. Então, a minha proposta é que a gente pudesse aprovar a vinda dele.

Agora, também foi solicitado pelo Deputado Delegado Edson Moreira, quando eu estava presidindo a audiência — S.Exa. não poderia estar presente —, que eu incluísse no convite o ex-Governador de São Paulo Luiz Antônio Fleury. De minha parte, nós podemos fazer as duas audiências. Eu acato a sugestão do Delegado Edson Moreira.

Então, eu queria pedir o apoio ao Plenário. Nós vamos fazer uma audiência com o ex-Ministro Tarso Genro e também com o ex-Governador Luiz Antônio Fleury.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Passemos à votação. Em votação o Requerimento nº 66, de 2015.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.



Requerimento nº 67, de 2015, do Sr. Reginaldo Lopes, que *“requer que sejam convocados o Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Paulo Roberto Martins Maldos, e a Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Angélica Moura Goulart, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República”*.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Aqui são os responsáveis pelos programas de proteção. O que a gente percebeu no Rio de Janeiro — o Deputado Sóstenes Cavalcante está aqui — é que há uma fragilidade no marco regulatório dessa questão dos programas de proteção. Então, a ideia é que a gente possa... Aqui, eu estou usando o critério convocação, porque para nível de Secretários nós estamos usando a questão isonômica de convocação. Por isso também estou pedindo a convocação deles.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Pois não, Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Eu gostaria de subscrever o requerimento.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Com certeza.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Aceito a subscrição do nobre Deputado Sóstenes Cavalcante.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Em votação o Requerimento nº 67, de 2015.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Devolvo a Presidência desta CPI ao Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Eu queria subscrevê-lo. Também foi um pedido do Deputado Eros Biondini.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Se V.Exa. fizer isso, eu vou subscrever o da Erika Kokay. Não pode haver dois pesos, duas medidas.



O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Está certo, é verdade. *(Risos.)* Na verdade, eu vou até tentar dialogar com o Deputado Jean Wyllys, porque é a vinda de uma... Ela vai estar no Brasil só nessa semana, de terça-feira a quinta-feira. Mas o Deputado não está aqui. Só se houvesse uma concordância.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu manifesto concordância, desde que V.Exa. permita que eu subscreva o da Deputada Erika Kokay, porque é importantíssimo que ela venha e eu quero indicar a presença do LEAP e *(ininteligível)*.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - O.k. Então, eu vou retirar, pela ausência do Deputado autor. Na semana que vem...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Então, o Requerimento nº 68, de 2015, está retirado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O Requerimento nº 69, de 2015, é do Deputado Bebeto, que está presente. Com a palavra o Deputado Bebeto.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Sr. Presidente, eu serei rápido. Talvez tenha havido um lapso temporal entre o ofício, o documento que nós expedimos ao Ministério Público da Bahia solicitando informações sobre o caso emblemático do Cabula, a resposta oferecida e este momento. Considerando ter havido, portanto, uma decisão do Procurador-Geral de Justiça da Bahia, Dr. Fahel, de constituir um núcleo coordenado pelo Dr. Davi Gallo, tendo como membros José Emmanuel Araújo, Ramires Tyrone Carvalho e Raimundo Nonato, para compor esse núcleo investigativo relacionado às condições que produziram as mortes no Cabula; e considerando que já tenha havido um pronunciamento já por parte do próprio Ministério Público da Bahia, que sejam convidados esses Procuradores a vir para prestar informações em relação às condições, em função até do oferecimento de denúncia formulada pelo Ministério Público do Estado da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Em debate o requerimento. *(Pausa.)*

Passamos à votação.

Os Deputados que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 69, de 2015, do Deputado Bebeto.



Nós temos um Requerimento aqui, o de nº 70, da Sra. Deputada Rosângela Gomes. S.Exa. falou que foi à toailete, então vou pedir a um Deputado que subscreva esse requerimento. S.Exa. pediu aqui a aprovação. Então, pergunto ao Deputado Jean Wyllys se, nesse caso ...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Ah, a Deputada Rosângela Gomes acabou de chegar! Com a palavra a nossa Relatora, Deputada Rosângela Gomes, para encaminhamento do Requerimento nº 70, de 2015.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Sr. Presidente, a ideia desse requerimento é trazer o Prof. Dr. Igor Fuser, doutor em Ciência Política pela USP e Professor de Relações Internacionais na Universidade Federal do ABC; e a Dra. Mayara de Brito, repórter do *Correio Braziliense*, para discutir nesta Comissão, em reunião de audiência pública a realizar-se na data que V.Exa., as questões relativas à veiculação na mídia de mortes da população negra. Eu acho que isso vai contribuir, haja vista que tivemos outros palestrantes que já vieram aqui e deram o depoimento de que a mídia influencia diretamente nessa formação de conceito de racismo, que existe hoje velado na nossa sociedade. É com esse objetivo que nós apresentamos esse requerimento. Eu gostaria de pedir aos meus pares que nos acompanhassem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Deputada Rosângela Gomes, posso fazer um acréscimo ao seu requerimento? Que fosse chamado também o coletivo Intervozes, que é um coletivo da sociedade civil encarregado de análise de mídia.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Intervozes?

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Intervozes, o Intervozes.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Está acolhido.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós estamos aqui trazendo mais pesquisadores e estudiosos. Eu acho que a gente precisa fazer um convite às principais emissoras, para a gente fazer um diálogo. Não sei se vou sugerir aqui ou se a gente deixa pra outro momento, no sentido...



A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Ficaria até mais rico, seria ótimo, até para otimizar. Não temos tanto tempo assim. Por mim, não há problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Aí colocamos todas as grandes emissoras, para fazermos um diálogo do que seriam, depois de vários debates e audiências, as nossas impressões. Fazemos com estudiosos e, depois, com os responsáveis pelas emissoras. Aí entram todas, *TV Record, TV Bandeirantes, TV Globo...*

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - *SBT*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - *SBT*. Há mais alguma para acrescentarmos?

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - *RTV*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - *RTV*. São cinco. Há mais alguma?

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Não.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, vamos lá. V.Exa. e nós estamos sugerindo que chamemos quem for responsável pelas matérias jornalísticas de *TV Globo, SBT, RTV, Band, Record* e *Rede TV*. É a sugestão do conjunto dos Deputados.

Em apreciação o Requerimento nº 70, de 2015, da Deputada Rosângela Gomes, acrescentadas as sugestões do Deputado Jean Wyllys e do Deputado Reginaldo Lopes. *(Pausa.)*

Passamos à votação.

Os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 70, de 2015.

Agradeço a presença dos Srs. Parlamentares, da assessoria e dos demais presentes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando nova reunião para a próxima terça-feira, às 14h30min, e também a nossa audiência pública no Estado de Alagoas, em Maceió, na segunda-feira, às 9 horas, na Assembleia Legislativa. Para quem tiver disponibilidade de estar presente,



estão todos convidados. Será segunda-feira, em Alagoas. E haverá reunião na terça-feira, às 14h30min.

Declaro encerrados os nossos trabalhos.

Muito obrigado. Foi uma excelente audiência!